



DIÁRIO da Assembleia da República

X LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2005-2006)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 7 DE JULHO DE 2005

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Em nome da Câmara, o Sr. Presidente condenou os atentados terroristas perpetrados hoje em Londres e apresentou condolências ao povo britânico, tendo sido guardado, de pé, 1 minuto de silêncio em homenagem das vítimas.

O Sr. Primeiro-Ministro (José Sócrates), após ter também condenado os atentados atrás referidos, abriu o debate sobre o estado da Nação.

Seguiram-se no uso da palavra, a diverso título, além daquele orador, e do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Augusto Santos Silva), os Srs. Deputados Luís Marques Mendes (PSD), Alberto Martins (PS), Jerónimo de Sousa (PCP), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Francisco Louçã (BE) e

Heloísa Apolónia (Os Verdes) — que se associaram às palavras do Sr. Presidente de condenação dos atentados de Londres —, António Filipe (PCP), António Pires de Lima (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), António Vitorino (PS), Agostinho Lopes (PCP), Nuno Magalhães (CDS-PP), José Vera Jardim (PS), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Ricardo Rodrigues (PS), Ana Catarina Mendonça (PS), Miguel Anacoreta Correia (CDS-PP) e Fernando Negrão (PSD).

O Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna (António Costa) encerrou o debate, tendo ainda o Sr. Primeiro-Ministro dado explicações ao Sr. Deputado António Pires de Lima (CDS-PP), que usou da palavra em defesa da honra.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Arons Braga de Carvalho
Alberto de Sousa Martins
Alberto Marques Antunes
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Martins Seguro
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino
António Ribeiro Gameiro
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Carlos Cardoso Lage
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
Elísio da Costa Amorim
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Guilherme Valdemar Pereira de Oliveira Martins
Horácio André Antunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jacinto Serrão de Freitas
Jaime José Matos da Gama
João Cândido da Rocha Bernardo
João Cardona Gomes Cravinho
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Leal Fateixa Palmeiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Apolinário Nunes Portada
José Augusto Clemente de Carvalho
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Luís Pereira Carneiro
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Lúcio Maia Ferreira
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa

Luís Manuel de Carvalho Carito
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Cristina Vicente Pires Granada
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento Diniz
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Miguel João Pisoeiro de Freitas
Nelson Madeira Baltazar
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Renato Luís Pereira Leal
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui António Ferreira da Cunha
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vítor Manuel Pinheiro Pereira
Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado

António Paulo Martins Pereira Coelho
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Domingos Duarte Lima
Emídio Guerreiro
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando dos Santos Antunes
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Gonçalo Nuno Mendonça Perestrelo dos Santos
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
João Bosco Soares Mota Amaral
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Joaquim Virgílio Leite Almeida Costa
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge José Varanda Pereira
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva
José António Freire Antunes
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pais Antunes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Joaquim Dias Loureiro
Marco António Ribeiro dos Santos Costa
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
 Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Artur Jorge da Silva Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Francisco José de Almeida Lopes
 Jerónimo Carvalho de Sousa
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
 Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 António de Magalhães Pires de Lima
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Russo da Mota Soares
 Nuno Miguel Miranda de Magalhães
 Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
 Fernando José Mendes Rosas
 Francisco Anacleto Louçã
 Helena Maria Moura Pinto
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
 Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoïn Madeira Lopes
 Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta manhã, todos nós fomos surpreendidos e ficámos consternados com os atentados em Londres, com o reaparecimento deste tipo de fenómenos de violência e de acção terrorista sobre populações civis, a todos os títulos condenáveis, ocorridos na capital de um país amigo.

Portugal mantém com este país a mais antiga aliança do mundo, a par da participação conjunta e comum em várias organizações internacionais, designadamente na União Europeia. É este país que tem, neste momento, a Presidência da União Europeia e que, aliás, acolhe uma reunião internacional da mais alta dimensão e de grande expectativa para a comunidade internacional, especialmente em matérias de tão relevante importância como aquelas que se relacionam com o aquecimento global do planeta e com o clima e também com a ajuda aos países menos desenvolvidos, especialmente do continente africano, que tanto diz a Portugal e aos portugueses.

É um motivo de profunda consternação para todos nós e, por isso, correspondendo ao consenso estabelecido e na certeza de que transmitirei os nossos sentimentos de profundo pesar ao parlamento britânico, através do embaixador do Reino Unido em Portugal, pedia a todos que, em homenagem às vítimas e também num espírito de amizade e de solidariedade para com o povo do Reino Unido, nosso parceiro na União Europeia e numa aliança multissecular, respeitássemos um minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Transmitirei o nosso voto e a expressão do nosso pesar ao embaixador britânico em Lisboa, com o pedido de apresentação de profundas condolências ao parlamento britânico.

Vamos dar início ao debate sobre o estado da Nação, para o que dou a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (José Sócrates): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As democracias não temem o terrorismo. O acto criminoso que esta manhã teve lugar em Londres merece o mais vivo repúdio e a mais firme condenação. Em nome do Governo português, quero manifestar ao povo inglês e ao seu governo o nosso mais profundo pesar e a nossa mais fraterna solidariedade. Portugal está disponível para qualquer forma de cooperação que lhe seja solicitada e endereça as mais sentidas condolências às famílias das vítimas deste vil atentado.

A ameaça terrorista é global e deve ter uma resposta global. Se alguma dúvida ainda existisse sobre as prioridades da Europa, este dramático atentado obriga mais do que nunca a que os 25 países europeus se mantenham unidos, coesos e fortes na construção de uma política comum de segurança e de combate ao terrorismo à escala europeia e internacional.

Como antes em Nova Iorque e mais tarde em Madrid, todos nos sentimos atingidos por este acto terrorista. Este não foi apenas um atentado contra o povo inglês, foi um atentado contra os povos livres do mundo e um atentado contra a liberdade.

Vozes do PS, do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A maior ameaça à liberdade é o medo. Pois é isso mesmo que os terroristas não conseguem de nós. Mais uma vez, as democracias não temem e não cedem ao terrorismo.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal precisa de um debate sobre o estado da Nação que não seja nem uma simples repetição de queixas e de lamúrias sobre as dificuldades do País nem um novo ajuste de contas com o passado.

O País não ficou a ganhar absolutamente nada com o discurso da «pesada herança» que entreteve a governação durante anos. Pelo contrário, Portugal perdeu tempo — porventura demasiado tempo — com uma discussão estéril, que não levou a lado nenhum.

Não é esse nem o nosso estilo nem a nossa prática e, sobretudo, não é isso o que os portugueses esperam de nós.

Os portugueses sabem bem das razões que levaram o País à situação em que hoje se encontra: sabem do fracasso da governação nestes últimos três anos; sabem que tivemos duas graves recessões económicas; sabem que essas recessões provocaram um significativo aumento do desemprego — que ainda hoje se faz sentir — e sabem que, afinal, o problema do défice orçamental se agravou em vez de ser resolvido. Tudo isto são factos e factos que todos conhecem.

Acontece, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o julgamento dos portugueses sobre essa governação e sobre os governantes que nos precederam está feito, e bem feito. O que os portugueses esperam agora é que saibamos identificar os problemas do País e, sobretudo, que nos concentremos na sua resolução.

É desse debate do estado da Nação que Portugal hoje precisa e é esse o debate que aqui vos propomos.

Aplausos do PS.

Como aqui disse na apresentação do Programa do Governo, a prioridade maior para Portugal é o crescimento da nossa economia. Portugal precisa de retomar uma trajectória de crescimento sustentado e de convergência com a Europa. É essa a nossa prioridade absoluta, porque só o crescimento económico permitirá reduzir o desemprego, melhorar as condições de vida das pessoas e combater a pobreza e as desigualdades sociais. É essa prioridade que hoje quero aqui reafirmar.

Se é verdade que o preço do petróleo, a conjuntura económica internacional e as próprias incertezas que pairam sobre o projecto de construção europeia não constituem um quadro favorável para a nossa economia, também é verdade que Portugal deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para superar o actual panorama de estagnação económica.

O relançamento do crescimento económico exige uma estratégia de intervenção em várias frentes e todas elas importantes: exige um compromisso claro com a consolidação das contas públicas; um contrato de confiança para o investimento e para o desenvolvimento empresarial e um plano tecnológico que seja capaz de dar um impulso modernizador à economia e ao Estado. Foi esta agenda para a nossa política económica que aqui anunciei e é essa agenda que estamos a cumprir.

Nestes três meses, o País ficou a conhecer a verdade sobre a situação das contas públicas com o relatório da comissão presidida pelo Governador do Banco de Portugal. Com base neste relatório, apresentámos o Programa de Estabilidade e Crescimento, que inclui o mais ambicioso conjunto de medidas estruturais alguma vez lançado em Portugal para a redução efectiva do défice orçamental, e ontem mesmo aprovámos um Orçamento rectificativo que assume a verdade nas contas, que corrige o logro do

Orçamento para 2005, que permite pagar salários, pensões e outras despesas deliberadamente não orçamentadas e que reforça ainda os instrumentos de combate à fraude e à evasão fiscais.

Desta estratégia para a consolidação orçamental ficam quatro marcas essenciais.

Em primeiro lugar, o programa que aprovámos é um programa de estabilidade mas é também um programa de crescimento. Não sacrificámos o investimento público de origem nacional, pelo contrário, esse investimento público será mantido e reforçado ao longo desta Legislatura, de modo a que com ele se possa potenciar o crescimento da nossa economia.

Em segundo lugar, este programa não recorre ao expediente das receitas extraordinárias para disfarçar o valor real do défice, prejudicando exercícios orçamentais futuros. Este é um programa que rompe com o ciclo de ilusões e de fingimento que tanto afectou a credibilidade e a confiança nas finanças públicas portuguesas.

Em terceiro lugar, se a estratégia do Governo, para evitar prejuízos maiores para a economia, as empresas e as famílias, inclui medidas capazes de produzir, já este ano, resultados visíveis na redução efectiva do défice, pela primeira vez as medidas adoptadas respondem, sobretudo, ao desafio da sustentabilidade e visam produzir resultados para lá do próprio ciclo eleitoral. Essas medidas não se destinam apenas a combater a crise orçamental actual, destinam-se também a impedir que essas crises se voltem a repetir no futuro.

Quero deixar este ponto absolutamente claro: é em nome da defesa do Estado social e da sustentabilidade das políticas sociais que este conjunto de medidas se justifica e se impõe.

Aplausos do PS.

Em quarto lugar, todas as medidas que tomámos são dominadas por uma profunda preocupação de justiça e de equidade.

Deste programa pode dizer-se tudo menos que são apenas os do costume a suportar todo o esforço que é necessário: o novo escalão de 42% no IRS para os rendimentos mais elevados; o congelamento da actualização dos vencimentos e da atribuição de prémios aos gestores públicos; a limitação dos benefícios fiscais às empresas, dos quais não resultavam nenhum efeito útil para a nossa economia; a eliminação da possibilidade de as instituições financeiras reduzirem excepcionalmente o lucro tributável através do *offshore* da Madeira; o fim do regime especial para os titulares de cargos políticos, tudo isto são bons exemplos de que, desta vez, o esforço é repartido por todos de forma mais justa e equilibrada.

Aplausos do PS.

Mas as medidas do Governo são justas também porque, com coragem e determinação, promovem a igualdade e a equidade. Muitas delas, aliás, seriam por isso adoptadas pelo Governo, em cumprimento do seu Programa, independentemente da gravidade do problema do défice.

A tão discutida convergência entre os regimes de protecção social do sector público e do sector privado quanto à idade legal de reforma e ao método de cálculo das pensões corresponde, de facto, a uma elementar exigência de justiça, aliás há muito prevista na Lei de Bases da Segurança Social e expressamente apresentada nos compromissos eleitorais que assumimos.

Também a revisão dos múltiplos regimes especiais que hoje já abrangem mais de 60% dos funcionários públicos — é verdade, Srs. Deputados, não há engano, mais de 60% dos funcionários públicos têm regimes especiais — é também um passo absolutamente necessário para separar «o trigo do joio» e garantir que o Estado só trata de modo desigual os casos que realmente o justificam.

O mesmo se pode dizer da própria eliminação de mecanismos de progressão automática e da sua substituição por um novo sistema de avaliação, que promova o mérito, a competência e o desempenho. Esta alteração é condição essencial de justiça relativa e constitui um factor decisivo para a necessária qualificação dos nossos serviços públicos.

Mas se a situação de emergência com que o Governo foi confrontado obrigou a uma atenção acrescida ao problema da consolidação das contas públicas, a verdade é que, fiéis às linhas de força da nossa política económica, também já adoptámos medidas muito importantes para o desenvolvimento de um melhor ambiente para as empresas, que é essencial ao crescimento económico.

Críamos, como aqui anunciei há três meses, um novo sistema para o licenciamento mais rápido de projectos considerados de potencial interesse nacional; aprovámos o plano para o descongestionamento dos tribunais e reduzimos as férias judiciais, de modo a favorecer uma justiça mais célere e mais ao serviço da competitividade económica. E, pela primeira vez, em Portugal, vai ser possível, já durante este mês de Julho, a constituição de uma empresa no próprio dia em que é requerida pelo cidadão.

Aplausos do PS.

Estes são exemplos claros do empenho que o Governo põe no combate à burocracia e na criação de condições para que as empresas, em Portugal, possam desenvolver melhor a sua actividade.

Tal como iniciámos também o lançamento do Plano Tecnológico, repusemos o sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial, lançámos o programa para a inserção de 1000 jovens quadros em pequenas e médias empresas e, já em Outubro — repito, já em Outubro —, os alunos do 1.º ciclo do ensino básico começarão a ter acesso ao ensino do Inglês, condição básica para termos uma sociedade mais competitiva.

Aplausos do PS.

Srs. Deputados, cumprimos ainda, nestes três meses, o compromisso que aqui assumi de apresentar um programa de investimentos em infra-estruturas prioritárias, que prevê um volume de investimento de 25 000 milhões de euros até ao final desta Legislatura. Este programa representa uma nova atitude e uma mudança no perfil do investimento público em Portugal.

Uma nova atitude, antes de mais, porque pela primeira vez se aborda o investimento público de forma estratégica e integrada, considerando uma afectação em função dos objectivos previamente fixados.

Uma nova atitude, em segundo lugar, porque pela primeira vez se promove uma selecção de projectos considerados estratégicos para aumentar a competitividade da economia portuguesa, assente numa avaliação prévia dos benefícios esperados, da respectiva exequibilidade e da sua viabilidade financeira.

Uma nova atitude, em terceiro lugar, porque pela primeira vez um Governo em início de funções apresenta um quadro estável das prioridades de investimento que, não esgotando todo o investimento público, representa um compromisso quanto ao que desde já se afigura prioritário.

Por outro lado, quero sublinhar que este plano representa, também, uma mudança no perfil do investimento público, mudança, desde logo, porque o programa traduz opções públicas mas quer fundamentalmente mobilizar a iniciativa, os capitais e a capacidade de financiamento do sector privado. Mais de 50% do financiamento previsto virá do sector privado e das parcerias público-privadas.

Mas mudança no perfil do investimento também porque, apesar de se tratar um programa de infra-estruturas não dirigido directamente à qualificação das pessoas, pela primeira vez — pela primeira vez, sublinho —, 18% do total do investimento previsto se concentra, ainda assim, em projectos de infra-estruturas na área do conhecimento e da informação, ao serviço do Plano Tecnológico.

Quem diz que este programa é apenas investimento em mais betão não sabe, portanto, do que está a falar. Os tão discutidos projectos da Ota e da Alta Velocidade não chegam a mobilizar 10% do investimento total que está previsto.

O essencial do programa são os investimentos em ambiente, em energia, na qualificação urbana e no património natural, mas também nas tecnologias de informação e comunicação. Cito, a título de exemplo, projectos tão emblemáticos como a desmaterialização dos processos nos tribunais, a simplificação de actos registrais, os sistemas de informação na saúde, o programa para a generalização do acesso à banda larga ou o desenvolvimento de centros de apoio à inovação tecnológica e empresarial.

Srs. Presidente e Srs. Deputados, este é um programa moderno, voltado para o futuro e que fornece à comunidade empresarial uma referência estável e previsível das opções e dos compromissos que o Estado assume para os próximos quatro anos.

Aplausos do PS.

Mas não quero fugir ao debate sobre duas infra-estruturas que considero fundamentais e estratégicas para o desenvolvimento do nosso país: o novo aeroporto da Ota e a introdução da alta velocidade em Portugal.

Em primeiro lugar, julgo que quem pergunta se Portugal precisa hoje destas duas infra-estruturas coloca desde logo mal a questão. O ponto é se daqui a 10 anos precisamos ou não destas infra-estruturas.

Vozes do PSD: — Não!

O Orador: — E a resposta é necessariamente afirmativa!

Aplausos do PS.

Portugal não pode ficar por mais tempo fora das redes europeias de alta velocidade. Isso acentuaría a nossa condição de País periférico, afectaria a competitividade da nossa economia e poria em causa a plena utilização dos fundos comunitários de que Portugal pode dispor para a realização deste projecto. Isso mesmo foi reconhecido em todos os estudos que sobre a matéria diferentes cores políticas realizaram.

Todos os governos — todos! —, e de diferentes cores políticas, sempre apoiaram este projecto e assumiram compromissos no sentido da sua realização, quer com a nossa vizinha Espanha quer com a

Comissão Europeia. É por isso que muito me espanta, quanto estou a falar da introdução da alta velocidade em Portugal, ouvir os partidos que anteriormente estiveram no governo a dizer uns «não» bem sonoros, porque quando estavam no governo diziam «sim»: disseram «sim» à Comissão, disseram «sim» à Espanha e, passados uns meses, começam a dizer «não»!

Aplausos do PS.

Subsistem, porventura, divergências quanto ao número de linhas e ao respectivo traçado. Muito bem! Mas as duas linhas que o Governo assume como prioritárias – Lisboa/Porto/Vigo e Lisboa/Madrid – obtiveram sempre o mais alargado consenso técnico e político que se estabeleceu sobre este projecto estratégico.

Quanto à construção do novo aeroporto da Ota, é preciso discutir o assunto com seriedade e a questão começa por ser eminentemente técnica.

Todos os estudos, repito, todos os estudos indicam, sem ambiguidades, que o aeroporto da Portela verá a sua capacidade esgotada em 2015, com 18 milhões de passageiros por ano, mesmo com todos os investimentos que nele ainda se possam fazer. Todos os estudos atestam, também, os riscos ambientais e as limitações de operacionalidade que nos próximos anos se agravarão no aeroporto da Portela. Os mesmos estudos técnicos apontam para a inviabilidade de suprir as insuficiências do aeroporto da Portela com a mobilização de outros aeroportos mais pequenos na região de Lisboa, dadas as limitações operacionais resultantes do congestionamento dos corredores aéreos.

Estes são, Srs. Deputados, os dados de facto que levaram todos, repito, todos os governos anteriores a reconhecerem a necessidade de construir um novo aeroporto internacional e de o fazer, na Ota, até 2015 ou, o mais tardar, até 2017.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Essa parte, não!

O **Orador**: — Para aqueles que não estão lembrados, gostaria de recordar que, mesmo o anterior governo – que, se não me engano, incluía os dois partidos PSD e CDS – disse isso vezes sem conta.

Cito em primeiro lugar, e desde logo, o Ministro Valente de Oliveira, que nesta Assembleia dizia: «O novo aeroporto da Ota deverá ser adjudicado em 2007, com início das obras em 2010 e a conclusão em 2017». Vou repetir, Srs. Deputados, dizia o Ministro na altura: «O novo aeroporto da Ota deverá ser adjudicado em 2007, com início das obras em 2010 e a conclusão em 2017».

Cito também o Ministro Carmona Rodrigues, nesta mesma Assembleia, que sucedeu ao Ministro que citei agora: «O projecto de construção do novo aeroporto não foi abandonado e a sua localização não está em causa». Mas dizia mais: «O novo aeroporto da Ota estará em condições de iniciar a operação entre os anos de 2015 e 2016, momento a partir do qual se prevê que o aeroporto da Portela atinja níveis de saturação».

Cito, para finalizar, o anterior Primeiro-Ministro, aquando da sua célebre visita de Falcon à base aérea de Monte Real, 13 dias antes das eleições de Fevereiro deste ano. Não foi assim há tanto tempo! Disse ele, então: «o projecto do aeroporto da Ota mantém plena actualidade». Plena actualidade, Srs. Deputados. Isto, antes das eleições!

E o que dizer, agora, de quem há bem pouco defendeu no governo este projecto e passou agora a considerá-lo uma aventura, uma irresponsabilidade, uma ideia disparatada ou um «elefante branco»? Perguntar-se-á: mas o que é que mudou entretanto?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Ainda não percebeu?!

A Sr.^a **Celeste Correia** (PS): — Estão na oposição!

O **Orador**: — Não mudaram os estudos nem mudaram as necessidades do País, certamente. A única coisa que mudou foi que antes estavam no Governo e agora estão na oposição.

Aplausos do PS.

O PSD e o CDS podem estar arrependidos mas não podem refazer a história. Eles, os dois partidos e alguns dos seus Deputados, faziam parte do governo e da maioria. Os portugueses julgarão, portanto, este caso lamentável de puro oportunismo político.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As nossas prioridades para a modernização da economia e do Estado não nos fizeram esquecer em momento algum a nossa agenda social e ambiental.

Na educação – que aqui debatemos há 15 dias atrás –, garantimos a realização dos exames, assegur-

rámos a colocação dos professores nas escolas para um início atempado do próximo ano lectivo e apresentámos, e estamos já a executar, um vasto programa para a qualificação do 1.º ciclo do ensino básico. Quanto ao ensino superior, relembo apenas que nestes primeiros 100 dias recuperámos anos de atraso e aprovámos as alterações à lei de bases que lançam, finalmente, a adopção em Portugal do sistema de ensino superior no Processo de Bolonha.

No ambiente, aprovámos finalmente, em Conselho de Ministros, a proposta de lei da água e o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água, relançámos a barragem de Odelouca, entregámos nesta Assembleia a proposta de lei-quadro das contra-ordenações ambientais e aprovámos não só o último Plano de Ordenamento da Orla Costeira como também os Planos de Ordenamento dos Parques Naturais da Arrábida e do Douro Internacional.

Aplausos do PS.

Na saúde, iniciámos o processo de transformação dos hospitais S.A. em entes públicos empresariais e lançámos o processo de reestruturação dos centros de saúde; legislámos para a venda fora das farmácias dos medicamentos não sujeitos a receita médica, alterámos o regime de comparticipação nos medicamentos e estabelecemos uma redução histórica de 6% no preço dos medicamentos comparticipados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Na solidariedade social, aumentámos em 10% o subsídio de doença para os trabalhadores do regime social da segurança social; definimos as condições para o arranque, já em 2006, da primeira fase do programa para atribuir uma prestação extraordinária aos idosos com um rendimento inferior a 300 € por mês; iniciámos um programa especial de combate à fraude e evasão nas contribuições; corrigimos o regime legal do rendimento social de inserção e relançámos, com uma nova ambição, os programas de estágios de formação profissional nas empresas.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estes são apenas alguns exemplos. Apesar de o Governo ter pouco mais de 100 dias em plenitude de funções, não é possível referir aqui sequer todas as principais iniciativas do Governo nas mais diversas áreas: da lei das rendas à resposta ao problema da seca; do combate aos fogos à segurança rodoviária e regulamentação do novo Código da Estrada; da segurança interna às propostas de lei sobre nomeações de cargos dirigentes na administração pública ou de limitação de mandatos dos titulares de cargos políticos.

Aplausos do PS.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não quero terminar sem anunciar que, já amanhã, o Governo vai aprovar, em Conselho de Ministros, uma proposta de lei de alteração da lei da nacionalidade.

Aplausos do PS.

O Sr. António Filipe (PCP): — Aleluia!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Estão a prometê-la há três meses!

O Orador: — Dada a importância da matéria, gostaria de fazer este anúncio, aqui, no Parlamento. Tal como está previsto no Programa do Governo, esta alteração visa, sobretudo, favorecer o pleno acesso à cidadania e a plena integração na sociedade portuguesa das pessoas que nasceram em território português e que mantêm uma forte ligação à comunidade nacional.

Aplausos do PS.

Trata-se, portanto, de reforçar a coesão nacional.

A proposta de lei do Governo, com prudência mas com realismo, pretende assim conferir uma revalorização do critério do *jus soli*, que durante décadas, aliás, inspirou a nossa lei da nacionalidade.

Mas vamos alterar a lei com conta, peso e medida. E são fundamentalmente três as alterações que vamos propor.

Em primeiro lugar, a lei passará a permitir a aquisição originária da nacionalidade às pessoas nascidas em Portugal, filhos de progenitores que também já tenham nascido em Portugal e aqui tenham permanecido. Nestes casos, que são casos de continuada ligação à sociedade portuguesa, só a cegueira e

a injustiça da lei actual permitiam recusar o reconhecimento da nacionalidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, a aquisição originária da nacionalidade será também conferida às pessoas nascidas em Portugal, filhas de progenitores imigrantes que, no momento do nascimento, se encontram legalmente em Portugal há, pelo menos, seis anos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Eh!...

O Orador: — Não se trata, portanto – que isto fique claro! –, de consagrar aqui um regime de facilitismo na atribuição da nacionalidade que pudesse funcionar como um convite para que os estrangeiros viessem ter os filhos a Portugal para assim beneficiar das novas regras. Não! Essa preocupação está acautelada e isso não será permitido.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — É só para alguns!

O Orador: — Em terceiro lugar, a lei passará a permitir a aquisição derivada da nacionalidade, por naturalização, aos filhos de imigrantes que tenham nascido em Portugal e que aqui permaneçam até atingirem a maioridade ou cujos progenitores venham a legalizar, de forma duradoura, a sua situação.

Eis o essencial da proposta do Governo. Numa altura em que a nossa lei já concede a nacionalidade a quem simplesmente resida legalmente em Portugal durante um certo número de anos ou permaneça casado com um cidadão português durante apenas três anos, não faz qualquer sentido que se continue a recusar a nacionalidade portuguesa a quem nasceu em território português, a quem aqui tem a sua vida, muitas vezes, até, a quem não fala outra língua que não a portuguesa, que não conhece outro País senão Portugal e pertence a famílias integradas na sociedade portuguesa há duas ou três gerações.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A política de imigração do Governo não esquece que Portugal é também um país de emigrantes, e tem plena consciência do contributo positivo das comunidades imigrantes para o desenvolvimento do País. Combater a exclusão social dos imigrantes é, aliás, uma exigência de humanidade e uma condição para a coesão, para a segurança e para a paz social.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, sem descurar, em momento algum, o controlo dos fluxos migratórios e o combate firme à imigração clandestina, a política de imigração do Governo visa promover a plena integração social dos imigrantes que aqui trabalham e aqui contribuem para o nosso desenvolvimento.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Na linha do combate que o Governo está a empreender contra a burocracia, estamos já a lançar uma verdadeira ofensiva pela desburocratização nos procedimentos administrativos especiais que transformam a vida dos imigrantes em Portugal num verdadeiro inferno. Vamos recuperar os processos em atraso no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com prioridade para o reagrupamento familiar e para a renovação das autorizações de residência, tal como vamos alterar a lei de imigração e simplificar e descentralizar o processo de atribuição e renovação periódica de títulos de permanência legal em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Em política de imigração, a burocracia é amiga da imigração clandestina. As acções de desburocratização favorecem, portanto, o cumprimento da lei e libertarão importantes recursos públicos para as tarefas de atendimento e de controlo efectivo da imigração legal.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Eis uma enunciação de alguns dos grandes desafios que se colocam ao País e das principais iniciativas do Governo para os enfrentar. A minha convicção sincera, a

convicção do Governo, é a de que Portugal não pode continuar a adiar o processo de modernização da sua economia e do próprio Estado português. Portugal precisa de começar a enfrentar agora os desafios do futuro para poder competir numa Europa alargada e num mundo de mercados globalizados e tecnologicamente cada vez mais evoluídos. Preparar esse futuro é, portanto, absolutamente decisivo.

E entendamo-nos, Srs. Deputados, quando falo do futuro, olho para lá dos noticiários da noite ou da imprensa do fim-de-semana; olho para lá das sondagens, dos indicadores de popularidade, das autárquicas ou dos ciclos eleitorais.

Aplausos do PS.

Quando falo do futuro é do futuro do País, das suas empresas e das suas famílias, do futuro dos nossos serviços públicos e do nosso modelo social. É, afinal, a bem do futuro dos nossos filhos que digo aos portugueses uma coisa simples: não podemos continuar eternamente a adiar decisões e medidas estruturais que façam o País andar para a frente.

Aplausos do PS.

Porventura, outros prefeririam um governo fraco, que deixasse tudo como está. Um governo que se limitasse a tentar esconder os problemas ou então um governo acomodado, incapaz de se libertar das amarras que submetem o interesse geral aos interesses corporativos comodamente instalados à sombra das suas conquistas, que dizem irreversíveis. E, de facto, estava ao alcance dos portugueses terem um governo assim: havia mais por onde escolher no dia das eleições.

Risos.

Mas acontece que os portugueses escolheram um Governo com uma agenda de modernização do País e quiseram-no forte e estável, com condições políticas para seguir o seu caminho e para cumprir o seu próprio programa.

Aplausos do PS.

Podíamos lá nós, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ter uma maioria absoluta para chegar ao fim e, como outros fizeram, deixar os problemas na mesma ou pior do que estavam? Não! Não foi para isso que viemos nem foi para isso que os portugueses nos entregaram a responsabilidade de governar. Vieram para enfrentar e para resolver os problemas, e é isso que estamos a fazer.

É por isso que quando se olha para o estado da Nação ao fim destes primeiros 100 dias de Governo, há um dado absolutamente novo na situação do País: é que agora, em Portugal, há um Governo que governa,...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Mal!

O **Orador**: — ... um Governo que tem um rumo e que tem uma estratégia, um Governo com capacidade de decisão e com coragem para fazer o que é preciso ser feito para que Portugal possa, finalmente, olhar com confiança o seu futuro.

Aplausos do PS.

O Governo, pela sua parte, aqui está, para fazer o que deve.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, antes do tema que aqui nos traz, queria também, em meu nome e em nome do Partido Social Democrata, exprimir uma firme condenação pelos atentados brutais ocorridos esta manhã em Londres, expressar a nossa solidariedade às vítimas e ao povo britânico e deixar aqui também reafirmada a nossa convicção de que a democracia e os democratas hão-de vencer o terrorismo, hão-de vencer todas as formas de terrorismo.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, quanto à honestidade, entre mim e si há uma diferença: é que eu nunca prometi em campanha eleitoral uma coisa e, depois de estar em funções executivas, fiz outra. Isso

never did!

Protestos do PS.

Aplausos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro não pode dizer o mesmo! Ter honestidade política é sermos fiéis à nossa palavra. O Sr. Primeiro-Ministro, infelizmente, em matéria de impostos, não pode dizer isso. E quanto a honestidade, estamos conversados!

Como imagina, Sr. Primeiro-Ministro, estas frase não são minhas. Estas frases que acabei de citar são suas, e foram proferidas, aqui, há três anos, no debate do estado da Nação, quando o senhor era Deputado.

Aplausos do PSD.

Como se vê, Sr. Primeiro-Ministro, «mudam-se os tempos e mudam-se as vontades». É assim que se perde a coerência e se perde a credibilidade política. É assim que se explica que em 40 minutos de discurso o senhor não tenha tido uma única palavra sobre esta momentânea questão: os impostos e a falta à sua promessa eleitoral.

O Sr. O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Esqueceu-se!

O **Orador**: — Mas mais grave do que ter traído a promessa e ter aumentado os impostos é que o senhor não precisava de ter feito isso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Para reduzir o défice não precisava de ter feito isso.

Vozes do PS: — Ai não?

O **Orador**: — Tinha soluções alternativas: cortar mais e a sério nas despesas correntes,...

Protestos do PS.

... recorrer, aqui, sim, mais do que justificado, a receitas extraordinárias, como a venda do património do Estado, ou colocar portagens nas SCUT (uma imoralidade que continua a existir).

Protestos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro quis aumentar os impostos. Com isso, fez mal! Retirou rendimentos às famílias e às empresas, agravou a nossa situação com a vizinha Espanha e, relativamente à situação económica, deu também uma machadada na competitividade da nossa economia, dessa forma agravando o problema do desemprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Ou seja, por sua exclusiva responsabilidade, há aqui um pesado encargo e uma factura que o País, os consumidores, os empresários e a economia nacional vão pagar. A responsabilidade é toda sua!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas agora há pior, Sr. Primeiro-Ministro! Agora há pior ainda!

Anteontem, o senhor, numa estação televisiva, disse publicamente, deu a garantia de que não haveria novos aumentos de impostos. Horas depois, telefonavam do seu Gabinete a corrigir as suas declarações, dizendo que afinal, a promessa valia apenas para 2006.

Ontem, aqui, o Sr. Ministro das Finanças, interpelado várias vezes, foi incapaz de subscrever a sua garantia. Ou seja, subscrever a garantia de que não haveria novos aumentos de impostos.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — É verdade!

O Orador: — Isto significa o quê, Sr. Primeiro-Ministro? Isto é duplamente grave: porque já não é falhar pela segunda vez uma promessa eleitoral, já não é falhar pela segunda vez ao compromisso de não aumentar os impostos, isto é uma habilidade para tentar aumentá-los depois das eleições autárquicas. Isto é tudo menos uma atitude de seriedade e de honestidade políticas.

Applausos do PSD.

Estes seus primeiros quatro meses, Sr. Primeiro-Ministro, ficam também marcados por uma outra razão: o seu primeiro orçamento, o Orçamento rectificativo, teve de ser rectificado ainda antes de ser discutido e aprovado — uma confusão sem descrição. Mas, mais grave do que isso: em matéria de despesa pública para 2005, o seu Governo já teve três versões. Veja bem: Programa de Estabilidade e Crescimento, um valor; Orçamento rectificativo, outro valor; e Orçamento rectificado, ainda outro valor. Sr. Primeiro-Ministro, um Governo que, no espaço de um mês, sobre uma matéria capital como é a despesa pública, tem três valores diferentes pode ser muitas coisas menos um exemplo de rigor.

Applausos do PSD.

O Orador: — Um Governo que, sobre uma matéria sensível e importante como esta, em três meses, apresenta três valores — e estamos a falar de milhões de euros — é tudo menos um Governo de credibilidade. E isto significa o quê? Significa que, com este Orçamento rectificativo, caiu a máscara do rigor e da credibilidade, o que fica é a marca da falta de rigor, da encenação e da enorme confusão. É isto o que fica!

Applausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, todos os portugueses se recordam da sua grande preocupação, antes das eleições e até depois, de fazer crescer a economia. Anunciavam 150 000 novos postos de trabalho e até cartazes colocaram para dar visibilidade a compromissos dessa natureza. Só que as suas políticas, até ao momento, vão exactamente em sentido contrário a isso, dão um golpe na economia. E por isso é que, também do domínio do emprego, infelizmente, muitas empresas, a seguir ao Verão, porventura, já não vão abrir. E isto é muito e muito negativo.

E, Sr. Primeiro-Ministro, não venha dizer que é o aeroporto da Ota que vai resolver o problema.

O Sr. Presidente: — Peço-lhe que conclua, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-ministro, sobre o aeroporto da Ota, o programa dos governos anteriores falava em continuar os estudos e na localização e nunca em arrancar com a obra, e no programa eleitoral também não havia uma palavra em relação a arrancar com o aeroporto da Ota.

À resposta que o senhor deu às minhas palavras de ontem acrescento o seguinte: neste momento, com os sacrifícios que os portugueses passam, com as dificuldades que têm e sem haver urgência nesta obra, decidir e fazer o novo aeroporto da Ota é uma afronta aos portugueses. É aquilo que acho e aqui lhe digo claramente.

Applausos do PSD.

E concluo dizendo o seguinte, Sr. Primeiro-Ministro: é por tudo isto que o indicador de confiança do Instituto Nacional de Estatística desta semana, relativo ao mês de Junho, diz que a confiança dos investidores, dos consumidores e dos portugueses em geral baixou para níveis de 1993. É que, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses começam a ver que os problemas de fundo não são resolvidos e há cada vez maior desapontamento na sociedade portuguesa. Esta é que é a verdade!

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, começo pelo ponto dos impostos. Fico com a sensação de que o Sr. Deputado não tinha assunto nem agenda e, portanto, inventou um assunto.

Vozes do PSD: — Não, não!

O Orador: — Diz o Sr. Deputado que «desta discussão sobre o Orçamento rectificativo fica a sensação de que, se calhar, vão aumentar mais os impostos». Ora, lamento desiludi-lo, Sr. Deputado. Digo

hoje, aqui, o mesmo que disse na televisão e que ontem o Sr. Ministro de Estado e das Finanças aqui repetiu:....

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Devia cá ter estado ontem!

O **Orador**: — ... no Programa de Estabilidade e Crescimento não está prevista nova subida de impostos.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr. Deputado, lamento, mas continua sem assunto e sem agenda!

O Sr. Deputado é hábil e continua com os truques de sempre. Já no Orçamento rectificativo quis lateralizar a questão, dado o embaraço que tinha em discutir o Orçamento rectificativo, e, então, inventou essa espécie de conspiração secreta para o aumento dos impostos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não inventou nada! O senhor é que está a inventar!

O **Orador**: — Percebo a sua dificuldade em discutir o Orçamento rectificativo e também percebo a sua dificuldade em discutir realmente o estado da Nação, por isso inventa de novo que há aqui uma suspeita, que não está esclarecida, quanto ao aumento dos impostos. Isso é apenas uma manobra de diversão.

Mas, Sr. Deputado, quero responder-lhe sobre a campanha eleitoral dizendo uma coisa: só há aqui uma desonestidade, que é a desonestidade de quem fez um Orçamento rectificativo,....

Vozes do PSD: — Sim, sim!

Risos do PSD e do CDS-PP.

O **Orador**: — ... perdão, um Orçamento para 2005 que foi um logro e um embuste, porque previa um défice orçamental de 2,9% e escondia despesas que deviam estar orçamentadas e não estavam, cuja diferença entre aquilo que devia estar e não estava era de 1500 milhões de euros. É por esta desonestidade que o Sr. Deputado tem de responder.

Aplausos do PS.

Já expliquei várias vezes o que se passou. Nunca acreditei no vosso Orçamento. Quando foi aqui discutido esse Orçamento de fantasia, que o Sr. Deputado votou a favor, opus-me à descida dos impostos. Esse Orçamento foi irresponsável, porque desceu os impostos quando não havia condições para o fazer, e fingia que o défice seria de 2,9%.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não, não!

O **Orador**: — E fizeram-no numa altura em que — sabe-se agora — no Governo já se sabia que o défice real era acima dos 6%, e esconderam-no dos portugueses. Eu estava convencido de que o défice andaria à volta dos 5% e por isso disse que, se o défice fosse de 5%, não era preciso subir os impostos.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Não vale a pena vir com isso!

O **Orador**: — E digo-lhe mais, Sr. Deputado: só foi preciso subir o IVA, como disse ontem aqui o Sr. Ministro de Estado e das Finanças, porque, afinal de contas, estamos a pagar hoje, no Orçamento deste ano, aquilo que são as consequências das receitas extraordinárias aprovadas no seu governo pela sua Ministra das Finanças, no tempo em que o senhor era ministro.

Aplausos do PS.

Sabe isso, Sr. Deputado! Dê um esclarecimento ao País sobre quais são as consequências, neste Orçamento, dessas despesas extraordinárias, da titularização das dívidas ao fisco. As consequências estamos nós, agora, a pagá-las, e, se não fossem essas consequências, não teria sido necessário subir os impostos.

Só há, portanto, aqui uma desonestidade, que é a desonestidade de quem votou livremente um Orçamento de fantasia, um Orçamento que era um logro e um Orçamento eleitoral destinado a esconder a verdadeira situação das contas públicas em Portugal.

O Sr. Deputado fala do aeroporto da Ota. Vamos, então, discutir o aeroporto da Ota. O seu governo, no tempo em que o senhor era ministro, afirmava que era preciso construir o aeroporto da Ota, porque, em 2015, o aeroporto da Portela estaria esgotado e que não havia alternativa ao aeroporto da Ota. O senhor que pertencia a esse governo que disse várias vezes que era preciso adjudicar o aeroporto da Ota em 2007, faça favor de explicar porque é que agora, em apenas meses, mudou de opinião.

É a isso que chama credibilidade?! O senhor que enche a boca com a credibilidade, sempre muito preocupado com ela. Acha que credibilidade é mudar de opinião em apenas meses a propósito de uma infra-estrutura estratégica para o nosso país?! Olhe, Sr. Deputado, fico convencido de que V. Ex.^a nunca leu qualquer relatório nem qualquer estudo sobre o aeroporto da Ota, porque, senão, não o consideraria um aeroporto sumptuário ou desnecessário.

Aplausos do PS.

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Que arrogância!

O **Orador**: — Julgo, portanto, Sr. Deputado, que as questões estão bem claras: nestes meses, o que o Governo fez foi cumprir a sua agenda económica, que se baseia em quatro pilares essenciais: verdade nas contas públicas; equilíbrio nas contas públicas, mas sem fazer do combate ao défice o alfa e o ómega da nossa política económica; promover o crescimento e apostar no investimento público, porque somos a favor desse tipo de investimento.

E percebemos muito bem quando o Sr. Deputado fala em «elefantes brancos», é que branco foi o investimento público no tempo do vosso governo, porque sempre desconfiaram desse tipo de investimento.

Aplausos do PS.

A verdade é que vocês nunca utilizaram esse investimento público para o crescimento da nossa economia, mas a preservação do investimento público é absolutamente essencial para que possamos ter crescimento económico.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — A verdade é que estamos a cumprir o nosso Programa, um Programa que responde às dificuldades do País. Não nos entretemos a julgar o passado, estamos aqui para responder perante as nossas responsabilidades e para assegurar aos portugueses que terão um futuro melhor.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para defesa da consideração da sua bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: V. Ex.^a irritou-se há instantes com as minhas palavras.

Vozes do PS: — Ah!...

O **Orador**: — Não precisa de ficar irritado. Irritados, irritados, sobretudo com a questão dos impostos, devem estar os portugueses por verem que o senhor faltou ao seu compromisso eleitoral.

Aplausos do PSD.

E também escusa de ficar irritado, o que o torna um pouco arrogante nalguns momentos, com algumas críticas. Eu, já que hoje estou em maré de citações, citando um colega seu, diria: «Vá-se habituando, porque isto ainda agora começou e é normal no debate democrático ter aplausos e críticas».

Risos do PSD.

Vozes do PSD: — Não está habituado!

O **Orador**: — Quanto a impostos, o Sr. Primeiro-Ministro acaba de dizer aquilo que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças disse ontem aqui. Exactamente! Só que aquilo que o senhor e o Sr. Ministro de Estado e das Finanças aqui disseram é diferente do que o senhor disse na terça-feira, na SIC.

Aplausos do PSD.

Ou seja, o senhor, na televisão, foi categórico a dizer que não haveria aumentos de impostos; depois, vem um assessor — que é algo de semipúblico — a corrigir o Primeiro-Ministro; mais tarde, vem o Ministro de Estado e das Finanças a dizer outra coisa e hoje aqui o Primeiro-Ministro José Sócrates disse a mesma coisa que o Ministro de Estado e das Finanças já tinha dito. Isto é, V. Ex.^a já recuou relativamente ao que disse na televisão.

E não me venha dizer que o PEC aqui aprovado é que é a garantia!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Se fosse!...

O **Orador**: — É que já na despesa pública não foi. No que se refere à despesa pública, o Programa de Estabilidade e Crescimento dizia que a despesa pública, para 2005, era de 49,1%. O que é que diz o Orçamento rectificativo? Diz que é de 49,3%. Portanto, se a garantia é o Programa de Estabilidade e Crescimento, Sr. Primeiro-Ministro, estamos conversados!

Os portugueses, sobre isso, já têm a suspeita muito clara: a sua habilidade de deixar passar as eleições autárquicas no dia 9, aprovar o Orçamento no dia 15 e, então, fazer um novo aumento de impostos. É duplamente grave e não é sério!

Aplausos do PSD.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda quanto à questão de défice,...

Vozes do PS: — E a honra?!

O **Orador**: — ... acho que é importante pôr ordem nas contas do Estado. Agora, Sr. Primeiro-Ministro, é importante que os portugueses saibam o seguinte: o défice orçamental do ano passado, em 2004, sem receitas extraordinárias foi de 5,2%. E de quanto é o défice que o senhor prevê para este ano, sem receitas extraordinárias mas com aumento de impostos? É de 6,2%, portanto, mais um ponto percentual!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Ou seja, comparando a mesma situação, e com o aumento de impostos, os portugueses pensam que o défice orçamental vai baixar. Mas, não! Relativamente a 2004, o défice orçamental não vai baixar, vai aumentar e vai agravar-se. E tudo isto, Sr. Primeiro-Ministro, com o aumento de impostos. É, de facto, verdadeiramente injusto!

Relativamente ao aeroporto da Ota, não deixa de ser curioso que, tendo tanta preocupação com citações, não tenha qualquer citação minha. Mas também não tem citações do nosso Programa do Governo, em que se refere que, em relação ao aeroporto da Ota, devem continuar-se os estudos...

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — ... e que o seu lançamento não é prioritário. Não viu também qualquer compromisso eleitoral.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que apenas lhe diga isto por uma razão que é séria: é que, nesta matéria, as projecções estão permanentemente a mudar. Há 30 anos que, em Portugal, se fala na construção do novo aeroporto de Lisboa...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Há 32!

O **Orador**: — ... e não é por acaso que nunca foi feito. As projecções estão sempre a mudar.

Para concluir, gostava de lhe dizer que, neste caso concreto, coragem não é mandar fazer a obra — coragem para mandar fazer obra com dinheiro público não é grande coragem —, coragem aqui é parar um pouco para não ser aventureiro, para ser responsável e não comprometer o futuro. Isto é que é coragem e credibilidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, há aí um equívoco.

Eu não me irrito consigo. Quem se irritou consigo foram os portugueses, há uns meses atrás. Esses é que se irritaram consigo!

Aplausos do PS.

E estavam irritados por boas razões, Sr. Deputado: é que V. Ex.^a passou anos no governo a fingir que resolvia o problema do défice, a esconder o défice real aos portugueses e a disfarçar e a maquilhar o défice.

Sr. Deputado, vou apenas citar-lhe de novo aquilo que disse ontem aqui o Sr. Ministro de Estado e das Finanças: a titularização dos créditos fiscais... Lembra-se, Sr. Deputado? O senhor era membro do governo, votou isso no Conselho de Ministros e estava aqui, muitas vezes, nesta bancada, a segredar à partes aos Srs. Ministros!

Risos do PS.

Pois essa titularização — oiça bem, Sr. Deputado, e tome nota dos números —, que salvou o défice em 2003, custa este ano ao Estado 400 milhões de euros. Não há engano, Sr. Deputado — tome nota! —, custa 400 milhões de euros!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Malabarismo!

O **Orador**: — Mas mais: a transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, que salvou o défice em 2004, sabe quanto é que custa ao Estado este ano? Custa 470 milhões de euros.

O Sr. Deputado não acha que já era altura de acabarmos com este «folhetim» das receitas extraordinárias, que nos envergonhava e não resolvia problema algum, porque apenas escondia o problema e fingia que o resolvia?

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Não acha que era altura de dizermos a verdade aos portugueses? Pois foi isso que fizemos neste Orçamento rectificativo.

Mas há mais: o Sr. Deputado ainda não explicou ao País por que é que aprovou aqui um Orçamento que continha quatro receitas extraordinárias que não existiam e que não continha, sequer, orçamentada a despesa que era necessária para os aumentos dos vencimentos dos funcionários públicos e das pensões. Isto é que o Sr. Deputado Luís Marques Mendes ainda não explicou! É esta explicação que o senhor deve ao País!

A Sr.^a **Celeste Correia** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de recordar que este Orçamento rectificativo existe para rectificar um Orçamento que era um logro, que era um embuste, que não era verdadeiro! Esta é que é a verdade!

Aplausos do PS.

Eu percebo-o, Sr. Deputado. O senhor começou, como líder do PSD, por argumentar que «o Governo está a fingir que governa mas não governa, está à espera das eleições autárquicas para depois tomar medidas difíceis»; há uns tempos atrás, já achava que o Governo estava a governar demais — portanto, perdeu o argumento; agora, inventou o argumento «o Governo ainda vai aumentar mais os impostos».

Vozes do PS: — Exactamente!

Vozes do PSD: — Não, não!

O **Orador**: — Sr. Deputado, digo-lhe agora o mesmo que eu disse na televisão e que ontem aqui foi dito: não está previsto aumento dos impostos. Isso está claro no PEC.

Vozes do PSD: — Não foi isso que disse!

O **Orador**: — Não invente um problema! O que o Sr. Deputado quer é fixar uma manobra de diversão, mas isso não tem sucesso, é apenas ridículo, é apenas uma encenação.

O Sr. **Presidente**: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Primeiro-Ministro. Queira concluir, por favor.

O Orador: — Quanto à questão do aeroporto da Ota, o Sr. Deputado Marques Mendes tem de explicar ao País por que é que agora assume essa posição. É que fez parte de um governo que insistia em que o aeroporto da Ota tinha de ser feito — várias vezes, aqui, na bancada do Governo, segredava ao então Ministro das Obras Públicas «diz isto» e «diz aquilo» — e dizia «muito bem» e aplaudia quando o seu governo anunciava que ia adjudicar a obra do aeroporto da Ota em 2007.

Então, o Sr. Deputado não sabe o que é a solidariedade institucional dentro do Governo? Então, o senhor votou com reserva mental quando o seu governo anunciava que ia fazer o aeroporto da Ota?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É falso!

O Orador: — Afinal de contas, em que ficamos?

O Sr. Deputado Luís Marques Mendes é capaz de explicar à Câmara, aos seus colegas Deputados, a todos os Deputados, em que estudo é que se baseia para dizer que o País não precisa de um novo aeroporto? E o que é que vamos fazer em 2015?

O Sr. Deputado precisa de perceber que estas obras se planeiam muito tempo antes. A pergunta a fazer não é no sentido de saber se o País precisa desta obra agora, mas sim se o País, face aos estudos que existem, precisa desta obra daqui a 10 anos.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Precisa, mas não é na Ota!

O Orador: — Se queremos a obra pronta em 2015, temos de começá-la imediatamente. O que se pede a um governante é que tenha visão, que não olhe para o chão do caminho em que ande, mas que seja capaz de pôr os olhos no futuro!

É isto que nos diferencia, Sr. Deputado. Nós temos uma visão do futuro para o País!

Aplausos do PS.

E se queremos ter uma visão estratégica para o desenvolvimento do nosso país não podemos prescindir de uma infra-estrutura absolutamente essencial para o nosso desenvolvimento, como é o novo aeroporto.

Aplausos do PS.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, como não posso usar de novo da palavra (a não ser daqui a instantes, quando proferir a minha intervenção), quero, sob a forma de interpelação, dizer ao Sr. Presidente que vou fazer entrega na Mesa dos programas dos dois governos anteriores, dizendo-se em ambos que a construção do aeroporto da Ota não era prioritária e que a obra não arrancaria naquela legislatura.

O Sr. Presidente, depois, fará o favor de os distribuir para que se veja quem é que tem credibilidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, esses documentos serão distribuídos pelas restantes bancadas, que, aliás, já os conhecem.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Augusto Santos Silva): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Para que a Câmara possa dispor de toda a informação, o Governo pede ao Sr. Presidente que faça também distribuir pelos diferentes grupos parlamentares uma colecção de citações de membros dos anteriores governos relativas ao mesmo assunto que entregaremos oportunamente na Mesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Mas sendo distribuída a comunicação do Sr. Primeiro-Ministro e constando as citações dessa comunicação, estarão automaticamente distribuídas.

O Sr. Deputado João Cravinho pediu também a palavra para que efecto?

O Sr. **João Cravinho** (PS): — É para uma interpelação ao Sr. Presidente no sentido de apurar se o pedido do Sr. Deputado Luís Marques Mendes corresponde a um pedido de apagamento do *Diário da Assembleia da República* das declarações aqui prestadas pelos ex-Ministros Valente de Oliveira e Carmona Rodrigues.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a sua interpelação fica registada para o efeito adequado. Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, permitam-me uma referência inicial, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para firmar a nossa condenação veemente do acto terrorista que hoje teve lugar no Reino Unido. Estamos igualmente confiantes que o combate ao terrorismo — creio que este sentimento é partilhado por todas as bancadas — é um combate sem tréguas que iremos travar e é um combate em que, necessariamente, a democracia e os direitos humanos irão ser vitoriosos.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, começo por felicitá-lo pela sua intervenção. Em grande medida, ela corresponde e traduz a marca do Governo socialista a que V. Ex.^a preside: basicamente, a coragem reformista.

O Sr. **Guilherme d'Oliveira Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — É um Governo que tem um Programa sufragado pelos portugueses, que não se apresenta ao povo português para gerir fatalidades ou ser um mero gestor administrativo, mas que se afirma defensor — e está a praticá-lo — do bem comum e das qualidades de vida dos portugueses e que tem nele inscrito e na sua acção uma visão estratégica com forte carácter de futuridade.

As medidas que foram tomadas para combater as contas públicas, as medidas de regeneração do Estado democrático, na saúde, na educação, na segurança social, na mobilidade e na produtividade na função pública, são medidas que tentam e tendem, numa primeira fase, a combater um monstro de privilégios que foi criado pelo Prof. Cavaco Silva.

Aplausos do PS.

Este monstro de privilégios está a ser combatido com sentido de futuro, com uma perspectiva de que as contas públicas são instrumentais ao objectivo do desenvolvimento, do crescimento e do combate ao desemprego e, sobretudo, com a ideia de que o investimento público ou privado é o caminho necessário para garantir a competitividade e o crescimento e para garantir um futuro estratégico para o nosso país no quadro de algumas infra-estruturas essenciais e na sustentabilidade do Estado social.

Tomando boa nota de uma questão essencial colocada há pouco na intervenção do Sr. Deputado Luís Marques Mendes, creio que é claro que quando se discute o estado da Nação não se discute tão-só, como V. Ex.^a fez, o estado do Governo, da administração, o futuro dos portugueses. Também se discute o estado da política e dos políticos e o estado da oposição em Portugal. E, no caso da oposição de direita, o que temos é a ausência total de alternativas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — O que acontece é que os auto-proclamados «campeões do rigor», como o Sr. Deputado Marques Mendes disse, chegaram a uma dívida pública, a um défice orçamental de 5,83%, quando prometeram 2,9%. Não se trata apenas de um erro — seria o menos —, não se trata apenas de um engano — seria o menos —, não se trata apenas de uma incapacidade política. O Orçamento de 2005 é uma falsificação política e uma falsificação real!

Se estivéssemos no âmbito do Direito Civil, os seus autores poderiam ser responsabilizados por falsificação de documento. Como estamos no âmbito da política, é apenas — e sublinho «apenas» — uma fraude política.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, temos de concluir que é inaceitável que quem exibiu a «veste da tanga» hoje queira exhibir a «veste da ética».

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Muito bem!

O Orador: — A ética, neste caso, é uma sem-vergonha, é o despudor absoluto, é a fraude política objectiva!

Aplausos do PS.

Aliás, em termos de coerência, o Sr. Deputado Luís Marques Mendes é muito oscilante, eu diria até que é muito volátil: começou por defender a limitação dos mandatos, mas como o Dr. Jardim se opôs já não quer a limitação dos mandatos. Agora tem um novo *leitmotiv*: a reforma do Estado, as funções do Estado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Que funções é que acha que deverão ser suprimidas no Estado? Haver menos funcionários? Menos serviços públicos de qualidade? Menos funções essenciais e sociais do Estado? Mais privatizações?

Era bom que o Sr. Deputado Luís Marques Mendes nos dissesse qual é a sua perspectiva.

Já vimos aqui qual é a alternativa: temos o estado da Nação com carácter de futuridade e temos uma oposição de direita que é situacionista, sem alternativas, sem ideias, que não traz seja o que for de novo aos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Martins, a nossa agenda é, de facto, a modernização do Estado. E o Estado, em Portugal, precisa de se modernizar com um duplo sentido.

Em primeiro lugar, devemos colocar o Estado social em Portugal ao serviço de quem realmente dele precisa e libertar o Estado não apenas da ideia, mas da realidade de se encontrar capturado pelos interesses de classes que têm mais poder reivindicativo e que, ao longo dos últimos 30 anos, tudo fizeram para satisfazer as suas aspirações. Por outro lado, além de precisar de ser um Estado mais justo, também precisa de ser um Estado mais moderno, com melhores serviços públicos, para que possa servir melhor os cidadãos e para que possa dar um contributo para a modernização e competitividade da nossa economia. Este é o nosso caminho.

Grande parte das medidas que tomámos tomá-las-fámos houvesse ou não crise orçamental, porque essas medidas são justas, são baseadas numa ideia de um Estado social maduro, mas de um Estado social justo.

É certo que há outros caminhos, mas quando oiço a direita falar da revisão das funções sociais do Estado, sei do que estão a falar. Verdadeiramente, estão a falar de uma receita que tem duas componentes. Uma é a de despedir funcionários públicos, como muitos deles argumentam.

Protestos do CDS-PP.

Não têm, naturalmente, coragem para o dizer, porque isso far-lhes-ia perder algum eleitorado. Mas a verdade é que tudo isto está implícito nesse discurso da direita. Por outro lado, quando falam da revisão das funções do Estado, o que estão verdadeiramente a querer é pôr em causa prestações sociais no domínio da educação, no domínio da saúde, enfim no domínio dessas funções mais tradicionais. Grande parte do problema da direita e do discurso da direita é não assumir que esse é o caminho que defende.

Aqueles que querem defender o Estado social, aqueles que acreditam que o Estado tem um papel a desempenhar não podem conformar-se com estas crises orçamentais, porque são sempre estas crises que debilitam a credibilidade e o prestígio do Estado em Portugal e que o tornam vulnerável a este tipo de ataques.

O nosso caminho não é, portanto, o caminho da direita. Não queremos nem despedir funcionários públicos, nem fazer cortes cegos, nem queremos diminuir as prestações sociais em Portugal.

Ainda há muito a fazer, mas se queremos melhorar as prestações sociais, se queremos que o Estado melhore os seus serviços públicos devemos combater o desperdício e fazê-lo com base numa ideia de

justiça, numa ideia de equidade, e numa ideia de que o Estado deve servir aqueles para quem foi pensado, ou seja, aqueles que precisam do Estado e de um Estado.

Este é o nosso Programa e é este caminho que vamos seguir. E vamos seguir este caminho com coragem, porque a modernização do Estado exige coragem e determinação. Chegou o momento da verdade, também para o Estado português.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, permita-me também, e antes de mais, em nome do Partido Comunista Português e do Grupo Parlamentar do PCP, que manifeste a nossa mais viva condenação pelo brutal atentado que teve hoje lugar, ao início da manhã, em Londres.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Queremos também recordar aqui a nossa inequívoca posição de sempre de condenação de todas as formas de terrorismo e dos objectivos de quem serve, e ainda, em conformidade com o silêncio que guardámos, transmitir uma palavra de solidariedade aos trabalhadores, ao povo inglês e às famílias das vítimas.

Uma última nota sobre o assunto: perante estes trágicos acontecimentos, ocorridos no momento em que decorre na Escócia a Cimeira do G-8, queremos também alertar para qualquer tentativa de aproveitamento da situação para justificar a violação de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e para branquear a agressão imperialista e as suas guerras de ocupação, em si mesmas também factores de alimento e de ânimo do próprio terrorismo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, algures, numa das manifestações que se realizaram recentemente em Portugal, um participante era portador de um cartaz que apresentava a imagem de quatro ex-Primeiros-Ministros e do actual Primeiro-Ministro, onde se lia: «Todos diferentes, todos iguais».

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — A ácida e criativa imagem que ali era colocada...

O Sr. **António Galamba** (PS): — Até já fazem cartazes para inspirar o PCP!

O **Orador**: — Quero dizer-lhe que não foi o PCP que o fez! Esse é o vosso engano!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Se calhar, foi algum socialista!

O **Orador**: — Esse é o vosso engano de agora e para o futuro!

Creio que a ácida e criativa imagem desse cartaz faz uma síntese do que foi a prática dos governos anteriores e da que pensamos estar encaminhada pelo Governo actual.

Dirá V. Ex.^a que tal mistura ou igualização é injusta e precipitada, mas compete-lhe a si prová-lo. E, aqui, a prova não é boa, sendo legítimo fazer essas comparações e até constatar semelhanças, tendo em conta factos, medidas e políticas concretas e não anúncios ou declarações de boas intenções. E a prova não é boa, porque, sem ter a preocupação de saber se o Governo está pouco ou muito desgastado e se descontarmos as suas palavras e as suas boas intenções, que acredito que sejam ditas com sinceridade, há uma crítica de fundo que podemos, desde já, fazer: o Governo do PS está a desbaratar a esperança e a confiança que tantas vezes sentimos na «batalha» das eleições de 20 de Fevereiro...

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e que se reflectiram, tão claramente, nos resultados eleitorais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Nem sequer recorro a um recente inquérito, realizado em Julho, pela Comissão Europeia, sobre o clima económico em Portugal, porque a realidade fala por si.

O Governo deixou cair promessas que eram o *ex libris* da sua campanha eleitoral — estou a pensar nos impostos, nos 150 000 postos de trabalho, no aumento das reformas para todos os que ganhassem menos de 300€ — ...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Não foi isso! Não leu o Programa!

Vozes do PCP: — É, é!

O Orador: — Pode dizer que não foi isso, mas a ideia que tentaram «vender» foi essa!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Não sabem ler!

O Orador: — Como estava a dizer, o Governo deixou cair promessas que eram o *ex libris* da sua campanha eleitoral mas foi tomando medidas e aprovando instrumentos orçamentais, económicos e financeiros já usados e experimentados até à exaustão e que falharam, que agravaram os problemas dos trabalhadores, do povo e do País. E são esses instrumentos, essas decisões que valem, que fazem caminho, e não as declarações de intenção.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, não se iluda no final deste debate — que é modelado, fundamentalmente, para servir o Governo —, se for muito aplaudido, se tiver comentários favoráveis de analistas, dos seus parceiros de Governo. É que quem anda aqui há 20 anos já viu muito mais entusiasmo e aplausos que, depois, tiveram o desfecho que tiveram.

Mas, sem prejuízo de proferir uma intervenção de fundo, e tratando-se desta fase das perguntas, gostaria de suscitar uma questão que tem a ver com o facto de o Sr. Primeiro-Ministro vir anunciar a importante alteração da Lei da Nacionalidade. Está a ver que, afinal, vale a pena lutar sempre?! Essa é uma das propostas mais antigas do PCP e, finalmente, tivemos o reconhecimento do Governo...

Risos do PS.

Os senhores sabem que é verdade! Na Legislatura anterior e na presente apresentámos uma proposta que, no fundo, corresponde a esta grande novidade aqui apresentada pelo Sr. Primeiro-Ministro.

Uma outra questão que gostaria de suscitar, embora já tenha sido colocada pelos Srs. Deputados do PSD, tem a ver com o seguinte: anunciou o Sr. Primeiro-Ministro, publicamente, que não ia mexer nos impostos; agora, enfim, houve uma posição mais flexibilizada, tendo até em conta a afirmação mal explicitada do Sr. Ministro das Finanças. Mas aquilo que gostaria de perguntar, concretamente, é se isso significa que vai avançar com as medidas que anunciou em relação ao capital financeiro e especulativo ou que, caso as coisas corram mal, serão sempre os mesmos, do costume, a sofrer as consequências. É que, olhando para as posições macroeconómicas reflectidas no Orçamento rectificativo, com todas as incertezas do Quadro Comunitário de Apoio e usando, um pouco, a expressão popular, podemos sempre perguntar-lhe se não lhe parece que está a fazer muita política por palpite! E se o palpite falhar? A quem é que vai ser cobrada a factura, em termos de impostos?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, faça o favor de concluir.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Uma questão que também considero importante tem a ver com o processo de deslocalizações que hoje existe em Portugal e que está a provocar o aumento significativo do desemprego.

Hoje, somos confrontados com uma espécie de novos «vampiros» do século XXI, que chegam a um país, instalam-se, são apoiados e financiados, exploram, mas assim que sentem «sangue fresco», seja por fundos comunitários, seja explorando mão-de-obra mais barata noutro país, aí vão eles, levantam a tenda e deixam atrás de si um rasto de miséria, de desemprego, de depressão, de problemas familiares, regionais e locais de grande dramatismo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Nós consideramos que é possível travar isto! Apresentámos um projecto de resolução, uma iniciativa, aqui, na Assembleia da República, com medidas nacionais, com medidas que, naturalmente, têm de ser discutidas no quadro comunitário. Não considera o Sr. Primeiro-Ministro que também vale a pena travar esta batalha, para impedir as situações dramáticas que hoje existem no nosso país, designadamente com este processo de deslocalizações?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Deixo-lhe a pergunta, porque consideramos que é justo travar esta batalha, que tem a ver com o interesse nacional, com os interesses dos trabalhadores e com o próprio Estado social.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, «todos diferentes, todos iguais». Sabe o Sr. Deputado que também sou Deputado desta Casa há muitos anos. E, infelizmente, ouço, há 30 anos, o Partido Comunista dizer sempre a mesma coisa:...

Protestos do PCP.

... que o Partido Socialista é igual à direita. Há 30 anos que vos ouço dizer isto! Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que já não estranho.

Quando o Partido Socialista esteve no Governo e quis modernizar o País, nunca pôde contar com o Partido Comunista,...

Vozes do PCP: — Falso!

O **Orador**: — ... bem pelo contrário, o Partido Comunista sempre esteve na rua a contestar a governação do Partido Socialista. Isso aconteceu no «Verão quente», quando quisemos construir, em Portugal, um Estado democrático e de direito, isso aconteceu quando estivemos no Governo e salvámos, várias vezes, o País da bancarrota. Nunca conseguimos contar com o apoio do Partido Comunista!

A Sr.^a **Odete Santos** (PCP): — São muito democratas!...

O **Orador**: — Nos momentos críticos da governação, a verdade é que o Partido Comunista esteve sempre igual a si próprio. E não aprende nada! Para o Partido Comunista — é preciso dizê-lo! — a matéria da renovação não é, verdadeiramente, o seu forte.

O que me parece é que, de facto, há uma esquerda que não tem sentido da governação nem o quer ter, porque se o Sr. Deputado tiver o mínimo sentido da governação há-de reconhecer que o nosso Estado social tem problemas. Devia fazê-lo, porque, de facto, quando um Estado social tem crises orçamentais como a que estamos a ter, isso põe em causa a sua sustentabilidade. E reconhecer que há um problema com a sua sustentabilidade é uma visão realista, séria e honesta do nosso Estado para admitir que devemos fazer alguma coisa se o queremos salvar.

O Sr. Deputado Jerónimo de Sousa entende que desbaratámos a esperança. Pois eu entendo justamente o contrário. É que se nós não tivéssemos feito nada, então, aí, sim, não haveria esperança.

Se sucedesse que um Governo, colocado perante um relatório que anunciasse uma previsão orçamental de défice de 6,83%, e estando integrado numa unidade monetária, nada fizesse para corrigir essa situação, então não tenho dúvidas de que as agências de rating aumentariam o risco para a República. Isso transformaria Portugal num país com maior risco, aumentaria os juros e, então, as famílias e as empresas portuguesas teriam o seu problema agravado e haveria uma crise, uma recessão económica em Portugal. Foi o facto de o Governo ter reagido e anunciado estas medidas que evitou essa situação.

Considero absolutamente irresponsável a perspectiva de quem olha para o problema e entende que não há problema algum e que tudo deveria continuar como sempre.

Aplausos do PS.

Vozes do PCP: — O problema existe! A vossa solução é que não serve!

O **Orador**: — Calma, Srs. Deputados! Eu também vos ouço com serenidade e com atenção. Nem sempre com prazer, é certo, mas com atenção.

Lutar pelo emprego é justamente fazer aquilo que nós fizemos, porque o que ameaça mais o emprego é a subida das taxas de juro. Isso, sim, é a crise e a recessão! Lutar para que as medidas possam pôr na ordem as contas do Estado, lutar pelo equilíbrio orçamental é lutar pelo emprego. Tal como também é lutar pelo emprego conseguir um Programa de Estabilidade e Crescimento que preserve o essencial do investimento público; tal como também é lutar pelo emprego enunciar um quadro estável para o investimento público, um quadro de referência para que a comunidade empresarial no nosso país saiba quais

são as nossas prioridades e onde deve investir. Isso, sim, é lutar pelo emprego!

Não lhe ouvi uma referência a esse quadro, a essa perspectiva, Sr. Deputado! O Sr. Deputado não considera que, verdadeiramente, é a primeira vez que se regista a apresentação de um conjunto integrado, estratégico, de projectos? Não considera que é a primeira vez que sucede um Governo iniciar as suas funções e dizer imediatamente quais são as suas prioridades de investimento público para os próximos quatro anos, tentando, com isso, atrair investimento privado, justamente para haver mais emprego e para que daí possa resultar o crescimento da economia? Ó Sr. Deputado, não reconhecer isto, francamente, é uma grande injustiça.

Finalmente, Sr. Deputado, tomo nota que, pela primeira vez, nesta sessão legislativa, o Partido Comunista está de acordo connosco numa matéria: na revisão da Lei da Nacionalidade.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Não, não! Nas subvenções também estamos!

O **Orador**: — Sim, na questão das subvenções também estiveram de acordo. Então, são duas as matérias em que estiveram de acordo. Mas não estiveram de acordo noutras, como, por exemplo, na questão da limitação de mandatos. Não estão de acordo... Alguma razão haverá!

Risos do PS.

Mas anoto o acordo em relação à Lei da Nacionalidade, que é muito importante, porque o País precisa da revisão dessa Lei, de forma a adaptá-la à nova condição social que se vive hoje em Portugal. E lamento muito que, a propósito desta questão, uma questão vital para o nosso país, porque não se revê a Lei da Nacionalidade todos os anos, a direita ainda não tenha dito nada. Nota um estranho silêncio da direita sobre estes domínios, mas, felizmente, o vosso acordo já me anima. No entanto, gostaria que houvesse um consenso nesta Assembleia em matéria de revisão da Lei da Nacionalidade de forma a que, finalmente, pudesse dar a Portugal uma perspectiva mais humana para a coesão social.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Inscreveu-se, para exercer o direito regimental de defesa da consideração da bancada, o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Sr. Presidente, creio nunca ter exercido este direito regimental mas, porque o Sr. Primeiro-Ministro foi injusto e cometeu uma inverdade histórica, considero importante afirmar e lembrar, tendo em conta que o Sr. Primeiro-Ministro também passou por aqui muitos anos,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Até tem direito a reforma!

O **Orador**: — ... que sempre, mas sempre, que o Partido Socialista procurou encontrar propostas que considerávamos justas e adequadas, propostas com sentido democrático e de esquerda, teve o apoio do PCP.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Lembro-lhe a Lei de Bases da Segurança Social,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... lembro-lhe a reforma fiscal, lembro-lhe medidas relativas à justiça, lembro-lhe medidas relativas à lei da droga. E isto é apenas um conjunto de medidas.

Mas, já agora, posso dar-lhe conta de um dado histórico, porque nessa altura o Sr. Primeiro-Ministro ainda não estava cá. Num determinado momento em que o Partido Socialista precisava da nossa opinião e da nossa votação, nós fizemos, tão simplesmente, estas reclamações de fundo: defesa do sector público, defesa dos direitos dos trabalhadores. A resposta que recebemos foi uma folha em branco.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — São uns ingratos!

O **Orador**: — Como vê, Sr. Primeiro-Ministro, da nossa parte, naquilo que for bom para o País, para o povo e para os trabalhadores contem connosco; naquilo que sempre, mas sempre, nesta Assembleia, e fora dela, contar com o nosso combate é no que considerarmos injusto, antidemocrático e mau para o povo e para o País. Pode contar com esta batalha mas também pode contar com a nossa disponibilidade

no sentido em que a afirmei.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jerónimo de Sousa, não quis nem ofendê-lo nem faltar-lhe à consideração.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Às vezes parece!

O **Orador**: — Não é uma inverdade histórica dizer que sempre que o PS teve responsabilidades de governação, sempre que teve de tomar medidas difíceis para a modernização do País e do nosso Estado, nunca pôde contar com o apoio do PCP, bem pelo contrário.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Eram medidas injustas!

O **Orador**: — Não, não eram medidas injustas!

A verdade é que, após estes 30 anos, já estamos em condições de olhar para trás e verificar se as medidas que os governos do PS tomaram em momentos difíceis de crise económica foram, ou não, medidas patrióticas. Foram-no! E contaram com o apoio do PCP? Não, não contaram, bem pelo contrário contaram sempre com a sua oposição. É a isso que me refiro.

Nas grandes mudanças, nos grandes desafios da modernização, o PCP ficou sempre para trás.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Dê um exemplo!

O **Orador**: — E digo-o com lamento, porque penso que estava na altura de o PCP olhar para as questões da governação com mais responsabilidade, de deixar de ser apenas um partido de protesto para ser um partido com responsabilidades,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — O nosso protesto é responsável!

O **Orador**: — ... fazendo tudo aquilo que tem a fazer em nome de uma governação e de um ideal de esquerda que quer preservar um Estado, mas um Estado ao serviço daqueles que dele precisam e que possa contribuir para a modernização e para a competitividade da economia e da sociedade portuguesas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também a nossa bancada se associa às palavras de condenação do atentado terrorista ocorrido hoje de manhã, em Londres. Trata-se de um acto cobarde, de um acto insano, de um acto sem qualificação.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: 10 de Julho de 2002 — esta data diz-lhe certamente qualquer coisa.

Vou dar-lhe uma ajuda, Sr. Primeiro-Ministro. Nesse dia, aqui no Parlamento, dizia um Deputado da oposição o seguinte: «Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, nada minou mais a confiança dos portugueses na sua economia e nas suas instituições políticas do que a fraude nacional cometida pelo seu Governo!». Comentário de um colega de bancada: «Muito bem!»

E continuava: «Nada alterou mais a relação de confiança do que um governo que prometeu baixar os impostos e os aumentou!». Comentário de um colega de bancada: «Muito bem!»

E dizia ainda: «Isso contribuiu para deprimir o País, para afastar os portugueses da sua relação de confiança e de optimismo de um Governo que entrava em funções e foi fatídico para atingir os indicadores de confiança nos seus corações.» Comentário de um colega de bancada: «Muito bem!»

Sabe quem dizia isto, Sr. Primeiro-Ministro? O Eng.^o José Sócrates, Deputado socialista, então na oposição.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sabe quem proferia os apartes, Sr. Primeiro-Ministro? O Sr. Dr. António Costa, hoje Ministro de Estado e da Administração Interna.

Aplausos do CDS-PP.

E sabe em que debate, Sr. Primeiro-Ministro? Exactamente no debate sobre o estado da Nação, que teve lugar três meses depois da tomada de posse do governo da maioria PSD/CDS-PP. É extraordinário, não é?!

Dificilmente encontrámos agora melhores palavras para descrever o que o País sente perante o seu desempenho e o do seu Governo, passados pouco mais de três meses de ter entrado em funções, do que as suas próprias palavras de há três anos.

Digamos que o tempo tem revelado duas personalidades distintas na mesma pessoa: a personalidade do Eng.º Sócrates, bonzinho, na oposição; e a personalidade do Eng.º Sócrates Primeiro-Ministro, zangado com os portugueses, na governação. O que é grave é que a personalidade do Primeiro-Ministro zangado se tem revelado a personalidade dominante.

Acontece que o País votou maioritariamente no outro Eng.º José Sócrates, no Deputado socialista na oposição, Secretário-Geral do PS,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... não no Primeiro-Ministro que, ganho o poder, se lhes tem revelado, todos os dias, uma pessoa diferente.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Aquilo que o Eng.º José Sócrates afirmou, defendeu e garantiu durante três anos na oposição e aquilo que vem pondo em prática, há pouco mais de três meses, no Governo é exactamente o contrário.

Os portugueses votaram num político que os convenceu dizendo-lhes que não ia aumentar impostos, não no político que, de uma assentada, aumentou o IVA, o IRS, o imposto sobre os produtos petrolíferos e o imposto sobre o tabaco. E vamos lá ver o que vai acontecer com o IRC!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Conseguiu, de resto, o maior aumento da carga fiscal de que há memória, superior a 40% do PIB, contra 37,4% em 2004, como sabe.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses votaram num político que lhes garantiu que ia cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento, sem receitas extraordinárias, até ao termo da Legislatura; não votaram no político que, agora, já as considera a coisa mais normal do mundo.

Os portugueses votaram no político que, em 18 de Dezembro de 2004, se insurgia contra a venda de edifícios do Estado, que dizia traduzirem um acto irresponsável e leviano porque Portugal não tinha património a mais; não votaram no político que, agora, já considera a venda de património do Estado, em concreto de edifícios, também a coisa mais normal do mundo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses acreditaram no político que lhes garantiu que não faria nomeações para a função pública antes de aprovada uma lei, na Assembleia da República, que definisse os respectivos critérios; não votaram no político que quando veio discutir essa lei já tinha feito o essencial dessas nomeações.

Os portugueses votaram no político que garantiu, nas bases programáticas para as eleições legislativas de 2005 (refiro-o para que não venha com trocas de números), os 150 000 novos empregos bastantes para combater a taxa de desemprego de 6,8% (é o que vem referido nas bases programáticas do seu partido e é um número que o Sr. Primeiro-Ministro afirmou); não votaram no político que, no Programa de Estabilidade e Crescimento, prevê para o final de 2009 uma taxa de desemprego superior.

Antigamente, contava-se às crianças, até por razões pedagógicas, a história do pastor que, por brincadeira, inventando a presença de um lobo, gritava por socorro na aldeia — a história «Pedro e o lobo».

Até ao dia em que o lobo veio mesmo e a população, farta de ser enganada, não o socorreu.

Parece-me óbvio que o Sr. Primeiro-Ministro nunca ouviu esta história, porque, caso contrário, teria dela retirado ensinamentos.

Ora a moral desta história é a de que mentir não compensa.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Nesta história, o Primeiro-Ministro é o lobo!

O **Orador**: — Isto significa que até pode vir o dia em que o Sr. Primeiro-Ministro cumpra exactamente aquilo que prometeu, só que nessa altura já poderá ser tarde, já serão poucos os que vão acreditar em si e, porventura, já não vão socorrer-lhe.

Ontem mesmo, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças dava nota de mais uma contradição. Convénhamos, Sr. Primeiro-Ministro, que todas estas contradições começam a ser um bocadinho demais. E até tememos que, por este caminho, o seu destino comece a ficar traçado, desde logo pela mentira, que tem «perna curta», tendo como efeito imediato a perda de credibilidade. Depois, lá para Outubro, porventura, a derrota nas eleições autárquicas; mais adiante, em Janeiro, quem sabe, a derrota nas eleições presidenciais; e, no final de tudo, a falta de autoridade de que o País precisa. É que, nesse momento, o Sr. Primeiro-Ministro poderá até exercer o poder, só que já lhe vai faltar autoridade, o que é muito grave para o País.

Sr. Presidente, termino formulando a minha questão.

Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a tem anunciado muita coisa ao País, mas tem apostado numa fórmula profundamente errada.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

O **Orador**: — Concluo de imediato, Sr. Presidente.

Os problemas do País não se resolvem com o aumento de impostos, nem sequer com investimentos públicos mais ou menos megalomanos. Os problemas do País resolvem-se diminuindo a despesa pública,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... como se resolvem dando condições de competitividade às nossas empresas, fazendo com que as marcas e os produtos portugueses tenham aceitação no exterior, possibilitando que, com os privados, a economia nacional possa ser auxiliada. O que o Sr. Primeiro-Ministro faz é exactamente o contrário do que é suposto: aumenta a despesa pública em cerca de 10% e asfixia a economia nacional, não dando condições às nossas empresas para crescerem.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, a questão concreta que lhe deixo é esta: não considera que o Sr. Ministro da Economia, antes mesmo de anunciar estes projectos faraónicos, que nem sequer são novos — são antigos, como já foi dito ao País —, deveria ter começado por um plano de apoio às empresas portuguesas e de promoção das marcas portuguesas no estrangeiro que lhes garantisse as condições de competitividade, sem as quais, seguramente, no final do seu mandato, a economia estará em muito pior situação do que aquela em que estava quando a «recebeu», após ter ganho as eleições?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, a primeira diferença entre as últimas eleições legislativas e as de 2002 é que o PSD, nessa altura, prometeu baixar os impostos, prometeu um choque fiscal, dizendo ao País que o défice era de 5%. Quando chegaram ao poder, o PSD e o CDS-PP aumentaram o IVA.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — E baixámos o IRC, o IRS e o imposto sobre os produtos petrolíferos! Baixámos três impostos!

O **Orador**: — E aumentaram o IVA quando o défice era inferior àquilo que o PSD previa: 5%! É muito diferente a situação actual, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo. Nunca acreditei no número

que o Ministro das Finanças do seu partido apresentou nesta Assembleia — 2,9%. Não! Mas estava honestamente convencido de que o défice real era de 5%. O défice real não é de 5% mas, sim, de 6,82%. Isto diz tudo sobre o falhanço da vossa governação!

Os senhores começaram com um défice de 4,2% e terminaram em 6,83%. E ainda têm o desplante de vir falar disso neste debate!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, há um ponto sobre o qual tem de dar uma explicação: por que é que considerava, há três anos, que tendo um défice de 4,2% precisava de aumentar o IVA e agora, que temos um défice de 6,83%, já considera que não é preciso aumentar impostos nenhuns? Vou dizer-lhe porquê: o senhor agora está na oposição e, portanto, isso deve-se apenas a um comportamento de oportunismo político absolutamente evidente e que se impõe com clareza a qualquer pessoa.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, quero responder-lhe. A única mentira que existe aqui é a do Orçamento do Estado para 2005 que o senhor votou.

Protestos do CDS-PP.

O Orçamento do Estado para 2005 é a grande mentira dita aos portugueses!

Vozes do PS: — Essa é a verdade!

O Orador: — É uma mentira, porque esse foi um Orçamento eleitoralista, que não orçamentou a despesa como devia, que não tinha inscritos os vencimentos dos funcionários públicos e os aumentos de pensões, que os senhores anunciaram mas não orçamentaram,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Os senhores é que estão a gastar o dinheiro noutras coisas!

O Orador: — ... e que previa uma série de receitas extraordinárias que, pura e simplesmente, não existiam. Essa, sim, é a grande mentira, que devia, aliás, envergonhar-vos e pela qual deviam pedir desculpa ao País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os portugueses — não se iluda, Sr. Deputado — não se zangaram comigo, zangaram-se com os senhores, que apresentaram aquele Orçamento do Estado e andaram três anos a prometer-lhes que estavam a descer o défice quando, afinal de contas, o mesmo é hoje superior àquele que encontraram.

Há maior fracasso político do que este? É capaz de encontrar na vossa governação um ponto, um resultado que possa apresentar a esta Câmara? Pode dizer «nós fizemos isto»? Não!

É por isso que o Sr. Deputado António Pires de Lima, que se encontra sentado ao seu lado, ainda ontem disse que, infelizmente, a direita foi para o poder e, ao fim de três anos, não foi capaz de deixar uma marca na governação.

Aplausos do PS.

Deixaram, isso sim, uma marca de grande incompetência e de grande falta à verdade, principalmente no domínio orçamental.

Não me assusta a contestação, Sr. Deputado. O que me assustaria era o Governo nada estar a fazer, porque, isso sim, não tinha contestação; o que me assustaria era o Governo não estar a produzir uma acção que visa a modernização do nosso Estado. Isso é que me assustaria!

E fala o Sr. Deputado de aumento de despesa?! Ainda tem o desplante de vir aqui falar no aumento de despesa?! O Sr. Deputado sabe em quanto aumentou a despesa durante a vossa governação? De 46,3%, em 2001, passou para 46,4%, para 47,5% e, depois, para 48,3%!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Convosco já vai em 50%!

O Orador: — E só não aumentaria mais em 2005 porque os senhores não orçamentaram a despesa referente àquilo que prometeram pagar aos funcionários públicos.

Aplausos do PS.

O que é que o Sr. Deputado chama a isto? Faça o favor de explicar o que é que o CDS-PP e o PSD chamam ao Orçamento do Estado para 2005! Como é que classificam aquela operação? Como é que classificam aquele Orçamento? Só tenho uma palavra para o classificar: aquele Orçamento do Estado foi um logro e um engano que, propositadamente, se quis servir a Portugal!

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para defesa da consideração da sua bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, e, se for possível, antes de se iniciar a contagem do tempo, gostaria de dizer que a defesa da consideração da minha bancada que agora vou fazer não prejudica a defesa da honra pessoal que o Sr. Deputado António Pires de Lima pretende levar a cabo e da qual me pede que informe a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Está certo, Sr. Deputado, mas a defesa da honra pessoal só poderá ser exercida no final do debate, de acordo com o Regimento.

O **Orador**: — Com certeza, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, já está na altura de V. Ex.^a deixar esse papel do comentador político do passado e de começar a falar da sua governação.

Protestos do PS.

Como o Sr. Primeiro-Ministro dizia há três anos, neste Parlamento, «neste debate do estado da Nação não pode escapar àquilo que é essencial: uma avaliação política destes três meses do seu Governo». Isto dizia o Sr. Primeiro-Ministro há três anos.

Agora quem o ouve só se lembra de um clássico da televisão portuguesa, da RTP, de Vitorino Nemésio, que começava dizendo «Se bem me lembro...». Só que, Sr. Primeiro-Ministro, não me interessa aquilo de que V. Ex.^a se lembra, porque já é responsável por três meses de governação e, por isso, tem de ser responsável pelas suas opções políticas.

No entanto, Sr. Primeiro-Ministro, se quer falar desse passado (e é curioso como o PS, durante três anos, aqui foi afirmando que o passado já tinha sido julgado nas urnas pelos portugueses e que, portanto, era preciso falar do futuro, tendo agora esquecido esse mesmo argumento), não me importo de o fazer e vou, apesar disso, responder-lhe.

Se à data, em 2002, defendemos o aumento, em dois pontos percentuais, do IVA foi porque queríamos conter o défice abaixo dos 3% e, como sabe, tínhamos entrado numa coligação, que do Partido Socialista tinha a garantia de um défice verificado de 1,1% inscrito no Orçamento, que, depois, todas as instâncias nacionais e comunitárias verificaram que era, afinal, de 4,1%, o que, convenhamos, é diferente.

Como já lhe disse uma vez, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a é o primeiro governante do País e não lhe fica bem falar aqui de um défice que só irá verificar-se em 31 de Dezembro de 2005 como se ele já tivesse ocorrido,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — ... porque o défice que se verificar em 31 de Dezembro de 2005 é o resultado directo da sua governação! Portanto, assumir aqui, antecipadamente, que o défice vai ser esse é assumir, antecipadamente, o fracasso da sua governação,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... porque demonstra ao País que não é capaz de fazer nada para o evitar.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Exactamente!

O **Orador**: — Só que — e essa é a grande diferença — nós recebemos um défice verificado, da vossa responsabilidade, que não era aquele que nos comunicavam, porque tinham mentido ao País, e o Sr. Primeiro-Ministro especula com uma previsão de défice que não sabemos se irá concretizar-se.

Termino esta defesa da honra referindo-me aos exemplos (o Sr. Primeiro-Ministro fala muito de exemplos). Sabe o que é que não lhe fica bem, Sr. Primeiro-Ministro? É criar uma convicção mediática ao País e, depois, não cumprir com a palavra, não honrar os seus compromissos,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... é não permitir, por exemplo, como aconteceu ontem, que a comunicação social diga, em primeira página, «Sócrates promete que os impostos não sobem mais», e que depois aqui, num debate, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças diga que, afinal, vai haver uma reavaliação lá para Setembro e que depois se verá.

Peço ao Sr. Primeiro-Ministro que consulte a acta respectiva para saber o que, a propósito dessa reavaliação, foi dito pelo Sr. Ministro do Estado e das Finanças.

Mais: até nos grandes exemplos de virtuosismo que quer dar ao País o Sr. Primeiro-Ministro não se mostra tão virtuoso como isso. Há pouco tempo, estivemos a discutir o fim dos privilégios dos titulares dos cargos políticos e o Sr. Primeiro-Ministro, virtuoso, dirigindo-se ao País, disse: «eu sou o primeiro a dar o exemplo, eu prescindo.»

Ora, tive o cuidado de procurar perceber do que é que o Sr. Primeiro-Ministro ia prescindir e, afinal, aquilo de que ia prescindir...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Isso não é uma defesa da honra!

O **Orador**: — ... era de algo que ainda não tem! É que o Sr. Primeiro-Ministro declarou prescindir do benefício que teria pelo exercício do cargo de Primeiro-Ministro, mas isso implica uma governação de quatro anos!

Basta olhar para o passado recente, o tal que o Sr. Primeiro-Ministro invoca, para poder, desde logo, calcular que a sua governação pode não durar quatro anos. Se assim for, está a prescindir de um benefício que, porventura, poderá nunca vir a ter.

O que lhe pergunto é se vai guardar para si aquele privilégio que, no que toca aos Deputados, considerou verdadeiramente injustificado, ou seja, a tal subvenção atribuída após dois anos de exercício do mandato, porque eu não acredito que o Primeiro-Ministro do meu país, que nesse exemplo, absolutamente injustificado, usa de um argumento relativamente à Assembleia da República, guarde para si o que considera verdadeiramente inaceitável.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, convinha que desse esta resposta claramente ao País, porque os seus exemplos não são os de uma pessoa qualquer, são os exemplos do primeiro governante de Portugal.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, apesar de esta ser a sua segunda tentativa, infelizmente também agora não foi capaz de trazer uma ideia, uma proposta, uma observação que tivesse sentido ao nosso debate sobre o estado da Nação. Permanece com vontade de discutir o passado — eu tenho o maior gosto em discutir o passado —, invoca, permanentemente, a campanha eleitoral, mas o Sr. Deputado devia compreender — é essa a verdade — que nós estamos todos aqui para discutir o presente do País, os seus problemas, os resultados da governação...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Da sua.

O **Orador**: — ... e também as propostas para a governação. O que eu gostaria era que o senhor nos dissesse o que é que o CDS-PP pensa das medidas que o Governo está a tomar, daquelas que dizem respeito à modernização do nosso Estado social...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Pensamos bem, já o dissemos!

O **Orador**: — O que é que pensa o CDS-PP sobre o caminho que estamos a percorrer no sentido de igualar os regimes de segurança social privado e público? Acham bem?

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Achamos. O Eng.º Sócrates é que era contra quando estava na oposição!

O **Orador**: — Ah! Acham bem! Mas é isso o que estamos a fazer.

O que é que acha o CDS-PP sobre a necessidade de revisitarmos todos os regimes especiais da função pública, de os olharmos para verificar se eles se justificam, se têm ainda razão de ser ou se devem, pura e simplesmente, acabar?

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Achamos bem!

O **Orador**: — O que é que pensa o CDS-PP sobre a medida que o Governo anunciou, e tomou, no sentido de acabar com as progressões automáticas e construir um sistema...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Achamos bem!

O **Orador**: — Ah! Acham bem! Então, ocorre-me perguntar-vos o seguinte: se acham tão bem, por que é que, tendo estado três anos no governo não fizeram nada disso?

Aplausos do PS.

Eu percebo! Os senhores não são capazes de reconhecer que gostariam de fazer aquilo que o Governo está a fazer mas que não estiveram à altura de fazer. Depois, às vezes, até se desculparam com o vosso parceiro de coligação.

Eu sei bem qual é o vosso problema! É a frustração de quem passa por um governo durante três anos, tem uma oportunidade e não consegue fazer nada daquilo a que se propôs. Verdadeiramente, essa é a vossa frustração.

Depois, o Sr. Deputado considera que a estimativa de défice para este ano que a «Comissão Victor Constâncio» apresentou é virtual.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Ainda não se verificou!

O **Orador**: — Se o considera um défice virtual, é capaz de me explicar, Sr. Deputado, por que é que a Comissão Europeia quer proceder contra Portugal por défice excessivo?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Porque é superior a 3%!

O **Orador**: — Para si, esse procedimento por défice excessivo é também virtual?

Nesse caso, talvez o Sr. Deputado pudesse ir a Bruxelas explicar aos senhores da Comissão que não há nenhuma razão para um procedimento por défice excessivo, porque esse défice é apenas virtual.

Não, Sr. Deputado, acontece que se trata de um défice bem real! E sabe porque é bem real? Porque o anterior governo, o anterior Ministro das Finanças, que é do seu partido, elaborou um Orçamento que era um logro, porque não pôs lá tudo o que devia ter posto, ou seja, devia lá ter posto o aumento das pensões, promessa que todos os senhores utilizaram na campanha que andaram a fazer pelo País. Disseram que iam aumentá-las, mas, depois, esqueceram-se de as orçamentar. O que é que chama a isso? E fizeram-no de forma deliberada!

Acontece que o anterior Ministro das Finanças já explicou que, em Conselho de Ministros, tinha chamado a atenção do Primeiro-Ministro para um défice de 6,2%. Porque é que não disseram isso ao País? Porque é que o esconderam?

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Termino já, Sr. Presidente.

Chama-se a isso, Sr. Deputado, uma operação de logro, que visava apenas obter votos sem dar aquilo que é absolutamente essencial: a responsabilidade política para fazer um Orçamento de verdade.

Aplausos do PS.

Hoje, ao fim de três meses da nossa governação, os portugueses sabem que têm um Orçamento de verdade e contas públicas que são conhecidas de todos, porque isso é um direito dos cidadãos portugueses. Eles não têm só de pagar impostos, têm também o direito de saber qual é o verdadeiro estado das contas públicas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, o Bloco de Esquerda junta a sua voz à todos aqueles que, em nome da liberdade, condenam todos os atentados terroristas, como aquele que atingiu a população de Londres.

Sr. Primeiro-Ministro, começo por registar — e não é a primeira vez que ocorre — uma falta no seu discurso: as palavras «União Europeia» não foram mencionadas. Ora, parece-me surpreendente que Portugal, no âmago da crise mais grave que a União Europeia vive — crise de credibilidade, crise de liderança, crise de perspectiva — se reduza a esta ideia de um país pequenino que não tem nada a dizer, nada a propor e nenhuma orientação a defender.

Isso está, certamente, relacionado com muito do debate que temos aqui, a ideia como a facilidade se instala nas nossas políticas e nas escolhas fundamentais.

Aliás, até agora assistimos a um espectáculo lamentável, em que a direita, que, tendo prometido fazer o contrário, aumentou o IVA em dois pontos percentuais, critica o Governo por fazer o mesmo, e em que o Governo, que aumentou o IVA em dois pontos percentuais, tendo também dito o contrário ao eleitorado, critica a direita por antes ter feito exactamente o mesmo.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Não há ninguém, no Governo ou na oposição de direita, que perceba que esta discussão provoca irritação profunda aos portugueses, porque só evidencia irresponsabilidade?

Hoje, Sr. Primeiro-Ministro, o que é preciso é alguém que olhe para o futuro, que olhe para as dificuldades e que tenha uma linha de governação coerente, que lhe permita e que lhe exija assumir responsabilidade. Não é dizer «não está previsto o aumento dos impostos»!

Frases redondas, vagas, não satisfazem a crise política que vivemos agora.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — O que é preciso é dizer: «comprometo-me com um programa económico, corro o risco desse programa, bato-me por ele e, em nome dele, não se aumentam os impostos.» É que há uma crise de impostos em Portugal. Este vai ser o oitavo ano em que se reduz o pagamento em IRC. Haja vacas gordas ou vacas magras, as empresas, em oito anos sucessivos, contribuem menos, cada vez menos, para o pagamento dos impostos. E são penalizados os reformados, os trabalhadores e sempre os mais pobres.

Por isso, a coerência da política económica é indispensável neste contexto.

Hoje sabemos um pouco mais do que sabíamos ontem, porque o Governo, até agora, nunca nos disse uma palavra — há, sobre isso, no Governo, um segredo obscuro — sobre as privatizações, que valem 400 milhões este ano e 5000 milhões em quatro anos. Mas hoje talvez já possamos dizer que as duas privatizações que o Governo talvez tenha preparado sejam as da Inapa (talvez até para uma empresa finlandesa ou para alguns dos seus associados) e da Portucel.

Mas, na verdade, a grande dúvida não reside sequer no que vai ser feito agora, em 2005, mas sim nos outros 4600 milhões para o resto do tempo do programa e da Legislatura, porque, neste momento, o Estado só tem como empresas estratégicas: na área das águas, a Águas de Portugal (ADP); na área da electricidade, a sua parte na Electricidade de Portugal (EDP) e na Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN); na área da energia, a sua parte na GALP.

Portanto, a verdadeira questão que se coloca é a seguinte: como são estas e não outras as empresas, como é que vão realizar-se mais de 4000 milhões com privatizações — vão, necessariamente, tocar em centros estratégicos de decisão? E eu pergunto-lhe se um governo pode ter política económica se não tem um peso essencial na decisão do que é a regulação do sector eléctrico, do sector dos combustíveis ou do sector do serviço público da água. A resposta é, evidentemente, «não».

Há pouco disse que houve partidos que «faltaram à chamada» do Partido Socialista em momentos difíceis. Hoje é um momento difícil e o que lhe digo, Sr. Primeiro-Ministro, é que o PS e o seu Governo estão a «faltar à chamada» da esquerda se quiser privatizar estes sectores estratégicos.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — É que não há outros! E não me responda que daqui a umas semanas vai discutir o assunto, porque o Sr. Primeiro-Ministro já sabe e eu já sei. O que é importante é esclarecer claramente o País. Porque isto tem uma outra consequência, que é esta: há muitas empresas que se deslocalizam — a Yazaki, a Phillips, a Rhode, a Alcoa, a Benetton e, há pouco tempo, a Lear —, há 15% de desemprego no distrito de Braga.

Mas veja bem, Sr. Primeiro-Ministro, este paradoxo: nestas empresas há sempre uma placa de mármore que assinala que o «Ministro Ex.^{mo}» — quem inaugura é sempre «Ex.^{mo}» — esteve lá a inaugurar a empresa. Mas, sete anos depois, quando a Lear se vai embora, não devolve ao ex-Ministro Pina Moura a

placa que lá ficou!

Aplausos do BE.

E se fossem devolvidas as placas de todas as inaugurações feitas pelo Prof. Cavaco Silva ele até poderia forrar o tecto da vivenda Mariani com a quantidade de mármore que lhe seria entregue por estas empresas que foram embora.

Mas, atenção, Sr. Primeiro-Ministro: quando fizer o negócio da Inapa pergunte bem a essa empresa se ela também não se vai embora e se não lhe irá devolver a lápide.

O que o Sr. Primeiro-Ministro nos veio dizer agora, — e esse é o aspecto mais surpreendente desta conversa — foi que a direita está irritada porque gostaria de fazer o que o Governo está a fazer. Ora, nós precisamos de uma política de esquerda que não queira dizer à direita que está a fazer o que a direita gostaria que fizesse, porque, assim, estamos certos que a política do Governo é errada naquilo em que era preciso grandiosidade, sentido estratégico, orientação de alternativa e política de esquerda.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, fiz duas referências à Europa. O Sr. Deputado não ouviu bem, mas posso repeti-las.

Refiri as incertezas que pairam sobre o projecto da construção europeia como um dos dados do problema e referi também a conjuntura económica internacional, muito difícil e muito exigente.

Eu percebo-o, Sr. Deputado! Durante muitos anos, assisti também, neste Parlamento, à ideia expressa de que grande parte das dificuldades existentes em Portugal se devia à conjuntura internacional. Ora, eu não quero refugiar-me atrás da conjuntura internacional. Penso que temos um caminho para andar e que Portugal não pode ficar à espera que a retoma europeia se verifique para, então, a sua economia prosseguir. Não!

Aplausos do PS.

Esse não é o caminho. Penso que temos o dever de, em primeiro lugar, modernizar o nosso Estado, mas também de fazer todo o possível por relançar o investimento e para criar emprego. Esse é que é o caminho!

O Sr. Deputado falou tantos minutos e não foi capaz de dizer qual a medida do Governo com a qual não está de acordo e que acha igual à da direita. Isso não foi capaz de dizer!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — O senhor é que disse que era igual!

O **Orador**: — Como tive a oportunidade de dizer, estas medidas de reforma do Estado são fundadas numa ideia de justiça, numa ideia de equidade e numa ideia de quem quer defender o Estado social em Portugal. É para isso que estamos a trabalhar!

E ficaria bem ao Bloco de Esquerda reconhecer que há um trabalho a fazer no Estado, em vez de fingir que não há nenhum problema. Há muitos desperdícios. O nosso Estado social está, em muitos casos, capturado pelos interesses de corpos especiais e de classes profissionais que, durante estes últimos anos, o fizeram em nome, também, de conquistas irreversíveis, de acções de protesto e, até, de exigências que foram capturando vários sectores do nosso Estado, alimentando-se à custa do dinheiro dos contribuintes.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Deputado faria bem em reconhecer que há, nas nossas medidas, uma agenda de modernização do Estado, em relação à qual a esquerda não pode fingir que é alheia! A esquerda tem responsabilidades! A esquerda não pode ser imobilista! A esquerda não pode olhar para o défice de 6,83% e fingir que não é nada connosco, como se o Estado não tivesse nisso um papel a desempenhar, como se não fosse o ataque que mais debilita o Estado social! Há alguma coisa a fazer, em nome daqueles que acreditam que o Estado tem um papel a desempenhar na economia e na sociedade em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Além disso, Sr. Deputado, com franqueza, vê segredo em todo o lado! Vê segredo em tudo!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — E não há?

O Orador: — Não há segredo nenhum em relação às privatizações! Já dissemos que não vamos privatizar sectores da economia. Não há um sector em que o Estado diga: «Este sector é para privatizar!». Não! Faremos uma análise, caso a caso, das empresas e onde se justifique. Para maior eficiência empresarial, para maior eficiência económica, tomaremos essa decisão.

Temos uma orientação genérica que vamos aprovar em Conselho de Ministros brevemente. Portanto, muito em breve, saberá quais são as empresas, ou, melhor, que parte das empresas vamos privatizar. Não há nenhum segredo nisso. Vamos fazê-lo com toda a transparência.

Sr. Deputado, não participe nessa «inventona» de criar um instrumento de diversão a propósito de debates sobre o Orçamento rectificativo e, agora, sobre o estado da Nação.

Disse na televisão, e repito, que não está previsto nenhum aumento dos impostos. Ontem, o Sr. Ministro das Finanças referiu-se a alterações no domínio fiscal. É verdade que vamos proceder a alterações, mas referem-se aos benefícios fiscais em sede de IRC!

Espero que o Sr. Deputado esteja concordante com isso, porque o Estado precisa de olhar de novo para esses benefícios fiscais e verificar se são justos e se contribuem para a dinamização da nossa economia; se valem a pena para a nossa economia!

Por outro lado, Sr. Deputado, vou dar-lhe uma novidade: há portugueses para os quais os impostos vão subir, que são aqueles que não os pagam — o que vai resultar do nosso combate à fraude e à evasão fiscais. Como já disse várias vezes, é esse o caminho que vamos seguir!

Espero que agora o Sr. Deputado já não tenha dúvidas: a única alteração que haverá quanto aos impostos, nos próximos anos, será a revisão dos benefícios fiscais em sede de IRC. Isto é, vamos olhar de novo para esses benefícios e verificar se ainda são úteis à economia portuguesa.

Lamento, Sr. Deputado, mas quem «faltou à chamada» foi o Sr. Deputado ao não se ter referido às alterações à Lei da Nacionalidade. Ou o Bloco de Esquerda já não tem nada a dizer sobre a Lei da Nacionalidade?! Espero ainda poder ouvi-lo.

Aplausos do PS.

Risos do BE.

Tratou-se de uma pequena grande falta! Aí, sim, o Sr. Deputado «faltou à chamada». É inconcebível que o Bloco de Esquerda, defendendo as posições que defende neste domínio, não tenha dito uma palavra sobre as alterações à Lei da Nacionalidade. Mas tenho a certeza de que ainda irá a tempo e de que irá, certamente, fazê-lo.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, chamou-me a atenção para essa eventual «falta à chamada» por não ter referido a proposta sobre a Lei da Nacionalidade. Devo dizer-lhe que, nessa matéria, o Sr. Primeiro-Ministro tem falta de material, porque já há um projecto de lei do Bloco de Esquerda sobre a Lei da Nacionalidade há muito tempo! O Governo é que só vai aprovar amanhã o seu diploma sobre essa matéria! Nós já cá estamos, já apresentámos propostas, batemo-nos por elas. Disse-o na campanha eleitoral — e fique sabendo que o que dizemos na campanha eleitoral é o que continuamos a defender aqui. Há esta diferença entre nós!!

O Sr. Primeiro-Ministro usa uma estratégia nestes debates, pois, a certa altura, vira-se para a direita e diz «vejam lá como estou a fazer o que gostavam de fazer» e, na intervenção seguinte, vira-se para a esquerda e diz «vejam lá como sou de esquerda.» O Sr. Primeiro-Ministro não pode ter uma táctica pendular, saltando para um lado ou para o outro. Tem de ser coerente consigo próprio.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Tem de ter uma visão de prioridades. Não pode contentar a esquerda e contentar a direita. Não há políticas de esquerda e políticas de direita ao mesmo tempo: ou há uma estratégia de resposta à modernização e ao combate ao atraso — sim, senhor — ou, então, capitula sobre isso.

Quanto ao problema das privatizações que lhe levantei, bem sei que nunca nos vai responder — é mais fácil ver o Sr. Deputado Marques Mendes a defender a Ota do que o Sr. Primeiro-Ministro a dizer as privatizações que vai fazer. Já sei como as coisas são!...

No entanto, se a sua estratégia de privatizações, que é gigantesca — 5000 milhões de euros —, atingir estes sectores estratégicos, espero que em toda a esquerda e na sociedade portuguesa — e veremos se os Deputados socialistas «respondem à chamada», ou não — digam que uma concepção moderna do

Estado é uma concepção que exige uma intervenção reguladora nesses mercados decisivos e que é a concepção liberal de direita que, pelo contrário, os destrói.

Há também um problema de fundo, que é o do desemprego. O Sr. Primeiro-Ministro não se refere às privatizações e diz algumas palavras pias sobre o desemprego, mas sabemos bem do que está a falar. Está a falar do aumento do desemprego em 2005 e em 2006, que todas as suas previsões confirmam e que vai a um ritmo superior àquilo que o Governo tem defendido. E é desse ponto de vista que a desproteção de uma política económica moderna, de uma política virada para a solidariedade, que utilize os poucos recursos que temos para o que é essencial, que é criar competências, um alto nível de formação profissional, direitos sociais, respeito pelos trabalhadores, invenção, inteligência e informação, pode responder ao problema do desemprego.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — No entanto, o Sr. Primeiro-Ministro nada nos quer dizer sobre isso. Fala-nos de grandes projectos, gigantescos, mas o essencial é sempre saber como é que eles se enraízam na política económica. E aí também «faltou à chamada», porque, hoje, o debate do estado da Nação, Sr. Primeiro-Ministro, é um debate sobre políticas europeias que não quis fazer; não são referências, é discutir o futuro tratado que substitui a Constituição Europeia, democracia na Europa, liderança na Europa, convergência económica, entendimentos de conjunto na política europeia. Falta o debate do desemprego e, portanto, das deslocalizações, sobre as quais, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro também não diz uma palavra.

Sr. Primeiro-Ministro, permita-me dizer-lhe, com a franqueza de sempre, que não há debate do estado da Nação a não ser que seja um debate sobre as condições económicas e sociais do atraso, ou seja, do desemprego e da pobreza em Portugal.

Isto não está nas suas preocupações e, pior ainda, não está na sua política.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, estranhei que não tivesse falado nas propostas do Governo para a Lei da Nacionalidade justamente por reconhecer ao Bloco de Esquerda um trabalho político muito desenvolvido nessas questões. Mas note também que não disse se estava, ou não, de acordo com as propostas do Governo.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Quais propostas?

O **Orador**: — As de que aqui falei.

Também não é capaz de se pronunciar sobre os princípios. «Espera para ver»... Está bem!!

Contudo, Sr. Deputado, olho para todas as bancadas e onde sinto realmente apoio é na bancada do Partido Socialista e não preciso de mais apoios nem de mais ninguém!

Aplausos do PS.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Mas que novidade!

Mal de si!...

Risos do BE.

O **Orador**: — Porque o povo português quis ter um Governo com maioria absoluta para conduzir uma política com o programa do Partido Socialista! Não com o seu programa,...

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Lá chegará!

O **Orador**: — ... não com o programa do Partido Comunista, nem com o programa da direita. Aqui diferimos: há uma esquerda muito plural. Não pensamos da mesma forma!

Espero que, ao longo desta Legislatura, seja claro que as preocupações que todos os partidos de esquerda têm com o Estado sirvam para despertar em todos a necessidade de reformarmos o nosso Estado.

Para mim, pelo menos, que acredito na função social do Estado, é inconcebível ver a perspectiva imobilista com que o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda olham para a actual situação do Estado, como se não houvesse uma operação de renovação e de modernização a fazer no Estado social em Portugal. Mas há a fazer! O Estado social, em Portugal, tem uma agenda!

O Sr. Deputado fala no desemprego, pois a política económica do Governo, está bem de ver, tem vários vectores e vários alicerces, não tem apenas um! Não fizemos do combate ao défice o alfa e o ómega da nossa política económica. Não transformámos o défice na obsessão do Governo. Não! É apenas uma componente da nossa política económica. E também não lhe ficaria mal reconhecer que o facto de termos um défice de 6,83% é uma ameaça não só ao Estado social mas também ao crescimento económico. Temos o dever de olhar com realismo e com seriedade para esse problema.

Também não o ouvi dizer nada, neste debate, sobre o plano de investimentos que apresentámos. O que é que pensa sobre ele? Que é apenas betão? Também considera, como alguma direita, que um país como o nosso deve desistir do betão, quando nenhum país desenvolvido o faz? Ao contrário, bem precisamos dele! E bem precisamos de infra-estruturas modernas que acrescentem competitividade à nossa economia, tal como acontece em todos os países muito mais desenvolvidos!

O Sr. Deputado também podia ter dito uma palavra sobre aquilo que é a componente desse plano de investimentos naquilo que há de mais moderno nas infra-estruturas: o projecto da banda larga, a desmaterialização dos mecanismos processuais nos tribunais, a simplificação judiciária. Ou seja, termos ao mesmo tempo não apenas investimento nessa rede infra-estrutural mas também uma justiça que sirva melhor a nossa economia e os cidadãos.

No que se refere ao plano de investimentos, o Sr. Deputado nada tem a dizer? E o que me diz do facto de termos preservado o investimento público...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Baixa!

O **Orador**: — ... ao longo dos próximos anos? Acha bem, ou não? Considera que contribui para combater o desemprego, ou não? Também aí se esperava uma palavra!

E quanto ao que estamos a fazer no sentido da desburocratização, de criar um melhor clima para as nossas empresas? Isso é, ou não, lutar pelo emprego e pelo combate ao desemprego?

É assim que se combate o desemprego: com políticas económicas que fomentem o crescimento. É isso que estamos a fazer e é assim que continuaremos.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar de Os Verdes, queria também condenar o atentado terrorista em Londres e manifestar a nossa total solidariedade para com o povo britânico.

Sr. Primeiro-Ministro, há-de convir que referir que não vai haver aumento de impostos ou dizer «não está previsto mais aumento de impostos» contém um preciosismo que faz completamente a diferença. Uma afirmação cria certeza e outra não cria certeza absolutamente alguma. Creio que nos devíamos deixar de jogos de palavras e falar a verdade que é tão apregoada.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de saber se consegue transformar essa sua afirmação, que já aqui produziu diversas vezes hoje, em: «Durante esta Legislatura, não vai haver mais aumentos de impostos».

Gostaria de relembrar ainda que o Sr. Ministro das Finanças, mal tivemos conhecimento de que ia ocupar esse cargo, referiu que havia uma probabilidade de aumentar os impostos. O Sr. Primeiro-Ministro veio logo a seguir dizer que não estava previsto qualquer aumento de impostos. Afinal, os impostos aumentaram.

Sr. Primeiro-Ministro, como «gato escaldado de água fria tem medo», temos de nos habituar a tomar muita atenção àquilo que os Srs. Ministros deste Governo vão dizer.

Por isso, gostava de colocar-lhe aqui uma questão sobre um projecto perfeitamente absurdo, que tem vindo a ser construído e de que temos ouvido falar nos últimos tempos, que tem a ver com a hipotética construção de uma central nuclear em Portugal.

Sobre esta questão, o Sr. Ministro da Economia disse: «O tema da energia nuclear tem grande actualidade. Deve ser discutida a possibilidade de Portugal avançar neste domínio. A eventual introdução de energia nuclear em Portugal deve ser pensada e discutida com profundidade.» É certo que o Sr. Primeiro-Ministro, depois, num debate televisivo, veio referir que devemos afastar essa hipótese.

No entanto, como nos temos de habituar muito bem a ouvir os Srs. Ministros, queria saber se o Sr. Primeiro-Ministro assume, perante o Parlamento, que este Governo nem sequer vai perder tempo a pensar nesta matéria do nuclear.

Por outro lado, no que diz respeito ao programa de investimentos em obras prioritárias, o que temos é muito pouco. Há um conjunto de prioridades assumidas, com um determinado valor indicado para cada uma delas, mas é preciso saber em que é que isto vai resultar. A este propósito, vou centrar-me nas questões energéticas.

Sr. Primeiro-Ministro, é triste perceber que só a questão do preço do petróleo é que conseguiu criar um

«motor» para que tanto o anterior como o actual o Governo tenham apresentado propostas relativamente ao sector das energias alternativas.

Esta proposta resume-se ao sector da energia eólica, mas é preciso perceber como é que o valor de 2530 milhões de euros aqui previsto vai traduzir-se, na prática, no cumprimento dos compromissos que estão assumidos relativamente às energias renováveis e, também, relativamente ao acordo de partilha de responsabilidades para cumprimento do Protocolo de Quioto.

De igual modo, quanto às privatizações, já foi avançado um valor mas também ainda nada sabemos, absolutamente nada!

Portanto, repito que, no que se refere ao sector das energias renováveis, gostava de saber em que é que vai consubstanciar-se o que foi anunciado em termos de cumprimento dos objectivos que temos para atingir. É porque, de facto, os números não revelam tudo, é preciso conhecer os objectivos concretos.

A última questão tem que ver com a rede de alta velocidade, o TGV.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, disse que não temos de perguntar-nos se precisamos desta obra agora, mas que, eventualmente, temos de perguntar-nos se precisaremos dela daqui a 10 anos.

Ora, penso que há uma questão que temos de colocar, o que o Sr. Primeiro-Ministro não fez, que é a de saber se, neste momento, temos condições, em Portugal, para começar a fazer este mega-investimento. Naturalmente, tratar-se-á de um investimento plurianual, mas a questão tem de ser colocada. Face à situação com que o País está confrontado e que os senhores tanto dramatizam, é uma prioridade este projecto megalómano?

Para além disso, se juntarmos esta questão à preocupação com a já anunciada redução do investimento na rede ferroviária convencional, torna-se tudo mais preocupante. É porque, pelos vistos, o investimento que o Governo se propõe fazer na rede convencional, até 2009, não vai ultrapassar 400 milhões de euros...! Isto é manifestamente pouco, Sr. Primeiro-Ministro!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Nesse sentido, precisamos de perceber exactamente a que se devem estas prioridades do Governo.

Ainda a propósito da mesma matéria, o Sr. Primeiro-Ministro, no tal debate televisivo, disse que temos compromissos assumidos com Espanha e também relativamente à ligação à rede europeia. Pergunto, pois: então, e o compromisso assumido com os portugueses não valerá muito mais do que outros assumidos com Espanha?!

O Sr. **Francisco Madeira Lopes** (Os Verdes): — Muito bem!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, gastou tanto tempo com duas questões que já estão respondidas pelo Governo...!

Não está previsto qualquer aumento de impostos, tal como pode verificar no Programa de Estabilidade e Crescimento. Os únicos impostos em que vamos mexer é nos benefícios fiscais em sede de IRC, repito!

Quanto ao nuclear, Sr.^a Deputada, mais uma vez, é entendimento do Governo, na sua visão para a resolução do problema da energia, em Portugal e no mundo, que ainda não está salvaguardada a segurança ao nível das questões do nuclear e, por isso, não consideramos esta opção no desenvolvimento das políticas energéticas. Vamos apostar, isso, sim, nas energias renováveis.

Já agora, esperava vê-la dizer alguma coisa de positivo...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Primeiro, tenho de perceber!

O Orador: — Não percebeu?! Então vou dizer-lhe: vamos lançar imediatamente um concurso para atribuição, não dos 1100 kw que estavam previstos mas de 1500 kw mais 200 kw optativos. Esta é uma boa notícia!

Todo o programa de investimentos é muito dominado pelos investimentos em matérias de ambiente e, em particular, em energias renováveis. São, portanto, boas notícias para o ambiente e espero que também para si, Sr.^a Deputada.

Quanto às questões que dizem respeito à alta velocidade, são muito importantes do ponto de vista estratégico, mas também são boas notícias para o ambiente.

A verdade é que, nos últimos anos, todos nós assistimos a um certo declínio da rede ferroviária e à ausência de competitividade do comboio relativamente aos outros meios de transporte. A alta velocidade é não apenas um compromisso internacional, não apenas estratégica para a nossa condição mais periférica e para o relançamento da nossa economia mas também muito importante para mantermos bons níveis

ambientais.

A este propósito, não se trata de compromissos assumidos apenas com Espanha mas também com a Comissão europeia. Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que os compromissos com Espanha são para honrar.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Os compromissos com os portugueses também deveriam ser honrados!

O **Orador**: — Ainda neste capítulo, já ouvimos aqui o CDS referir-se com desdém ao projecto da alta velocidade que, enquanto estavam no governo, os levou a assinar com Espanha um compromisso para construir a rede do TGV até ao ano 2009.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — O CDS?! Nós não falámos nisso!

O **Orador**: — Estavam no governo! Ou não?!... Estavam no governo! Foi em nome do governo que assinaram esse compromisso com Espanha e espero que, ao menos, sejam solidários com essa memória.

Compreendo que, no vosso espírito, essa memória já esteja muito longínqua, mas a verdade é que têm responsabilidade por esses compromissos que assinaram com um Estado vizinho, um Estado amigo e com o qual temos cimeiras anuais cujas decisões importa cumprir.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — E a rede convencional?

O **Orador**: — Como dizia, estas são, portanto, boas notícias para si, Sr.^a Deputada: não ao nuclear; investimento em alta velocidade; investimento em energias renováveis.

Estas são, igualmente, boas notícias para o ambiente, para a economia, para Portugal.

Applausos do PS.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Então, e a rede convencional?

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a segunda ronda de pedidos de esclarecimento. O Governo fez saber à Mesa que tenciona responder a conjuntos de perguntas.

Até ao momento, há 10 inscrições para pedidos de esclarecimento.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, vou retomar um tema da sua intervenção que é, precisamente, o dos privilégios. Vamos, então, falar de privilégios.

Uma das suas «cruzadas» tem sido, alegadamente, a do combate aos privilégios na Administração Pública. Com esse pretexto o Governo tem vindo a atacar os trabalhadores da função pública, como se fossem eles os privilegiados neste país, e está a pôr em causa o seu direito à progressão na carreira, o seu direito à aposentação, os seus subsistemas de saúde e outros direitos adquiridos.

No entanto, para poder dizer que, desta vez, os sacrifícios são para todos, o Governo propõe-se eliminar alguns privilégios de titulares de cargos políticos. Quanto a isso, estamos inteiramente de acordo, pensamos mesmo que o Governo poderia ir mais longe, aliás, conforme a proposta que nós próprios submetemos à discussão desta Assembleia.

Só que as propostas até agora apresentadas pelo Governo nesse domínio não tocam nos privilégios mais escandalosos que existem em Portugal, na Administração Pública e em entidades empresariais do sector público ou sob nomeação pública.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — O Sr. Primeiro-Ministro não ignora, seguramente, que tais privilégios não são os salários auferidos pela generalidade dos trabalhadores dos vários sectores da Administração Pública, sabe muito bem que os privilégios escandalosos são os salários e as mordomias de uma élite de gestores nomeados pelo Estado para diversas entidades.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Se o Sr. Primeiro-Ministro quer, de facto, combater os privilégios, então, convidamo-lo a aprovar um conjunto de medidas, designadamente, acabar com os regimes especiais de aposentação e reforma que alguns administradores nomeados pelo Estado decidem para si próprios, com principescos regimes de pensões ou de indemnizações para o dia em que abandonem os respectivos cargos, ao fim de

uns poucos anos de exercício. Se quer exemplos, todos os conhecemos: estamos a falar, por exemplo, do Banco de Portugal ou da Caixa Geral de Depósitos. Se o Governo quer acabar com estes privilégios, então, aprove o projecto de lei que o PCP apresentou sobre esta matéria.

Se o Governo quiser combater privilégios, acabe com as acumulações de vencimentos pelo exercício de vários cargos públicos e de reformas ou pensões resultantes de descontos obrigatórios. Eis mais um domínio em que o Governo poderia eliminar privilégios se aprovasse as nossas propostas.

Mas ainda lhe digo mais, Sr. Primeiro-Ministro: se o Governo quer mesmo acabar com privilégios injustificados, então, que aceite introduzir alguma moralidade nos vencimentos de titulares de cargos públicos.

O Sr. Primeiro-Ministro sabe que os vencimentos dos titulares de cargos políticos estão indexados ao vencimento do Presidente da República. Sabe, por exemplo, que o senhor próprio, nos termos da lei, aufera 90% do vencimento do Presidente da República.

Ora, todos temos consciência de que o cargo de Primeiro-Ministro é da mais elevada responsabilidade. Se assim é, como se comprehende que exista uma legião de cargos públicos em que se recebe muito mais do que o Primeiro-Ministro?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Como é que se entende? Tais cargos têm, porventura, uma dignidade maior do que o cargo de Primeiro-Ministro ou de Presidente da República? Assumem responsabilidades mais elevadas do que o Primeiro-Ministro ou o Presidente da República?

O Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna (António Costa): — Bem perguntado.

O **Orador**: — Como é que se pode admitir que haja pessoas que recusem assumir responsabilidades governativas para as quais são convidados na expectativa de, depois, serem nomeados pelo próprio Estado para assumir cargos públicos com vencimentos muito mais elevados do que os do próprio Primeiro-Ministro ou do Presidente da República? Como é que se pode admitir isto?

Sendo assim, Sr. Primeiro-Ministro, quero anunciar-lhe que, hoje mesmo, vamos apresentar na Mesa da Assembleia da República um projecto de lei com o objectivo de que nenhum titular de cargo público ou de nomeação pública em empresas participadas pelo Estado possa auferir um vencimento superior a 90% do Presidente da República.

Se o Governo e a maioria que o apoia recusarem esta proposta, não venham, depois, dizer-nos que «os sacrifícios são para todos» porque ficamos a saber que, evidentemente, não são!

Applausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima.

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me dizer-lhe, com toda a calma, que V. Ex.^a não está em condições de dar lições de coerência ao Grupo Parlamentar do CDS.

É um facto — e, aliás, isso ficou bem expresso na Comissão do Orçamento, quando lá esteve o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social — que o CDS está de acordo com algumas das medidas que este Governo tem implementado no sentido de moralizar e equiparar as regras na área da segurança social, no sentido de controlar a despesa corrente, por exemplo, ao nível das progressões automáticas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está a ver, Sr. Primeiro-Ministro?!...

O **Orador**: — O que é novo, neste caso, é a sua posição: é porque, enquanto foi líder da oposição ou mero Deputado do Partido Socialista, V. Ex.^a sempre se opôs aos esforços do nosso governo no sentido de introduzir essas regras e essas equiparações.

Applausos do CDS-PP.

De igual modo, ao nível dos privilégios dos políticos e na Administração Pública, deixe-me dizer-lhe que, na sua linguagem, estão misturadas algumas regras de elementar justiça mas também um populismo absolutamente desagradável, lamentável e inaceitável.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — É que não é justo falar — aliás, com os efeitos que agora começam a ver-se nos partidos de esquerda — em moralizar as regras ao nível dos salários dos políticos e na Administração Pública sem,

ao mesmo tempo, se preocupar em ter um discurso relativamente à competitividade desses salários.

Ora, o que verificamos é que o Governo faz uma parte do discurso mas não a outra. Ainda por cima, V. Ex.^a não dá qualquer exemplo de coerência porque veio a esta Câmara, de uma forma algo populista, considerar completamente inqualificáveis e injustificadas as pensões dos Deputados quando V. Ex.^a revela que não está em condições de abdicar da reforma que lhe corresponde. É caso para dizer: «Bem prega Frei Tomás. Fazei o que ele diz mas não o que ele faz!»

Aplausos do CDS-PP.

Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito aos impostos, sei que V. Ex.^a não previa aumentar impostos, mas aumentou. Sei que o Partido Socialista e o seu Governo estão cheios de boas intenções, mas perdoe-me que lhe diga que «de boas intenções está o Inferno cheio!»

Portanto, o que queria saber é se V. Ex.^a está em condições de garantir — é essa a palavra que gostaria que usasse e, se não o fizer, considero-me esclarecido — que, para além dos impostos cujo aumento está previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento, não vai haver mais aumento de nenhum tipo de impostos durante esta Legislatura.

Finalmente, no que se refere ao mega-plano de projectos públicos, diria que há uma opção ideológica que está vincada neste plano e que não é nada moderna, é muito antiga. Trata-se de uma velha receita socialista de apostar no investimento público e que produziu em Portugal, de 1980 a 2002, os resultados económicos que todos conhecemos.

O que é inovador nos mega-projectos agora anunciados é que dependem mais da iniciativa privada e de algumas empresas em que o Estado tem participações absolutamente minoritárias do que de decisões do Governo.

Fica, pois, claro, através da apresentação que foi feita, que o Governo considera que empresas privadas, como a EDP ou a Portugal Telecom, são meros instrumentos do Governo do Partido Socialista. É o regresso do «Estado-patrão»! Isto acaba por descredibilizar as próprias empresas que estão cotadas no mercado de capitais — como, aliás, se vê pela evolução das suas cotações.

Sr. Primeiro-Ministro, penso que não vai ser preciso esperar muito tempo para vermos onde isto vai terminar. É que a instrumentalização deste tipo de empresas vai chegar ao ponto de, para concretizar estes planos, o Governo substituir administrações independentes, profissionais, apartidárias, como são as que existem nas empresas que referi, por outras em que terão lugar os *boys* do Partido Socialista e os «capatazes» de serviço...

Protestos do PS.

... para poderem cumprir os planos que os senhores agora anunciam.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, um Governo que prevê dois anos de aumento do desemprego é um Governo que se resigna e se conforma. E que nesses dois anos se preveja a diminuição do investimento público — vá o Sr. Primeiro-Ministro as vezes que quiser ao CCB apresentar planos de investimento, são dois anos de diminuição do investimento público! — significa conformismo com o desemprego. Portanto, não nos diga que vai ser mantido o esforço do investimento público porque são o próprio Programa de Estabilidade e Crescimento e toda a política orçamental já em execução que prevêem a diminuição do investimento público.

Como o Sr. Primeiro-Ministro, todos os dias, ao levantar-se, deve ir ver a cotação do petróleo e como não são animadores os sinais da conjuntura económica internacional, nem de qualquer retoma anunciada, o senhor fica *À Espera de Godot*. Porquê? Porque adoptou a agenda dos governos que o antecederam: também se conforma com o desemprego, não tem uma política para combater o desemprego.

Falemos do Estado e da reforma do Estado. O Sr. Primeiro-Ministro, naquilo que posso chamar de uma «operação de mistificação», juntou, no mesmo saco, os regimes especiais de aposentação da função pública. Só que há regimes e regimes!... Há o regime dos gestores, de salários e de aposentações, mas há também regimes dos funcionários públicos, diferenciados, uns justificados, outros não. E no sector privado também há regimes especiais de aposentação. Por que não fala também deles? Teríamos de falar de tudo isso.

Por outro lado, o Sr. Primeiro-Ministro fez essa harmonização nivelando por baixo, sem qualquer exigência e sem qualquer perspectiva de melhorar os direitos sociais. E é profundamente ofensivo do povo português ouvi-lo falar contra os regimes especiais de aposentação, por exemplo, dos professores do 1.º ciclo do ensino básico, dos professores do ensino primário — isso é profundamente ofensivo, é uma «operação de logro», para utilizar linguagem sua.

Sr. Primeiro-Ministro, o Partido Socialista, no Governo, baqueia em relação àquilo que deveria ser a sua agenda do Estado, emagrece o Estado social, para se poder conter nos limites da diminuição do seu financiamento. Ora, o que temos de discutir é o financiamento do Estado social. Não se trata de «diminuir as sardinhas», para dizer que «paga as sardinhas», não! Trata-se de aumentar o cabaz!

Protestos do Ministro da Presidência Pedro Silva Pereira.

Não, não é com mais impostos! É com a agenda que era a dos partidos socialistas, há 20 anos, a da redistribuição fiscal. O que acontece é que os partidos socialistas abdicaram da sua filosofia e colaram-se à agenda liberal. É por isso que os governos dos partidos socialistas são tão parecidos, afinal, com os governos dos partidos conservadores — basta olhar para a Europa.

Portanto, verdadeiramente corajoso politicamente era rediscutir o financiamento, não só das políticas sociais mas também da segurança social. Todos queremos a sustentabilidade, mas também queremos uma evolução e uma harmonização no progresso. Isto não se consegue em dois, três ou cinco anos, mas é uma política, é uma perspectiva de fundo.

Sim, nós, à esquerda, com uma agenda de esquerda, queremos a reforma do Estado social, mas é para termos mais Estado social e não uma «operação de logro» para justificar uma agenda liberal. Ora, esta última é a sua filosofia — direi até, mais, a sua lápide!!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, talvez para sua surpresa, posso dizer-lhe que estou de acordo consigo. É preciso combater os privilégios não apenas tipicamente na Administração mas também todos aqueles regimes especiais que afectam as empresas públicas e que não têm o mínimo sentido.

E não me estou a referir aos salários,...

O Sr. **António Filipe (PCP)**: — Eu estou!

O **Orador**: — ... porque aí tem de haver uma diferença. Quero que essas empresas sejam competitivas com o mercado, mas os chamados *fringe benefits*, isto é, os benefícios especiais, esses sim, em alguns casos, são absolutamente escandalosos e não podem continuar porque não encontram justificação, razão pela qual vamos revê-los.

Já anunciei que pedimos a todas essas instituições os regimes especiais aí existentes para os revisitar e eliminar aqueles que são injustos. Isto justamente porque temos consciência de que não poderemos fazer o que estamos a fazer na Administração Pública sem dar o exemplo e, nessas instituições, esses regimes não podem e não devem continuar.

É preciso, portanto, dar o exemplo.

Mas quero que saibam uma coisa quanto aos regimes especiais. O que estamos a fazer é no respeito pelas pessoas, pois não confundimos aqueles que são beneficiários com o sistema. O sistema é que é injusto; as pessoas não são criminosas apenas porque beneficiam das leis que existem.

Ora, gostaria de ter encontrado uma palavra do Sr. Deputado para reconhecer que é preciso, também na Administração Pública, haver uma limitação a esses regimes especiais — e refiro-me não só ao Sr. Deputado António Filipe mas também ao Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **António Filipe (PCP)**: — Com certeza!

O **Orador**: — A verdade é que há regimes especiais que se justificam; justificam-se, por exemplo, quanto à idade da reforma nas forças de segurança — isso parece-me evidente. Não queremos tratar por igual aquilo que é desigual!

Mas também é verdade que a nossa Administração Pública tem 60% dos seus funcionários com regimes especiais. O que aconteceu, em Portugal, foi que a excepção se transformou em regra e isso é que não pode continuar. A proliferação destes regimes especiais não pode continuar! E se queremos preservar o Estado e dar-lhe mais funções — porque quero dar ao Estado mais funções,...

Vozes do PCP: — Não parece!

O **Orador**: — ... quero melhorar o 1.º ciclo do ensino básico, quero que a antiga escola primária melhore, introduzindo-se a disciplina de Inglês e havendo também refeições para as nossas crianças... —, para termos dinheiro para isso, temos de cortar no desperdício e não, seguindo a solução advogada pelo Bloco de Esquerda, lançando mais impostos!

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Isso é o que o Governo faz!

O **Orador**: — Foi o que os senhores disseram! Mas, depois, lá vem o Sr. Deputado Francisco Louçã dizer que aumentar os impostos nem pensar!... Bem, então, têm de decidir-se: ou querem aumentar os impostos para que o Estado possa ter mais funções sociais ou, então, só vejo uma forma, para mantermos um Estado que esteja à altura das suas responsabilidades e que não tenha défice orçamental, que é cortar nos desperdício e pôr o Estado a fazer aquilo que efectivamente deve fazer.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Já não seria sem tempo!

O **Orador**: — O Sr. Deputado Luís Fazenda acusou-nos de nivelar por baixo. Nivelar por baixo, Sr. Deputado?!... O Sr. Deputado acha, portanto, que equiparar as idades da reforma do sector público com as do sector privado, estabelecendo a idade legal da reforma no sector público nos 65 anos (porque no sector privado 4 milhões de trabalhadores têm a idade legal da reforma com 65 anos!), é nivelar por baixo. Então, o Sr. Deputado achava que devíamos nivelar por cima?

O Sr. Deputado tem consciência do impacto que isso teria na sustentabilidade da segurança social? A proposta que acabou de fazer significava apenas pôr em causa a segurança social, em Portugal, a segurança social pública!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Porquê?!

O **Orador**: — Essa sua proposta é, desde logo, irresponsável!

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — A sua é que é!

O **Orador**: — A minha é irresponsável e a sua é responsável?!... Portanto, o senhor acha que devíamos pôr agora os 4 milhões de trabalhadores...

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — A sua proposta é que acaba com o Estado social!

O **Orador**: — Sr. Deputado, desculpe, vamos lá esclarecer: o Sr. Deputado achava — foi o que disse! — que os 4 milhões de trabalhadores deveriam reformar-se aos 60 anos. Percebi bem, ou não?

Pois eu acho isso irresponsável! Não haveria dinheiro, nem capacidade do Estado, para pagar isso!

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, acho que tem de olhar de novo para essas suas contas. Isso seria irresponsável, seria pôr em causa as pensões de hoje e as pensões do futuro.

Além do mais, também não acho que isso fosse razoável. A idade legal de reforma existe há décadas e está fixada nos 65 anos. E a evolução que o mundo teve no sentido de uma maior esperança de vida não nos leva a fazer recuar a idade legal da reforma — todos os portugueses percebem isto, que é elementar e simples. Cada vez mais as pessoas querem estudar mais e devem fazê-lo, mas também não podem querer reformar-se mais cedo, porque, se não, não fica um espaço de tempo para que possam contribuir para ter reformas no final. É preciso ser realista, é preciso ter sentido da governação.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Essa história está mal contada!

O **Orador**: — E é esse apelo que também deixo ao Bloco de Esquerda e, em particular, ao Sr. Deputado. É preciso olhar de novo para essas vossas contas, para a forma como os senhores olham para a sustentabilidade da nossa segurança social.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Primeiro-Ministro.

O **Orador**: — Finalmente, Sr. Deputado, não me recordo de me ter oposto a qualquer das propostas ou das regras que o anterior governo tenha proposto nesta Assembleia, a propósito da Administração Pública, não me lembro. Nunca o governo anterior propôs nesta Assembleia a convergência dos regimes, nunca o governo anterior propôs a suspensão das progressões automáticas e a sua substituição por progressões baseadas no mérito e na competência. Nunca propôs nada disso e nunca me opus a isso. Ao contrário, alguns passos que foram dados na Administração Pública foram passos que aplaudi, porque acho que a Administração Pública portuguesa precisa de perceber que, se quer servir melhor os cidadãos, se quer que tenham mais orgulho nela — e estou do lado da Administração Pública capaz e eficiente —, deve ter siste-

mas de avaliação, que garantam que os bons funcionários públicos são premiados, ao invés de esse prémio ser distribuído sem qualquer critério.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, antes de terminar, quero só dizer o seguinte: o Sr. Deputado está enganado, porque o que me move não é qualquer pulsão populista! Quando me referi ao trabalho que devíamos executar, de revisão do sistema especial para os titulares de cargos públicos, não o fiz por qualquer veia populista, mas apenas por reconhecer que não teríamos condições políticas para fazer este trabalho que temos de fazer na Administração Pública se não déssemos o exemplo. Foi por isso que o propus. E não vai nisto qualquer populismo ou discurso contra os políticos, mas a assumpção deste princípio: o que seria deste Governo se estivesse a mexer nos regimes especiais na Administração Pública e não começasse por aquele regime especial que merece uma observação em primeiro lugar, que é o regime especial dos cargos políticos?!

Fico, agora, a conhecer uma proposta do CDS-PP: acham que devemos aumentar os vencimentos dos políticos. Pela minha parte, digo-lhe o seguinte: numa altura de estagnação económica, em que o País passa pelas dificuldades que passa, este não é o momento para aumentar os vencimentos dos cargos políticos.

Aplausos do PS.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — E os impostos?!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Vitorino.

O Sr. **António Vitorino** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, começou V. Ex.^a a sua intervenção, hoje, nesta Câmara, prestando uma justa e sentida homenagem às vítimas do atentado terrorista levado hoje a cabo, em Londres. Fez bem, Sr. Primeiro-Ministro, e nós estamos consigo nessa manifestação de pesar e de solidariedade.

Mas quis V. Ex.^a fazê-lo num momento em que não basta o testemunho moral, é preciso também o testemunho do empenhamento político e da acção dos governos na luta contra a ameaça do terrorismo global.

O que as circunstâncias hoje ocorridas em Londres nos provam é que vivemos numa sociedade aberta e que esta é uma sociedade moralmente superior, mas também vulnerável. E há que responder às vulnerabilidades da sociedade aberta mantendo fidelidade aos valores do Estado de direito democrático, ao respeito dos direitos fundamentais e da salvaguarda da função das forças de segurança e à garantia da prevenção na luta contra o terrorismo.

Esta é uma questão ideológica e uma questão política. E V. Ex.^a teve a coragem de afirmar, hoje aqui, nesta Câmara, que o Governo português — e espero que a sociedade portuguesa — não identifica terrorismo com imigração, nem imigração com criminalidade.

Aplausos do PS.

E, quando se quer colocar o Governo de V. Ex.^a e a bancada que o apoia nas tábuas de uma rotulagem ideológica injusta, é curioso verificar que daqueles que nos querem julgar ideologicamente não venha sequer uma palavra de apoio e de solidariedade a esta afirmação profundamente ideológica de fidelidade aos nossos valores de esquerda, que são os valores do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, pensamos que a luta contra o terrorismo não pode estigmatizar qualquer grupo — não pode estigmatizar grupos étnicos, como não pode estigmatizar qualquer grupo religioso.

Uma das razões que está na base do radicalismo violento, que gera a criminalidade e o terrorismo, é a exclusão social. Mas, mais do a exclusão social, é o desenraizamento cultural, a desidentificação com as comunidades e com as sociedades onde medram os vícios do radicalismo e do terrorismo. Por isso, a proposta hoje aqui apresentada por V. Ex.^a a esta Câmara, a de alterar os pressupostos da Lei da Nacionalidade, é uma das mais importantes propostas de prevenção do terrorismo e da criminalidade porque significa que todos somos interpelados a responder sobre que tipo de sociedade somos e o que pensamos sobre a nossa própria comunidade.

V. Ex.^a deu uma resposta clara em relação à qual ninguém deve ficar calado. Não somos uma comunidade desidentificada! Somos uma comunidade que se define por valores, o valor da democracia, do respeito pelas liberdades e pelos direitos fundamentais, o valor da tolerância, o valor da igualdade entre homem e mulher, o valor da laicidade do Estado. São estes os valores que definem a nossa comunidade portuguesa e a nossa nacionalidade portuguesa!

Por isso, o esforço, o desafio com que estamos confrontados é o de, através da alteração da Lei da

Nacionalidade, no respeito pelos nossos valores identitários, sermos capazes de incluir no nosso seio todos aqueles que escolheram aqui viver, todos aqueles que aqui nasceram e que respeitam esses mesmos valores, que são valores portugueses acima de tudo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Essa não é apenas uma tarefa da lei — a lei é um pressuposto fundamental —, é uma tarefa do Estado, dos seus serviços sociais, dos seus serviços de educação, dos seus serviços de saúde, mas é também uma tarefa que interpela a sociedade portuguesa no seu conjunto, designadamente as autarquias locais, os sindicatos, as organizações empresariais, as organizações não governamentais e as próprias igrejas.

Estão V. Ex.^a e o seu Governo no bom caminho. Contará com o apoio da bancada do Partido Socialista!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Agostinho Lopes (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, certamente estará de acordo comigo que uma das questões mais graves e dramáticas do estado da Nação é a incapacidade para responder ao flagelo dos fogos florestais.

Enraíza-se na sociedade portuguesa a ideia da impotência do Estado para lhe responder quando, de facto, o problema é a falta de resposta das políticas ao longo dos últimos anos, em particular das políticas agro-florestais dos sucessivos governos, que conduziram a floresta portuguesa não à modernização, de que o Sr. Primeiro-Ministro tanto falou hoje, mas ao abandono, à desertificação onde hoje se verifica a multiplicação de fogos florestais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No início de Maio, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou qualquer coisa do género: este ano vai ser difícil certamente, porque os factores climatéricos não ajudam, mas estamos preparados para responder a todas as eventualidades.

Pelos vistos, Sr. Primeiro-Ministro, não estavam!

Vou colocar-lhe um conjunto de questões concretas sobre os fogos florestais, e faço-o porque aquando da discussão das iniciativas apresentadas nesta Assembleia, a 19 de Maio, e, posteriormente, quando questionado em requerimentos, o seu Governo não me deu resposta. Julgo, aliás, que a Assembleia da República mereceria nesta matéria, pelo menos, uma outra consideração do Governo, dado o papel importante que tem tido na análise, no acompanhamento da matéria dos incêndios florestais.

Sr. Primeiro-Ministro, temos preocupações relativamente à forma como o Governo está a encarar as respostas ao problema dos fogos florestais, pois pensamos que está a pesar, de uma forma clara, na disponibilização de meios e no desenvolvimento de medidas as restrições orçamentais. Além do mais, como causa principal dos problemas, a tónica continua a ser colocada na questão da pequena propriedade florestal, o que é claramente desmentido por situações de incêndios florestais em áreas de grande dimensão de um único proprietário, como se verificou, recentemente e de forma dramática, na Tapada de Mafra, mais uma vez terrenos à guarda do Estado.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em 19 de Maio, o Sr. Ministro da Administração Interna referiu, nesta Assembleia, que existiam meios aéreos para o combate dos fogos florestais a partir de 1 de Junho. Mas, afinal, verificámos que, entre 1 e 16 de Junho existiram, no geral, dois helicópteros e, a partir de certa altura, apenas um helicóptero.

Sr. Primeiro-Ministro, que avaliação faz dos meios aéreos que o Governo disponibilizou na época de fogos, que se iniciou a 15 de Maio, para o combate ao flagelo dos fogos florestais? Sr. Primeiro-Ministro, que operações de limpeza nas áreas florestais tem o Governo avançado? Quando vai o Governo contratar os 1000 novos guardas florestais que faltam no quadro de pessoal desta força de vigilância?

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, queria dizer-lhe o seguinte: em Agosto de 1996, por iniciativa do PCP e com a colaboração do governo do PS de então, foi aprovada na Assembleia da República uma lei, a que se chamou Lei de Bases da Floresta, que considerava como instrumentos fundamentais o ordenamento florestal, os próprios planos regionais de ordenamento florestal e os planos de gestão florestal. Passaram nove anos, Sr. Primeiro-Ministro!

Quando estão prontos esses instrumentos fundamentais para o ordenamento da floresta portuguesa, Sr. Primeiro-Ministro?

Applausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, como V. Ex.^a — e bem! — começou por dizer no seu discurso, a segurança é hoje um bem fundamental de todas as sociedades contemporâneas.

Infelizmente, todos assistimos horrorizados aos atentados de hoje, todos condenamos o sucedido e todos estamos solidários com as famílias, as vítimas e o Reino Unido. Mas não são esses acontecimentos que estão em causa nem é sobre eles que vou questioná-lo, porque esse é um combate que deve ser feito de forma responsável, por e com todos, com o necessário sentido de Estado que, certamente, une todas as bancadas.

Feito este esclarecimento, para que não haja dúvidas — é que, por vezes, quando o CDS fala sobre estas matérias, algumas bancadas ficam incomodadas... —, gostaria de desenvolver outra temática, também sobre esta área da segurança, que se prende com o Orçamento rectificativo.

Antes, porém, irei tecer uns breves comentários relativamente à Lei da Nacionalidade e sua alteração, que é uma matéria que deve ser encarada com responsabilidade, com serenidade e que iremos analisar com toda a abertura, idêntica humanidade e idêntico rigor, como sempre fizemos.

Trata-se de uma lei estruturante. No entanto, não deixaremos de dizer, Sr. Primeiro-Ministro, que notícias publicadas num jornal — que podem não ser verdadeiras, admito —, relativamente à consagração de uma automaticidade pura, causam-nos alguma preocupação. Mas lá iremos, porque não é sobre essa matéria que quero questioná-lo, Sr. Primeiro-Ministro.

Também não vou fazer qualquer tipo de comentários relativamente à recuperação milagrosa dos processos no SEF que o Sr. Primeiro-Ministro referiu. Ainda bem que é assim, só que V. Ex.^a não disse que tal se deve aos novos 180 inspectores que não existiam em 1997 e que o anterior Governo admitiu.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O **Orador**: — A pergunta que lhe formulo, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com outra matéria, a do Orçamento rectificativo, ontem mesmo aprovado nesta Câmara.

Em nosso entender, a matéria da segurança tem muito a ver com sinais. E todos sabemos que as forças de segurança necessitam de investimento — não o vou negar. Nem vou negar o esforço que foi feito pelo governo anterior ao nível do equipamento das forças de segurança para o Euro 2004. Lembra-se? É algo que lhe é caro e que não vai negar, certamente.

Como disse, nesta matéria os sinais são importantes e devem ser lidos, por isso a redução, ontem aprovada, no orçamento do Ministério da Administração Interna ao nível do seu plano de investimentos, sobretudo no domínio da segurança e da protecção civil, de cerca de 21% ou, para ser mais claro, num valor total de 11 milhões de euros, isto é, uma redução de 51 milhões de euros para 40 milhões de euros, não nos parece ser o melhor caminho para tratar estas questões.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez parece haver aqui uma divergência entre o discurso de aposta nesta matéria e o que, de facto, está previsto nos documentos. Recordo-lhe que estamos a falar de áreas tão sensíveis como as do funcionamento e equipamento das forças de segurança e protecção civil.

Para terminar, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro respondesse às seguintes três perguntas muito claras e concretas: como justifica o Governo esta diminuição? Quais as medidas complementares que, a nível nacional, poderão ser tomadas? Por último, com serenidade e sem qualquer tipo de dramatismo, está em condições de assegurar que este desinvestimento não irá, de modo nenhum, atingir a capacidade de resposta das forças de segurança e dos serviços de emergência e de combate à criminalidade e aos incêndios?

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Agostinho Lopes, posso garantir-lhe o seguinte: nestes três meses ocorreram já mudanças muito significativas no que considero ser uma política de gestão activa da floresta. Criámos as zonas de intervenção florestal — isso foi decidido pelo Conselho de Ministros na semana passada — e é através delas que vamos canalizar apoios financeiros para reforçar o associativismo. Esta é, certamente, uma medida que irá transformar a realidade da floresta portuguesa.

O Sr. **Ministro da Presidência** (Pedro Silva Pereira): — E combater o abandono!

O **Orador**: — Também quero que saiba que temos feito um esforço muito significativo no reforço dos meios de combate a incêndios. A verdade é que, entre 15 de Maio e 1 de Julho, temos já mobilizados 24 meios aéreos no combate aos incêndios e, na fase que se seguirá, irão operar cerca de 47 meios aéreos para ajudar esse mesmo combate.

Dir-me-ão que os meios são sempre insuficientes perante a catástrofe dos incêndios. Julgo, porém, sem prejuízo de melhorarmos a eficiência, a capacidade e o comando e a organização do sistema de combate aos fogos florestais, que o País pode orgulhar-se daqueles que estão hoje na primeira linha desse combate, que merecem uma palavra de estímulo e de apreço por todos os responsáveis políticos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Deputado Nuno Magalhães, quero garantir-lhe que, este ano e com este Orçamento rectificativo, vamos reforçar em 7 milhões de euros o equipamento para as forças de segurança.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Vão fazer outro Orçamento rectificativo, não?!

O **Orador**: — Essa é que é a novidade do Orçamento rectificativo, uma novidade que diz respeito à necessidade de investimento nas forças de segurança para melhor cumprirem as suas missões.

Já o disse várias vezes: para mim, a segurança é a primeira das liberdades e, naturalmente, em matéria de investimento, o Governo atribui às questões da segurança uma alta prioridade. Nada faltarão às forças de segurança para que possam desempenhar bem a sua tarefa de defesa da liberdade.

Sr. Deputado António Vitorino, também quero dizer-lhe que me orgulho muito de liderar um Governo que vai propor uma revisão da Lei da Nacionalidade, que responde ao melhor da tradição de valores da sociedade portuguesa, os valores da tolerância e do humanismo, mas, também, à percepção de que a nossa sociedade está num momento em que precisa de fazer esta mudança essencial para garantir uma melhor integração social, para garantir paz social e para garantir mais segurança. É em nome destes valores e do que sempre pensámos ser o nosso dever que vamos alterar esta lei, tarefa que muito orgulha o Partido Socialista e o Governo que tem o apoio do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. **José Vera Jardim** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a trouxe hoje, a esta Assembleia, um conjunto de boas confirmações mas, também, de boas notícias.

A primeira boa notícia, Sr. Primeiro-Ministro, é a nova Lei da Nacionalidade. Ela é, certamente, um dos mais poderosos instrumentos de integração numa sociedade multicultural, como já é a nossa e como são a generalidade das sociedades europeias. Aliás, essa medida vem na esteira de reformas desse sentido e desse teor, feitas noutros países europeus que também compreenderam, nos últimos tempos, que era através da aquisição mais facilitada da nacionalidade, ligada à relação no território nacional de cada Estado, que se devia enraizar uma mais fácil e harmoniosa integração das comunidades imigrantes.

O Sr. **Alberto Martins** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — Saúdo-o, por isso, Sr. Primeiro-Ministro, por esta iniciativa.

Mas também nos trouxe outra notícia boa, que vai melhorar o atendimento aos imigrantes nos serviços respectivos. Estou certo de que o Sr. Ministro da Administração Interna concordará comigo que o que se passa no atendimento dos serviços aos imigrantes não está à altura de um Estado civilizado...

Vozes do PS: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e é necessário fazer algo, e rapidamente. Estou certo que o Sr. Ministro da Administração Interna o fará.

Já agora, gostaria de fazer aqui um lamento, lamento esse que já foi expresso por alguém da minha bancada, mas que também não posso furtar-me a expressar. Quando se fala da «agenda de esquerda», será que o problema da integração dos imigrantes não faz parte dessa agenda?! Então, porquê o silêncio de algumas bancadas da esquerda quanto a esta lei?

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a trouxe também aqui algumas confirmações: a confirmação de que é dotado de grande discernimento para identificar os problemas do País e as vias de solução; de grande sensibilidade social e sentido de equidade para saber distribuir esforços e sacrifícios; mas também, e talvez sobretudo, de coragem, de muita coragem, para fazer, sem demoras, o que é necessário ser feito. E são estas, penso eu, as três grandes virtudes do homem político nos tempos de hoje.

Applausos do PS.

V. Ex.^a veio confirmar, aqui, estas qualidades que já confirmou nos últimos dias e veio hoje, aqui, novamente confirmá-lo.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, eu queria realçar, em especial, um aspecto de que também aqui falou: o aspecto da equidade fiscal. A noção da injustiça de um sistema que distribui, sem equidade, os sacrifícios tem ganho cada vez mais importância na consciência colectiva em Portugal. Todos temos de fazer os sacrifícios equitativamente a favor do País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E, Sr. Primeiro-Ministro, há um problema que também avulta nas últimas medidas do Governo que é o problema dos *offshores*. Penso que há que encarar este problema, não só a nível português mas a nível europeu, de uma forma, porventura, cada vez mais empenhada e mais clara. Por isso, pergunto-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, se é sua intenção, e do Governo, continuar nesta linha, tentando acabar com muitos dos escândalos desse ecrã que são os *offshores*, que, em muitos casos, servem para ocultar situações de iniquidade e incumprimento fiscal, mas também — e sabe-o bem o antigo Comissário Europeu, o meu colega de bancada António Vitorino — actividades criminosas e actividades terroristas.

Applausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Soares.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados e Srs. Deputados, em cerca de três meses da governação do Partido Socialista, há um episódio que todos percebemos que já é recorrente: a verdade é que quando o Partido Socialista se encontra em dificuldades e precisa de desviar as atenções do que é essencial para os portugueses, «saca da cartola» a proposta do referendo à liberalização total do aborto.

A verdade é que, quando o Partido Socialista não consegue responder aos problemas reais, à agenda real dos portugueses, vai buscar uma matéria que, sendo importante, não é, obviamente, prioritária para os portugueses e que é mais uma vez propor a realização de um referendo total à liberalização do aborto.

Primeiro *take*: Abril de 2005, Assembleia da República. Quando os portugueses percebem que o Primeiro-Ministro eleito se prepara para aumentar os impostos, ao contrário de tudo aquilo que tinha dito na oposição e na campanha eleitoral, o que faz o Partido Socialista? Quis forçar, aqui, o Parlamento e o País a fazearem um referendo à liberalização total do aborto, no meio de férias, com o País «a banhos».

Felizmente, o bom senso do Sr. Presidente da República fez com que vetasse essa proposta de consulta, devolvendo esta incumbência ao Parlamento.

Segundo *take*: quando o País se apercebe dos erros e trapalhadas que estão contidos no Orçamento rectificativo do Partido Socialista, o que é que o PS faz? Demonstrando mau perder e até desrespeito pela decisão do Sr. Presidente da República, lança de novo este tema no meio da discussão do Orçamento rectificativo, querendo agora mudar a lei para permitir, ainda este ano, fazer um referendo à liberalização total do aborto, curiosamente, coincidindo com a discussão do Orçamento do Estado para 2006.

Sr. Primeiro-Ministro, esta posição de arrogância por parte do Partido Socialista e da maioria é um verdadeiro abuso do poder legislativo.

Protestos do PS.

Nós já percebemos que, no tema da liberalização total do aborto, quando o PS perde o referendo repe-te-se o referendo; quando o PS vê que a lei não permite que se faça um referendo ainda este ano, altera a lei.

O Sr. Nuno Magalhães (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe queria colocar algumas questões muito concretas.

O Sr. Primeiro-Ministro está, ou não, disposto a reconhecer que esta postura desrespeita o Presidente

da República e representa um verdadeiro abuso do poder legislativo por parte da maioria que o Sr. Primeiro-Ministro representa?

Está, ou não, disposto a reconhecer que esta não é a questão prioritária na agenda dos portugueses, pois o que os portugueses querem saber é o que se passa realmente com a sua economia, com as suas vidas?

Está, ou não está, o Sr. Primeiro-Ministro disposto a aceitar e, se for preciso, a corrigir o passo, depois das declarações do Sr. Presidente da República, que demonstraram, de facto, um grande incômodo pela postura que o Partido Socialista tomou nesta matéria?

Applausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Rodrigues.

O Sr. **Ricardo Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, estamos nesta sessão a debater o estado da Nação. Trouxe V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, aqui, a este Parlamento, várias propostas concretas, um pensamento estruturado. Assim, podemos dizer, com toda a certeza — resulta das propostas — que estamos no caminho certo do desenvolvimento do País.

Em primeiro lugar, apresentou V. Ex.^a — e vamos com 100 dias de Governo — um Programa concreto para a consolidação das contas públicas.

Em segundo lugar, apresentou V. Ex.^a um programa de investimento público e privado para mais de 25 milhões de euros — e registe-se que é a primeira vez que numa Legislatura os portugueses contam com dois planos e sabemos para onde vamos, é a primeira vez que Portugal pode ter a certeza de um caminho seguro, de um caminho certo e que temos objectivos concretos.

Essa segurança dessas duas áreas que são decisivas para o desenvolvimento de Portugal faz do Partido Socialista, neste momento, o autor e actor do desenvolvimento do País.

Que dizem, neste debate sobre o estado da Nação, os Deputados à nossa esquerda? Que as propostas que o Governo e que V. Ex.^a apresentam são «propostas de direita». Que diz a direita? Que «mais Estado» são propostas que nos viram um pouco à esquerda.

Ora, isso significa, Sr. Primeiro-Ministro, que estamos no caminho certo! Estamos, precisamente, a responder aos problemas dos portugueses, porque respondemos aos problemas concretos em vários domínios (da justiça, da educação, do ambiente) e essas respostas, estou certo, resolverão grande parte das dificuldades por que passamos.

Os princípios fundamentais que V. Ex.^a aqui nos trouxe, que fundamentam todo esse programa de actividade, baseados na justiça e na equidade, na repartição de sacrifícios por entre as várias classes e vários poderes estabelecidos na nossa sociedade, é o caminho que nos leva ao desenvolvimento.

Estou, por isso, muito grato, assim como a bancada do Partido Socialista, por termos um Governo que é capaz de pôr mãos à obra, que, em 100 dias, já fez mais do que outros fizeram em três anos, que se calhar gostariam de ter feito e, provavelmente, tinham intenção de fazer mas não fizerem.

V. Ex.^a está no caminho certo e os portugueses ficarão gratos por essa coragem, por essa atitude.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que irei fazer destina-se a tranquilizar todos os portugueses,...

Vozes do PSD: — Ahhh!...

O **Orador**: — ... pois, como foram várias as perguntas feitas sobre este assunto, parece que não estão esclarecidos... Mas é para que não restem dúvidas sobre essa matéria.

Sr. Primeiro-Ministro, o Plano de Estabilidade e Crescimento é para cumprir no que diz respeito a impostos? E o plano que diz respeito aos investimentos também é para cumprir nesta Legislatura?

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo pela última pergunta para garantir que vamos cumprir aquilo que discutimos nesta Assembleia da República e que apresentámos em Bruxelas, ou seja, o Programa de Estabilidade e Crescimento, onde não está previsto qualquer aumento de impostos, a não ser aqueles que o Ministro das Finanças aqui referiu e que dizem respeito aos benefícios fiscais em sede de IRS. Não vai haver aumento de impostos para além daqueles que conhecemos.

Portanto, trata-se de uma falsa questão que se limitou a tentar criar um incidente para disfarçar o incômodo com que as bancadas da direita discutem as matérias orçamentais.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Está a garantir que não vai haver aumento de impostos?!

O **Orador**: — Estou. Estou a garantir, Sr. Deputado! Aliás, o Sr. Deputado nunca teve dúvidas! O senhor

quis apenas fazer uma manobra de diversão!

Mas, Sr. Deputado, porque há pouco não respondi a uma pergunta feita por si sobre investimento público, vou pedir autorização ao Sr. Deputado Pedro Mota Soares para, em 1 minuto, lhe responder a essa pergunta.

Antes disso, quero agradecer as palavras do Sr. Deputado Vera Jardim e sublinhar aquilo que já disse no discurso que fiz, ou seja, não há pior inimigo da imigração legal do que a burocracia, do que o excesso e o inferno de procedimentos com que dotamos a nossa Administração. A burocracia é inimiga da imigração legal!

É por isso que, se queremos olhar para a imigração, como devemos fazê-lo, no sentido de termos uma política de integração social e de consideração pelo papel que a imigração desempenha no desenvolvimento do nosso país, temos também a obrigação de desenvolver um programa que combata a burocracia e torne a nossa Administração mais amiga dos imigrantes, que querem ter uma boa relação com a Administração Pública portuguesa.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, antes de lhe responder, peço que me conceda 1 minuto para lembrar ao seu colega, que me interpelou anteriormente,...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Chama-se António Pires de Lima!

O **Orador**: — ... uns quadros que tenho o maior gosto em apresentar. O Sr. Deputado lembra-se deste quadro que tenho na mão?

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Lembro!

O **Orador**: — Lembra-se deste *slogan*?

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Lembro!

O **Orador**: — Está familiarizado com ele! Diz: «Portugal em Accção». Sabe o que isto quer dizer? Quer dizer a apresentação pública da Rede Ferroviária para o Século XXI: a alta velocidade.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Eu não falei da alta velocidade!

O **Orador**: — Este projecto, para o qual os senhores olham agora como se destinasse a ser mais um «elefante branco», a ser um desperdício das finanças públicas, foi apoiado e apresentado pelo vosso governo, que se comprometeu com outros países a executá-lo.

Sr. Deputado Pedro Mota Soares, veio aqui falar do aborto. Compreendo que ao Sr. Deputado não meta na cabeça um ponto que é absolutamente essencial, mas, sinceramente, gostaria de o convencer disso. Há uma matéria de convicção deste Governo relativamente à questão do aborto. Não é matéria de oportunidade, é de convicção. Já lá vão sete anos depois de termos consultado os portugueses. Não se trata de arrogância desejar fazer um outro referendo. Em determinados períodos, quando já passou o tempo suficiente para que se pergunte de novo aos portugueses o que pensam sobre determinada matéria, é legítimo, absolutamente legítimo, voltar a fazer a pergunta.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — O Sr. Presidente da República é que não acha!

O **Orador**: — E recordo o seguinte: o Sr. Deputado disse cinco vezes, repito, cinco vezes, que o referendo é à liberalização total. Disse cinco vezes. E cinco vezes se enganou.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Não, não!

O **Orador**: — Em cinco vezes, faltou à verdade. Acho que se enganou. Em todo o caso, vou informá-lo que se trata de um referendo para a descriminalização até às 10 semanas de gravidez. Não se trata de uma liberalização total.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, discuta esta matéria com seriedade política!

Sabe o que me parece quando se opõe a uma nova consulta? Parece-me que está com medo de perder.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Não, não!

O Orador: — Convença-se, Sr. Deputado, que o nosso Programa é para cumprir. E vai haver um referendo. Prepare-se para apresentar o seu ponto de vista e lutar democraticamente por ele e deixe os portugueses julgarem. Os portugueses julgarão e decidirão. Nós respeitaremos essa decisão, mas temos o direito de querer que, de novo, seja perguntado aos portugueses se querem ou não continuar a ter mulheres no banco dos réus para serem julgadas por aquilo que considero não ser nenhum crime que deva ser julgado com uma moldura penal.

Applausos do PS.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Para defesa da consideração da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Sr. Presidente, uso esta figura regimental pela simples razão, para nós motivo de ofensa, de que o Sr. Primeiro-Ministro insiste em pôr na boca do CDS aquilo que o CDS não disse.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Em bom rigor, o Sr. Primeiro-Ministro não só não responde ao que se lhe pergunta como, quando nos cita, põe-nos na boca coisas que nós não dissemos. Assim sucedeu agora mesmo. O Sr. Primeiro-Ministro referiu-se ao TGV quando o Sr. Deputado António Pires de Lima em momento algum se referiu especificamente a isso.

O Sr. **António Pires de Lima** (PS): — Falei na EDP e na PT! Está registado!

O **Orador**: — O Sr. Deputado António Pires de Lima falou, sim, da EDP e da PT, que são realidades substancialmente diferentes.

Disse também o Sr. Primeiro-Ministro — e, como calculará, é uma expressão que não posso deixar passar em claro — que o CDS defende agora coisa nova a propósito da reforma dos titulares de cargos políticos, ou seja, o aumento dos vencimentos. Sucede que o Deputado António Pires de Lima não afirmou isso. O que o Deputado disse, tendo sido claro, foi que se tratava de populismo discutir-se o fim de privilégios de titulares de cargos políticos sem ao mesmo tempo tratar de outra questão, que deveria ser prioritária em matéria de Estado, que é a da credibilização da classe política, porque essa é que devia ser a grande tarefa do Estado!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Compreendo-o...!

O **Orador**: — Mas percebe-se que o Sr. Primeiro-Ministro ponha na nossa boca aquilo que nós não dissemos, e mais ainda neste caso concreto. É que, a propósito dos tais privilégios «absolutamente injustificados», coloquei uma questão (e o Sr. Deputado António Pires de Lima reincidiu), à qual o Sr. Primeiro-Ministro não respondeu, que era a de saber se o Sr. Primeiro-Ministro considerava que esse privilégio «absolutamente injustificado», nomeadamente para os Deputados, já era tolerável no seu caso concreto e se o guardava para o final da Legislatura.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que se nós, neste debate, tratamos politicamente esta questão é porque o Sr. Primeiro-Ministro a suscitou também politicamente. E, então, temos que a debater com as suas armas e com os seus argumentos.

Ora, o que não nos parece admissível nem sério é que o Sr. Primeiro-Ministro aqui, em debates políticos, argumente com privilégios que, segundo expressão sua, são «absolutamente injustificados» e que, por isso, num exemplo moralizador, é preciso acabar com eles e que, ao mesmo tempo, os guarde para si como se no seu caso já fossem justificados, ao menos ao de leve. Não é assim que se dá o exemplo!

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do PS.

O Orador: — O exemplo, que vem de cima, e em primeiro lugar de V. Ex.^a, deve ser claro, desde logo perante o País!

Termino, Sr. Presidente — e é importante que o País o tenha bem presente —, dizendo que o Sr. Primeiro-Ministro prescindiu de um privilégio que não tem. Terá, porventura, no final da Legislatura, se lá chegar! Guarda para si o privilégio que considera «absolutamente injustificado»...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Para os outros...

O Orador: — ... e, numa norma transitória da lei que aqui foi discutida, guarda-o também para todos os políticos socialistas da era «guterrista», os políticos dos Estados Gerais, que, por via dessa norma transitória, obviamente não serão abrangidos pela nova lei.

Isso, em política, é que não é sério, Sr. Primeiro-Ministro. É desta questão que tem de falar e, já que fugiu à resposta por duas vezes, tem agora oportunidade de a dar claramente ao País.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, não pus palavras na vossa boca que os senhores não tenham dito. Vários responsáveis do CDS, inclusivamente o Sr. Deputado Pires de Lima, disseram «esses projectos» referindo-se ao conjunto de projectos, em particular à OTA e ao TGV.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — O TGV eu apoiei!

O Orador: — É absolutamente legítimo que eu recorde ao Sr. Deputado Pires de Lima e à bancada do CDS que ainda há uns meses estiveram num governo, um governo que se comprometeu com a alta velocidade, que assinou acordos internacionais com Espanha, com a Comissão Europeia, que apresentou em altura de campanhas eleitorais estes projectos, e agora vêm dizer que isto é um desperdício de dinheiros públicos!

O CDS-PP esteve num governo que garantiu que o aeroporto da OTA tinha de ser feito até 2015, que disse que não havia alternativa à adjudicação do aeroporto da OTA até 2007.

Por isso, desculpem mas não podem reescrever a história! Podem arrepender-se, mas não reescrever a história. Os senhores estavam no governo!

Aplausos do PS.

Desculpem mas, em matérias tão essenciais como a das infra-estruturas estratégicas, é absolutamente crucial que não se seja leviano na análise. E o que concluo é que a bancada do CDS não leu os últimos relatórios nem sobre o aeroporto nem sobre a alta velocidade, porque, se os tivesse lido, não teria agora uma posição diferente da que teve quando estava no governo!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não posso dar-lhe a palavra para defesa da honra, mas, dar-lha-ei, com todo o gosto, no final do debate, até porque já exerceram a defesa da consideração da bancada e não podemos prolongar infinitamente esta situação.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr. **Luís Marques Mendes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nas últimas eleições, o povo português deu ao Partido Socialista uma maioria absoluta, o que permitiu a formação de um governo monocolor, que reúne todas as condições de estabilidade para governar. Ou seja, os portugueses deram ao Partido Socialista tudo o que podiam dar para que este partido possa enfrentar com sucesso os graves problemas do presente e do futuro do País. Ao outorgarem tamanho apoio ao Partido Socialista, os portugueses atribuíram-lhe também igual dose de responsabilidade. É importante recordar este facto, pois pressentem-se já sinais de que no Governo e no partido que o apoia se está a prestar mais atenção ao poder que receberam do que à responsabilidade que têm para resolver os problemas nacionais.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desde o último congresso e por várias vezes, propus ao

Governo a celebração de um entendimento de regime centrado em três áreas capitais: a justiça, a reforma do Estado e as finanças públicas.

Considerávamos então, e continuamos a considerar, que as gravíssimas questões que se colocam nestas três áreas condicionam gravemente o nosso desenvolvimento, que devem ser tratadas na base de um consenso político alargado e que devem perdurar para além de uma legislatura, independentemente das normais mudanças de Governo.

Não é habitual — reconheça-se — um partido da oposição fazer propostas desta natureza. A verdade, porém, é que estávamos dispostos a abdicar da tradicional forma de fazer oposição em benefício de um esforço maior pelo presente e pelo futuro do País.

De forma algo surpreendente e pouco responsável, o Primeiro-Ministro recusou, por mais do que uma vez e de forma categórica, esta proposta que o PSD lhe fez.

O Governo tem todo o direito de seguir sozinho o seu caminho. O País é que, por culpa exclusiva do Primeiro-Ministro, desperdiça uma boa e importante oportunidade.

Aplausos do PSD.

Esta recusa do Governo tem uma explicação e os portugueses devem conhecê-la melhor: o Primeiro-Ministro quer mostrar-se de esquerda e não desagravar ao Bloco. O Governo prefere aumentar os impostos a reduzir o tamanho do Estado e a cortar a sério no desperdício e nas suas despesas inúteis. O Governo considera melhor ir ao bolso dos contribuintes, sobrecarregando as famílias e as empresas, em vez de redefinir as funções e as responsabilidades do Estado e apostar em mais iniciativa da sociedade.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E na justiça, pela confrangedora omissão que até ao momento se vê, o Governo parece resignado a deixar tudo na mesma, ou seja, continuaremos a ter uma justiça que não funciona como deve ser e em relação à qual os cidadãos esperam e desesperam.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — A verdade, que o Governo não quer perceber ou não tem coragem para mudar, é esta: o Estado em Portugal desempenha mais funções do que deve e do que pode e ainda por cima as desempenha mal, tarde e a más horas; a ideia de um Estado omnipresente, que deve estar em todo o lado, é uma ideia ultrapassada, que não favorece nenhum modelo social e a prazo acaba a comprometê-lo.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Um Estado que, entre outros caprichos, se dá ao luxo de pagar portagens a alguns com o dinheiro de todos é um Estado caro e injusto; um Estado que, para suportar tudo isto, tem de estar permanentemente a aumentar os impostos em vez de, a prazo, os tentar diminuir nunca contribuirá para fazer Portugal um país verdadeiramente solidário e competitivo.

Aplausos do PSD.

O PSD pensa de forma diferente: não queremos um Estado mínimo e liberal, queremos um Estado eficiente e com preocupações sociais. Não queremos um Estado fraco, queremos um Estado forte. Um Estado grande demais não é um Estado forte. É um Estado fraco. E um Estado fraco afecta, acima de tudo, os mais pobres, os mais vulneráveis, os que não têm capacidade de *lobby* ou de pressão, os mais carenciados da sociedade. Numa palavra, um Estado desta natureza compromete o nosso modelo social.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Basta ver, hoje, com um Estado grande demais, as elevadas taxas de abandono escolar (superiores a 40%), os níveis inquietantes de pobreza, as pensões baixíssimas de milhares de reformados, as queixas no acesso ao serviço de saúde,...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Como os senhores deixaram o País...!

O **Orador**: — ... particularmente por parte dos que não podem recorrer a um hospital particular, em Portugal ou no estrangeiro. Este é o retrato do Estado grande demais que hoje existe, de que toda a

gente se queixa e que o actual Primeiro-Ministro quer manter a todo o custo.

Ao contrário, dada a escassez de recursos que temos, só um Estado mais pequeno, mais eficiente e melhor organizado pode ser um Estado forte e justo. Um Estado capaz de exercer, com eficácia a tempo e horas, as suas funções de soberania, de garantir a igualdade de oportunidades, de assegurar a prestação de serviços públicos essenciais de qualidade, de erradicar a pobreza e as condições indignas de vida, de conciliar competitividade com solidariedade. Este é o novo modelo de Estado que podemos e devemos ter: sustentado, eficiente e solidário.

A proposta que fiz ao Governo visava mudar tudo isto. Numa palavra: propusemos um caminho responsável, construtivo e solidário. Recebemos, em troca, uma resposta egoísta e arrogante.

Este foi o primeiro grande erro estratégico do Governo. Se, a prazo, este erro lhe vai sair caro, é o que o futuro dirá. Os portugueses, esses sim, tenho a certeza de que já começaram a pagar bem cara a factura da arrogância, dos preconceitos ideológicos e da irresponsabilidade do Governo.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal vive um momento de crise. Uma crise que, a nosso ver, tem três distintas dimensões: uma crise orçamental; uma crise económica; uma crise de confiança.

Comecemos pela crise orçamental. Numa coisa estamos todos de acordo: esta é uma crise estrutural. O problema das nossas finanças públicas está, sobretudo, no excesso de despesa do Estado e caminhar para o equilíbrio das contas públicas é um objectivo necessário e urgente.

A este respeito, há um facto objectivo — ostensivamente omitido até ao momento pela encenação política feita pelo Governo — que importa dar a conhecer a esta Câmara e aos portugueses.

Segundo o recente «Relatório Constâncio», na sua página 10, de 1991 até hoje, verifica-se que houve deterioração orçamental nos seguintes anos: 1991, 1993, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001. Apenas os anos de 1991 e 1993 foram da responsabilidade do PSD. Os outros seis anos foram todos da responsabilidade do PS. O ano de 2003, segundo o mesmo Relatório, foi neutro. Os anos que faltam, ou seja, 1994, 1995, 2002 e 2004 foram — todos eles — anos de melhoria orçamental e todos eles foram anos da responsabilidade de governos do PSD.

Aplausos do PSD.

Quer dizer, nos 13 anos considerados no «Relatório Constâncio» (página 10, insisto) houve melhoria orçamental na grande maioria dos anos em que o PSD foi governo e houve deterioração orçamental em todos os anos, sem excepção, repito, em todos os anos, sem excepção, em que o Partido Socialista foi governo.

Aplausos do PSD.

Isto, apesar de todos saberem que o PS governou em anos de «vacas gordas» e que 1991, 1993, 2002, 2003 e 2004, com o PSD no governo, foram sempre tempos de «vacas magras».

Fica aqui este registo histórico do «Relatório Constâncio», que a encenação política do Governo — com a ajuda dos seus novos aliados mediáticos e institucionais — tem procurado esconder.

Aplausos do PSD.

Outro dado objectivo, ainda não referido, particularmente importante para o Sr. Primeiro-Ministro: o Primeiro-Ministro tem dito exaustivamente (voltou hoje aqui a repeti-lo) que teve de aumentar os impostos porque o défice previsto para 2005 era superior a 6%, porque, se fosse apenas na ordem dos 5%, esse aumento não seria necessário.

Pois bem, a 15 de Abril deste ano (já era Primeiro-Ministro há mais de um mês), o Engenheiro. José Sócrates, em entrevista televisiva à RTP, dizia, e passo a citar: «O défice deve rondar este ano os 6%». E mesmo assim, na mesma entrevista, continuava a garantir que não ia aumentar os impostos. Ou seja: caiu a máscara da encenação. O que fica é a marca da propaganda e da falta à palavra dada aos portugueses.

Aplausos do PSD.

Posto isto, em matéria de finanças públicas, o Governo optou por seguir, sozinho, o seu caminho.

Um caminho errado. Em vez de atacar o verdadeiro problema — e o verdadeiro problema que temos é o excesso de despesa pública —, o Governo resolveu aumentar os impostos. Em 2005, as receitas vão aumentar em 750 milhões de euros. A despesa só diminui 125 milhões de euros. Esta política é injusta e é contraproducente.

É certo que no texto do Programa de Estabilidade e Crescimento se afirma que esta tendência — de

privilegiar a receita em detrimento da redução da despesa — será alterada nos dois últimos anos da Legislatura. Isto é o que diz o Programa. Mas é pura mistificação. Porque os números do próprio Governo, que estão nesse Programa, não deixam margem para dúvidas e dizem o contrário. Até 2009, o Governo espera aumentar a receita em 12 790 milhões de euros, enquanto a poupança na despesa não ultrapassará os 7865 milhões de euros.

Então, Sr. Primeiro-Ministro, quando um dos lados da crise nacional, por todos reconhecida, é o excesso de despesa do Estado, o senhor atreve-se a faltar à palavra dada aos portugueses, em matéria de impostos, para aumentar ainda mais a despesa do Estado?!...

A verdade, acabada a encenação, a propaganda e o *marketing*, vem sempre ao de cima: o Partido Socialista só sabe conjugar o verbo «gastar». E sabe conjugá-lo em todos os tempos: no passado, no presente e no futuro. Gastámos, gastamos e gastaremos — é este o lema do Primeiro-Ministro, à custa de mais impostos, de menos crescimento económico, de mais sacrifícios e de maior aumento do desemprego. Esta é que é a verdade!

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal vive também uma crise económica. Na constatação desse facto, estamos todos de acordo.

A diferença, também aqui, está no caminho a seguir para a recuperação da economia.

O caminho do Governo ficou esta semana mais claro: mais betão, mais obra pública, mais investimento público.

Protestos do PS.

A este respeito, já não falo da nova encenação feita pelo Governo. O Governo juntou, num único pacote, projectos anteriores para justificar mais uma cerimónia, mais um discurso e uma nova operação de propaganda política. Com uma agravante: o que é verdadeiramente novo, ou seja, tomar já a decisão de lançar a construção do novo aeroporto na Grande Lisboa, pode ser uma grande precipitação ou, mesmo, uma grande irresponsabilidade.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Em tempo de aperto financeiro, quando a capacidade do Aeroporto da Portela está muito longe de estar esgotada, decidir agora lançar este pesado investimento pode vir a significar um novo «elefante branco» em Portugal. Não sou eu apenas que o digo. São muitos e muitos especialistas que já estão a reconhecê-lo publicamente.

Aplausos do PSD.

Conviria menos autismo e maior sentido de responsabilidade!

Aplausos do PSD.

O problema maior é que esta receita (mais investimento público) é a receita tradicional. Quer relançar-se a economia, lança-se mais obra pública. Deu resultado, mas num passado já muito distante. Já não resulta, nem no presente e muito menos no futuro. Estamos em tempo de economia global!

O problema central da economia portuguesa é um problema de competitividade. Não se ganha competitividade apostando em mais betão. Ganha-se mais competitividade investindo em inovação e em mais exportação.

Há uma década atrás o valor anual das nossas exportações era de 16 000 milhões de euros. Nessa altura, há 10 anos, a República Checa e a Hungria, de população semelhante à portuguesa, exportavam, respectivamente, 11 000 milhões de euros e 10 000 milhões de euros. Menos que Portugal. Isto é, há uma década, Portugal exportava cerca de uma vez e meia o que exportavam esses países. Uma década depois, Portugal exporta 31 000 milhões de euros, a República Checa 42 000 milhões de euros e a Hungria 41 000 milhões de euros.

Quer dizer, numa década, aqueles países multiplicaram por quatro as suas exportações e Portugal nem sequer chegou a duplicá-las. Já agora, a nossa vizinha Espanha, no mesmo espaço de tempo, triplicou as suas exportações.

Numa palavra, Srs. Deputados, em termos relativos não estamos a enriquecer, em termos relativos estamos a empobrecer. A verdade é que esses países são hoje nossos parceiros na União Europeia e assentaram o seu modelo de desenvolvimento na produção de bens transaccionáveis.

Protestos do Deputado do PS Alberto Martins.

Que aconteceu em Portugal? Aconteceu o contrário: em 1996, com um curto hiato entre 2002 e 2004, retrocedemos no nosso modelo de desenvolvimento e voltámos a apostar no consumo interno. Um erro de graves proporções que o actual Governo, como se viu nesta semana, volta a repetir.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — De uma coisa o PSD não tem dúvidas: só um modelo que assente na produção de bens e serviços que possamos vender no mercado internacional, só o reforço da competitividade das nossas empresas que permita reconquistar quotas de mercado, externas e internas, só isto pode fazer com que Portugal reencontre os caminhos do crescimento, da competitividade e da prosperidade.

Para nós, o modelo é outro e diferente: é o modelo de exportação de bens e serviços, de valorização do turismo, de aposta nos sectores tradicionais, como o têxtil, vestuário e calçado, nomeadamente no reforço e ampliação das suas cadeias de valor, é de aposta no sector tecnologicamente relevante do automóvel, é de aposta em investigação e desenvolvimento, é de aposta na formação técnica, é de aposta em exigência na educação. Numa palavra, é de aposta no reforço dos nossos indicadores de competitividade, nomeadamente no que se refere à eficiência governativa, empresarial, à acessibilidade a infra-estruturas de carácter científico, cultural e social, é de aposta em mais concorrência e menos intervencionismo do Estado.

Aplausos do PSD.

É tempo de dizer: em matéria de política económica, deixemos aos empresários e aos investidores, sem medo e sem preconceitos, o desafio de investir, de produzir e de exportar. Preocupe-se o Estado com o que lhe compete: criar um ambiente favorável à iniciativa empresarial, à inovação, ao investimento e à exportação. Preocupe-se o Estado não com isso, mas com aquilo que lhe compete: criar um ambiente favorável à iniciativa empresarial, à inovação, ao investimento e à exportação. Preocupa-se o Estado em diminuir o peso da despesa pública na riqueza nacional. Preocupe-se o Estado com as políticas públicas de apoio social, de formação, de investigação e de inovação. Preocupe-se o Estado em ter uma justiça que funcione e um quadro fiscal que seja realmente competitivo e favorável ao investimento.

A não ser assim, continuaremos a empobrecer. O progressivo empobrecimento do País e o continuado aumento do desemprego que nessa altura se verificarão terão apenas um responsável: o Governo actual e o Primeiro-Ministro, Engenheiro José Sócrates.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A segurança tornou-se, no mundo inteiro, uma questão de primeiríssimo plano e o que se pode esperar é que nos tempos que aí vêm a sua importância não pare de crescer. Infelizmente, os acontecimentos de hoje em Londres só servem para o confirmar.

A segurança é um bem fundamental para os cidadãos e é condição e pressuposto de liberdade.

Felizmente, Portugal projecta no mundo uma imagem de um país seguro. Ter no mundo de hoje a imagem de um destino seguro, para além de um bem em si mesmo, é também dispor de uma enorme vantagem competitiva. O turismo procura destinos seguros, os investimentos procuram destinos seguros.

É por isso que, para Portugal, a segurança, além de essencial, importantíssima para as pessoas, constitui também um pilar essencial da nossa estratégia de desenvolvimento.

Disse há alguns dias nesta Câmara, e repito: «nunca farei destas questões uma arma de arremesso político». Mas não se estranhe que fale aqui, publicamente, das nossas preocupações, que são também as preocupações dos portugueses. Os portugueses estão preocupados com a segurança.

As notícias que todos tivemos, neste domínio, nos últimos tempos, são de grande preocupação. Portugal é um país cultural e socialmente aberto a outros povos. É esta a nossa matriz, a nossa idiossincrasia. Não a podemos perder. Em nenhum caso! Mas, ao mesmo tempo — e ambas as coisas são possíveis e desejáveis —, Portugal tem de ser um destino seguro para quem nos procura e um lugar seguro para aqueles que escolheram esta terra, a nossa terra, para viver!

Espero que o Governo também assim pense e, sobretudo, actue em conformidade, a começar pela defesa e pela garantia da autoridade democrática do Estado. Porque só a autoridade democrática do Estado é condição de segurança. E não há liberdade sem segurança! Esta é que é uma verdade incontornável.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal vive também uma crise de confiança. Não é uma

crise recente. Mas voltou a agravar-se, e a agravar-se brutalmente.

No passado mês de Junho, segundo os dados do INE, o indicador de confiança caiu fortemente: uma quebra cuja dimensão só tem paralelo na recessão de 1993. Uma quebra que se registou em todos os sectores: na economia, nos consumidores, na sociedade em geral.

Estes dados mostram que, apesar do discurso do Governo, as medidas anunciadas provocaram um ambiente de desconfiança que fragiliza ainda mais a nossa economia e afecta, sobremeneira, os mais fracos e os mais carenciados da nossa sociedade.

A verdade, Srs. Deputados, é esta: não há confiança quando se violam grosseiramente compromissos eleitorais; não há confiança quando se prometem criar milhares de postos de trabalho e logo a seguir se adoptam políticas que, sendo contra a competitividade das empresas, são contra a criação de emprego; não há confiança quando se faz de tudo e de todos — em particular dos funcionários públicos e demais servidores do Estado a todos os níveis — os bodes expiatórios de todos os males, apenas para disfarçar a falta de coragem do Governo para ir ao fundo dos problemas; não há confiança quando as pessoas vêem medidas pontuais — algumas até apontando no sentido certo — mas que, em vez de verem uma política e uma estratégia, sentem apenas um voluntarismo, usado sem nexo e sem sentido, que não ataca a origem dos problemas e, por isso, os não resolve; não há confiança quando um Governo, já com um discurso tão repetitivo, apenas ao fim de quatro meses, e sem uma ideia de fundo, dispara em todas as direcções, dando sinais evidentes de nervosismo, de arrogância e de insegurança, pondo já em prática, só ao fim de 4 meses, manobras de diversão e técnicas de controlo de danos que provam que está bem mais preocupado com o poder que recebeu do que com as responsabilidades nacionais que contraiu.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Assim, Sr. Primeiro-Ministro, não se restaura a confiança. Pelo contrário, assim agrava-se o clima de crise e o ambiente de desconfiança e de desapontamento na sociedade portuguesa.

Foi este o caminho que o Governo seguiu. Podia e devia ter seguido outro. É certo que hoje ainda vários aplaudem. Muitos o contestam. E sobretudo muitos outros, já hoje, ao fim de quatro meses, começam legitimamente a duvidar e a desconfiar.

Mas esta é a responsabilidade do Governo. A nossa é outra! A nossa não é a responsabilidade de governar mas é a responsabilidade de ser uma oposição firme, exigente, construtiva e responsável.

As nossas discordâncias, inquietações e preocupações aqui ficam. Pelo andar da carruagem, é minha convicção, mais cedo do que o Governo pensa, serão as discordâncias, as inquietações e as preocupações da esmagadora maioria dos portugueses.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a **Ana Catarina Mendonça** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me que inicie esta intervenção dizendo que alguém que chegasse hoje a Portugal e desconhecesse em absoluto a vida política portuguesa diria que o Deputado que acabou de falar nunca governou e muito menos teve responsabilidades tão importantes no País, há tão pouco tempo!...

Vozes do PS: — Bem lembrado!

Aplausos do PS.

A Oradora: — É que, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando falamos da crise de confiança, sabemos do que estamos a falar. Esta crise de confiança, Sr. Deputado Marques Mendes, foi provocada pela direita parlamentar de que o senhor teve particular responsabilidade nesta matéria.

Onde nos prometeram mais investimento houve maior desinvestimento. Onde nos prometeram mais emprego houve mais desemprego. Onde nos prometeram mais gastos, como na área da saúde com vista a um Serviço Nacional de Saúde eficaz, eficiente e mais próximo das populações, os resultados foram desastrosos. Onde optaram por uma obsessão do défice, para impor rigor às contas públicas, já aqui ficou bem demonstrado que aquilo que nos trouxeram, ao longo dos últimos três anos, foi apenas o embuste das vossas próprias contas.

Por isso, a crise de confiança é essa mesma, que leva hoje o Partido Socialista a querer retomar a confiança dos portugueses, a retomar a confiança dos cidadãos nas instituições, dos investidores na economia portuguesa, dos portugueses no Estado social.

E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, falemos do Estado social, porque é bom que nos lembremos que estamos a fazer o balanço de 100 dias de governação e que, longe da desaceleração do investimento na área

social dos últimos três anos, falamos hoje da sustentabilidade das políticas sociais. E há na acção do Governo uma dimensão importante de correcção de retrocessos, de erros e de trapalhadas do anterior governo.

Permitam-me, por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que recorde algumas medidas destes 100 dias de Governo: o rendimento social de inserção voltou a ter uma garantia de rendimento mínimo aos cidadãos, com vista à sua integração social; o subsídio de doença vai voltar a ter o valor que tinha antes de, injusta e incompreensivelmente, o terem feito descer; os medicamentos não sujeitos a receita médica estarão mesmo acessíveis para venda em muito mais pontos do que actualmente; o concurso da colocação de professores para o próximo ano lectivo decorreu dentro dos prazos e em tempo útil; inicia-se no próximo ano lectivo, já no próximo mês de Setembro, o processo de introdução do ensino do Inglês no 1.º ciclo do ensino básico...

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD): — Em quantas?!

A Oradora: — ... e a extensão do horário nestas mesmas escolas até às 17 horas e 30 minutos; a prestação extraordinária a idosos, porque é de pobreza que também hoje o mundo fala e é bom recordá-la neste debate do estado da Nação; a prestação extraordinária a idosos, garantindo-lhes um rendimento não inferior a 300 euros, que começa já no próximo ano para todos aqueles que têm mais de 80 anos, estendendo-se, progressivamente, a todos os outros.

O Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com estes exemplos, deixa clara a sua intenção e a sua acção de melhorar a sustentabilidade, a médio e a longo prazos, do modelo social português. Mas isso exige rigor, coragem e determinação. E foi por isso mesmo que o Governo também procedeu já à convergência do sistema público de segurança social com o regime geral de segurança social, com vista a que também sejam reactivadas as medidas de combate à fraude e à evasão contributiva e prestacional da segurança social.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O Governo dá hoje garantias de um grande esforço nacional naquilo que deve ser a educação, cada vez mais ao serviço da qualidade.

O Governo dá hoje aqui provas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de que quer mais coesão social, melhores serviços às populações. É um Governo que sabe que, na actual situação do País, o pior erro é o de não ousar fazer, não ousar corrigir, não ousar melhorar. É o erro dos que, à direita, se opõem à mudança e dos que, à esquerda, negam a dificuldade da realidade.

Sr. Primeiro-Ministro, ninguém lhe nega coragem e determinação. Os portugueses confiam em si para construir um Estado social mais forte e mais eficaz.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Do que estamos a tratar é do estado da Nação. Diz um inquérito da Comissão Europeia sobre o clima económico em Portugal que a opinião dos consumidores, da indústria, do comércio, da construção e dos serviços teve uma forte queda negativa em Junho, com o agravamento do pessimismo, reflectindo as consequências das medidas restritivas e recessivas, designadamente com o aumento dos impostos e com o novo discurso de obsessão do défice. Bem se podiam ter poupadado os custos de um estudo, bastando sentir o pulso dos sentimentos prevalecentes na sociedade portuguesa e a realidade social que vivemos.

O Sr. António Filipe (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Em vez de se privilegiar o crescimento económico e o fortalecimento do aparelho produtivo como meio de combater o défice, o combate ao défice passou a comandar a política económica, entravando o crescimento, numa concepção redutora, orçamentista e monetarista.

Do Programa de Estabilidade e Crescimento ao Orçamento rectificativo aprovado pela maioria trespassa uma clara opção de deixar cair o investimento em nome do estrito cumprimento das metas do défice orçamental, confirmando e projectando a continuação do já longo caminho que, desde 2000, nos afasta e nos leva a divergir da União Europeia.

Por esta via, não haverá venda de ilusões, nem anúncios de miríficos investimentos que alterem a realidade, a realidade da estagnação económica, do desemprego e da concentração da riqueza.

Corremos o risco de chegar ao fim deste ciclo político, tal como aconteceu com Durão e Santana, em que também foram pedidos sacrifícios para salvar o País, numa situação ainda mais frágil do que a que

temos hoje.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Os portugueses acreditaram e alimentaram que, com o novo Governo e a nova maioria, o prometido relançamento da economia e do crescimento económico assumiria uma outra prioridade e centralidade na acção e nas políticas governativas, que restabeleceriam a confiança no futuro. Hoje, essa esperança esfuma-se a cada dia que passa, como se esfuma o cumprimento das promessas eleitorais.

Os portugueses começam a compreender que a aplicação das mesmas terapias do passado só podem dar os mesmos resultados no presente e no futuro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Todos afirmamos — e parece que reconhecemos — que o défice é uma dor reflexa do nosso crescimento e de uma crise estrutural que atinge a nossa economia.

Todos os factos evidenciam que são a fragilidade do tecido produtivo nacional e a sua incapacidade para responder à procura do mercado interno e competir nos mercados externos o grande e grave problema do País.

Mas não se vê uma estratégia de ataque a este problema central. O Governo resolveu dar a primazia do combate ao défice e atacá-lo pelo pior lado, o lado que agrava as condições de vida dos portugueses e a injustiça fiscal e potencia os factores recessivos da economia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Entretanto, paradoxalmente, ao mesmo tempo que aprova medidas orçamentais restritivas, com cortes no investimento de capital e aumento das cativações no Orçamento rectificativo e reafirma a sua fidelidade ao processo e às metas do PEC de consolidação das finanças públicas, o Governo vem anunciar um pacote de investimentos de infra-estruturas, um Programa no qual junta num único bolo o investimento previsto para quatro anos de 25 000 milhões de euros, dos quais 8000 milhões de euros do Estado, que tem muito de operação de *marketing*, para fazer esquecer as gravosas medidas que decretou contra os portugueses que vivem do seu trabalho e lançar uma nova «cortina de fumo» sobre os reais propósitos de contenção, expressos no Programa de Estabilidade e Crescimento.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Do que até agora conhecemos, sendo pouco, é o suficiente para sabermos que não se trata de um investimento suplementar ou de um reforço mas apenas de uma parte do investimento que todos os anos são disponibilizados pelo Estado, muito aquém da sua normal capacidade de mobilização, com a agravante de estar sujeito a um quadro comunitário de apoio incerto e de revelar uma grande falta de rigor e sustentabilidade na sua articulação com o investimento privado, de cuja iniciativa o Programa dependente.

Este é um Programa que deixa muitas reservas acerca do seu real contributo para ultrapassar o central e decisivo problema, que é o da dinamização da estrutura produtiva nacional, em particular da nossa indústria.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — É um Programa que, na sua concretização, apela mais à mobilização de um forte componente de produtos importados do que a um esforço da iniciativa e produção nacionais.

É um Programa que pouco contribuirá para dar resposta à difícil situação que atravessa a nossa indústria transformadora, com os graves problemas do sector têxtil e do vestuário, da metalurgia, da cristalaria e da cerâmica, da cabelagem e de outros subsectores eléctricos e da electrónica. Problemas que se somam às crises profundas da agricultura e das pescas nacionais, a que o Sr. Primeiro-Ministro não se refere nem uma única vez.

É um Programa que, prosseguindo o caminho privatizador assumido no Orçamento rectificativo, é concebido na dependência do capital privado, da concretização de parcerias público-privadas, que mais não são do que um escancarar de portas à transformação das áreas de serviço público em negócio privado e que se traduzirão no futuro numa enorme factura que os portugueses terão de pagar dolorosamente.

Este pacote de infra-estruturas, que se apresenta por atacado para impressionar os portugueses deslindidos, é o mesmo pacote de 30 000 milhões de euros que o Ministério da Economia vinha anunciando

desde o princípio de Maio, juntamente com o PIN, os tais projectos de Potencial Interesse Nacional que, depois da sua divulgação na operação «Governo Presente» no distrito de Braga, há dois meses, parecem ter regressado ao congelador.

Destino idêntico parece ter sido a *task-force* de apoio para salvar as empresas em dificuldade, o tal projecto AGIIRE, que, desde essa data, ciclicamente se vêm anunciando criar, como se fosse novidade ou coisa nova.

Infelizmente, Sr. Primeiro-Ministro, a única diferença é a de que nestes dois meses que nos separam desse célebre Conselho de Ministros no distrito de Braga, que lançou a chamada «nova base da política económica», este distrito viu aumentar assustadoramente o desemprego, que atinge agora 15% da população activa e está a braços com a dramática situação dos 800 trabalhadores da LEAR com a deslocalização da empresa para a Roménia, mas também de outras empresas, como a VISHAY, de Famalicão para a Índia, ou do conjunto das empresas subcontratadas pela Benetton na zona do Basto, envolvendo 700 trabalhadores.

O País que trabalha está mais pobre. Desde 2001 que, paulatinamente, perde poder de compra, que se estima numa quebra de 15%, com as famílias a ganharem menos, a pagarem mais impostos e a terem menos benefícios sociais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É verdade!

O **Orador**: — Situação em nítido agravamento com as recentes medidas do actual Governo do PS. Só o aumento do IVA, que este mês entrou em vigor, conjugado com a defendida contenção salarial, significará um novo passo no agravamento dessa tendência de empobrecimento das famílias portuguesas, particularmente das famílias dos trabalhadores e dos reformados.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Não é difícil prever o que aí vem em resultado do aumento dos combustíveis, dos transportes, das rendas de casa — que o Governo agora também anuncia — e de toda uma gama de produtos e bens, ao mesmo tempo que se promovem activas políticas de depreciação dos salários e dos rendimentos de trabalho.

Esta é uma realidade que contrasta com o crescimento desmedido e escandaloso dos lucros dos grandes grupos económicos e da banca, que, ano após ano, à sombra da crise, arrecadam milhões e milhões de euros, que alimentam um crescente processo de acumulação e concentração de capitais.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Um escândalo!

O **Orador**: — Proveitos que, como objectivamente se constata pelo baixo crescimento económico português, não são reinvestidos no relançamento da economia portuguesa, nem tão-pouco na criação de mais emprego.

Estes são os grandes usufrutuários de um sistema e de uma política que apenas serve e engorda um capital improdutivo e predador, que vive à custa de um tecido económico cada vez mais fragilizado de micro, pequenas e médias empresas, que sacou do Estado o melhor do seu património público empresarial e quer mais e mais do que resta. E é aqui que bate o ponto!

Esta é que é a grande contradição que atravessa a sociedade portuguesa e não aquela que uma vergonhosa campanha do Governo também alimenta, que quer contrapor o País aos trabalhadores da Administração Pública, às forças de segurança e aos militares. Uma campanha que é alimentada por um conjunto de falsidades no que diz respeito aos seus salários, direitos e reformas e de enviesadas e abusivas comparações com a realidade do sector privado. Quer-se nivelar puxando para baixo, retrocedendo socialmente!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O **Orador**: — Diz o Governo que as medidas que estão a tomar são para salvar o Estado social. Mas como quer que se acredite que, sendo o nosso Estado social menos protector e menos eficaz do que os seus congéneres europeus, o caminho escolhido seja o da retirada e diminuição de direitos, em vez do seu reforço?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O **Orador**: — Quem pode acreditar, sinceramente, que seja para salvar o Estado social que o Governo resiste à suspensão das disposições do Código de Trabalho respeitantes à caducidade e sobrevigência das convenções colectivas de trabalho, admitindo com tal posição a eliminação de

importantes direitos dos trabalhadores de diversos sectores de actividade e a diminuição das suas remunerações? O Estado social não se salva desregulamentando as relações laborais, precarizando o emprego e fragilizando os direitos de quem trabalha.

Aplausos do PCP.

Sr. Primeiro Ministro, V. Ex.^a veio aqui falar de futuro. Acha que o discurso da confiança no amanhã constitui a alavanca fundamental para mobilizar os portugueses na senda do crescimento e do desenvolvimento do País.

É importante retomar a esperança e a confiança, mas nós acrescentamos que também é preciso retomar a luta dos trabalhadores e das populações, não permitindo que os poderosos e os senhores do dinheiro tenham da democracia a concepção que «nós podemos dizer o que quisermos enquanto eles poderem fazer o que quiserem», luta, protesto e descontentamento que deveria levar o Governo a refletir e não a hostilizar as causas que hoje mobilizam tantos sectores e camadas sociais da população portuguesa.

O carácter apelativo e de confiança feito pelo Governo é uma arma de dois gumes. Outros governos anteriores fizeram esse apelo, aplicando, depois, medidas e políticas de retrocesso, comprometendo o futuro do País, provocando desencantos e frustrações. Plagiando alguém, diria: «Nunca nestes tempos que vivemos o amanhã foi tão transformado numa palavra tão vã».

A vida dirá se temos ou não razão. Mas não ficaremos à espera, não regatearemos qualquer combate por uma outra política que rompa com o passado e prossiga a construção de um País, de uma Nação de progresso e de justiça social, soberana e democrática.

O Sr. Primeiro-Ministro queria saber qual o grau de responsabilização do PCP. Então, nós dizemos-lhe: aqui tem um compromisso, não consigo, não com o Governo do PS mas, sim, com o povo português.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Anacoreta Correia.

O Sr. **Miguel Anacoreta Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Para «virar o discurso», foi assim que numerosos órgãos da comunicação social comentaram a decisão do Governo de apresentar o plano para relançamento da economia. É que 25 000 milhões de euros é um número bastante impressionante! É um número particularmente importante, num momento em que o País deve olhar para as suas despesas públicas com a responsabilidade de que cada euro deve ser bem utilizado. É um valor para despertar curiosidade e apetites, mas não foi, na apresentação deste plano, algo que tivesse despertado entusiasmo.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — O meu colega António Pires de Lima disse aqui, há pouco, que este plano lhe fazia lembrar os planos quinquenais, mas eu tive ocasião de discordar dele — e agora faço-o publicamente —, porque este plano fez-me lembrar muito mais os planos de fomento da II República, talvez mesmo o IV Plano de Fomento, que foi interrompido em 1974, em que se anunciava, com pompa e circunstância, um conjunto de obras públicas...

Tivemos já ocasião de reconhecer publicamente que este plano contém aspectos positivos, e sobre esta matéria não queríamos que existissem quaisquer equívocos. Consideramos positiva a opção pela banda larga e pelo conhecimento e consideramos positivas as opções sobre a energia, designadamente sobre a energia eólica, embora nos cause algum espanto que um concurso lançado pelo anterior governo tivesse sido anulado por este para ser lançado em bases de que não conhecemos a diferença em relação ao anterior.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas este plano tem algo que corresponde a condições diferentes das que hoje existem: continua a ter um grande peso das obras públicas, consagra a virtude da obra nova e não procura fazer viver, digamos assim, cada investimento até ao limite da sua capacidade, até ao limite da sua vida útil.

Esteja tranquilo, Sr. Ministro das Obras Públicas, porque não vou retomar o discurso das SCUT. Ontem, tive ocasião de ouvir o Sr. Ministro das Finanças, que agora não está aqui presente, e verifiquei que está mal informado, mas noutra ocasião teremos oportunidade de discutir este problema.

Para perceber qual o novo modelo de exploração dos itinerários principais, gostaríamos de saber, por exemplo, se a auto-estrada de Amarante para Bragança é ou não portajada porque isso é uma encruzilhada bastante importante para sabermos qual é o modelo futuro.

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Orador: — Relativamente ao aeroporto da Ota, gostaríamos de fazer duas ou três observações que nos parecem pertinentes.

Desde logo, relembrar as declarações do Sr. Ministro das Obras Públicas, quando disse, há semanas, que não estava entusiasmado com a opção que era a menos má, o que, desde logo, nos dá a garantia de ser um assunto merecedor de ponderação. Embora eu conheça o contexto em que foram feitas as declarações dos ex-Ministros Valente de Oliveira e Carmona Rodrigues, que aqui foram abundantemente citadas, quero contestar o facto de se tomarem decisões sobre esta matéria sem estarem feitos todos os estudos indispensáveis e sem existir uma urgência real.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — No aeroporto da Portela, estão, neste momento, a ser feitas obras de ampliação. Dentro de dois anos, haverá uma reserva de capacidade de 30% ou, mesmo, de 40%. O tráfego está a subir entre 2% a 3% ao ano. Se observarmos bem a conjuntura da evolução do tráfego, verificamos que esta é, de certeza, a medida mais barata e a mais rentável porque nos permite colocar o ano da decisão do investimento quando ele é realmente necessário e não quando a oportunidade política obriga a que ele seja anunciado.

O Sr. António Pires de Lima (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Na Área Metropolitana de Lisboa, existem duas infra-estruturas onde, com custos baixos, se pode fazer um aeroporto — dizem os técnicos — para seis a oito milhões de passageiros. Esta hipótese de «Portela+1» tem sido combatida por argumentos de congestionamento de espaço aéreo, mas sabe-se que os estudos estão feitos na base do modelo existente e não na base da procura de um outro modelo de gestão do espaço aéreo.

Assim, não foram avaliados os custos com a recuperação dos solos; não há muita experiência de cidades ou de países que tenham abandonado aeroportos internacionais; não está avaliado o custo de uma ligação entre a Ota e Lisboa em menos de 20 minutos, período de duração a partir do qual perde a competitividade; e não foram estudados os impactos económicos que o facto de se retirar um aeroporto da cidade de Lisboa tem para a própria cidade de Lisboa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A este propósito, quero dizer que apenas um dos candidatos à presidência da Câmara Municipal de Lisboa — neste caso, a candidata do CDS-PP — levantou o problema do impacto económico negativo para a cidade de Lisboa decorrente da retirada do aeroporto da cidade de Lisboa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Há, pelo menos, três anos para se estudarem os aspectos que ainda não foram estudados. Não estou, repito, a tomar partido sobre a questão «Ota» ou «não Ota», quero apenas que os estudos sejam feitos e que a decisão se tome no momento em que os estudos revelarem que é indispensável tomar essa decisão.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — De qualquer forma, Sr. Primeiro-Ministro, há uma questão que eu não gostaria de deixar de assinalar: a Ota e o TGV... Aliás, sobre o TGV, quero lembrar que o meu colega António Pires de Lima, hoje muito citado por mim, distribuiu à imprensa as declarações que fez sobre o apoio não só dele mas também do nosso partido à ideia do TGV — portanto, não o estamos a combater — e também sobre a banda larga.

Mas, Sr. Ministro, relativamente a projectos como estes, que se prolongam e têm um pesadíssimo envolvimento financeiro nos próximos anos — porque os 2150 milhões de euros reservados para a Ota e para o TGV não são senão uma pequena parcela, repito, uma pequena parcela, do custo final destes empreendimentos, os quais se vão repercutir durante três legislaturas porque se prevê 10 a 12 anos o prazo de construção —, parece-nos que, no momento de se tornarem irreversíveis, como parece que este Governo o tornou, seria de muito bom tom terem sido discutidos com a oposição e que a oposição conhecesse a natureza dos estudos que ditaram essa urgência e essa irreversibilidade.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã.

O Sr. **Francisco Louçã** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro António Costa: Vamos chegando ao fim deste debate e, creio, vale a pena reflectir sobre a estratégia que o Governo teve a este respeito.

O Governo procurou fazer aqui um debate que estava deslocado do tema que estamos a tratar. O Governo gostava que fizéssemos um debate sobre a Ota e o TGV. No entanto, se o Governo quisesse ter apresentado o programa de investimento em infra-estruturas, tê-lo-ia feito no momento próprio para uma discussão própria.

Naturalmente, apesar da importância muito grande desses dois investimentos, aquilo a que hoje somos convocados é a reflectir, a discutir, o estado da Nação. Não é o estado dos 100 dias do Governo, é o estado da Nação, perante os quatro anos da Legislatura.

Desse ponto de vista, o Bloco de Esquerda entendeu, e insisto, que o Governo fugiu às duas grandes questões que estão em discussão. A primeira é, sim senhor, a questão da União Europeia. Não a questão de referências de pé de página num discurso, mas é olhar para uma crise grave, provocada pelo facto de um tratado, elaborado antidemocraticamente, ter sido vencido pela democracia do voto e haver, hoje, um «eixo do fingimento» que finge que esse tratado ainda existe, ainda mexe e ainda será apresentado, embora daqui a dois anos.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — A Europa perde tempo, em vez de preparar um novo tratado que olhe para as lições deste e, em particular, a lição da democracia, porque só a democracia constitui um projecto europeu.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Em vez de o fazer, perde-se tempo e o Governo português, exceptuando a observação de um Ministro, a seu tempo e a título pessoal, nunca saiu deste «eixo do fingimento».

Mas há uma segunda questão que é muito importante e também não foi tratada aqui, ou o Governo tentou sistematicamente iludi-la, que é a centralidade das políticas sociais.

Em particular, sobre o Serviço Nacional de Saúde, também aí sobre o seu modelo de financiamento e o seu modelo de gestão, porque quando se fala do rigor de um Estado virado para as preocupações do povo é pelo Serviço Nacional de Saúde que se tem de começar essa reforma de coragem, contra o atraso, e que não está feita. Portugal tem uma sobremedicamentação como cultura generalizada, tem um excessivo gasto com medicamentos, que são dos mais caros da Europa, e tem uma parte muito importante da despesa das famílias utilizada na saúde, ao contrário dos outros países da Europa, e, em particular, na saúde privada.

Mas quando chegamos à questão essencial, que é a questão do combate à pobreza, da integração e da terceira idade, o Governo começou nos últimos dias a anunciar-nos uma nova alteração.

Sr. Primeiro-Ministro, quero dizer-lhe que aquela questão é tão importante que devia ser discutida com todo o rigor e que sobre ela temos oposição completa. Trata-se da ideia de alterar o cálculo da reforma para, como o Sr. Primeiro-Ministro explicou na sua entrevista recente a um canal televisivo, reduzir em 20% as pensões, porque essa seria consequência sobre as pensões, calculada por si, e bem.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Actualmente, as pensões são determinadas pelos 10 melhores anos dos últimos 15 sobre a carreira contributiva, mas acontece, Sr. Primeiro-Ministro — eu conheço e talvez o Sr. Primeiro-Ministro também conheça —, que há trabalhadores que levam 50 e mais anos de trabalho. Estive na Fábrica da Mortensen (antiga Fábrica Escola Irmão Stephens) com vidreiros que começaram a trabalhar aos 11 anos e que, ao fim de 54 anos, atingem a idade da reforma. Esta, sim, seria a reforma justa: fazer com que a carreira contributiva tivesse uma duração limitada e definida para todos. Mas não é isto o que o Governo propõe. O Governo propõe-se alterar a regra da determinação dos salários sem considerar aquilo que as pessoas trouxeram com a sua formação e aprendizagem e, portanto, tem como consequência reduzir as pensões em 20%. É uma maldade! É um erro! E, sobretudo, retira o princípio da justiça, que é indispensável, em que as pensões ajudam a combater a pobreza e a criar uma situação de direitos comparados.

Não me argumentem a este respeito que há também pensões muito altas, pois não as haveria se saíssemos da situação irregular em que nos institutos públicos e em empresas são os próprios administradores que fixam o seu salário. Se cada um fixasse o seu salário livremente, isto, sim, seria um problema no País!

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas há só uma camada, em Portugal, que tem este direito, os administradores de empresas, institutos públicos e empresas privadas e, em consequência, têm os benefícios que daí decorre. Esta situação é errada, mas é profundamente errado, e este debate deve esclarecê-lo — e o Bloco de Esquerda fá-lo desde já —, que a grande contra-reforma social que está a começar a ser anunciada pelo Governo é errada, terá a nossa oposição e vai no sentido do atraso, não no da modernidade.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os protestos à política do Governo acentuam-se e estão na base do conhecimento do verdadeiro programa do PS, que não foi apresentado nem em campanha eleitoral nem quando aqui se debateu o Programa do Governo mas, sim, quando foi apresentado o Programa de Estabilidade e Crescimento. Este programa, sim, está dotado das verdadeiras intenções políticas do PS: professores, polícias, estagiários, enfermeiros, magistrados, trabalhadores da Administração Pública em geral contestam medidas anunciadas pelo Executivo PS.

Os dados de inquéritos realizados, designadamente pelo Instituto Nacional de Estatística, em Junho deste ano, também dão conta do pessimismo das famílias em relação à situação do País. O Governo falhou no seu primeiro objectivo, as pessoas não estão confiantes, muito pelo contrário.

Mas como poderia um Governo atribuir confiança aos portugueses quando, logo no início do seu mandato, se descredibilizou e, pelos vistos, esta poderá ser uma nota de continuidade: na campanha eleitoral o PS garantiu que não aumentava os impostos, entretanto já aumentou o IVA e o ISP; o Primeiro-Ministro disse, em entrevista, que deveria ter sido mais claro na campanha e deveria ter posto um «se» à frente da promessa de que não aumentaria os impostos, mas veementemente afirmou, nessa entrevista, que não voltaria a aumentar mais impostos; o Ministro das Finanças, ontem, suavizou a veemência, que ficou suavizada e os portugueses devem, afinal, ficar à espera de novos cenários para saber com o que contam.

Entretanto, enquanto o Primeiro-Ministro garante que há ministros que pagam para estar no Governo, porque vão começar a não poder acumular a totalidade do vencimento com a totalidade das reformas, esqueceu-se de dizer o que é que os portugueses pagam para o PS estar no Governo (como pagaram com o PSD/PP), o que os portugueses pagam pelas opções políticas que o PS está a tomar, enquanto Governo. Os efeitos do aumento do IVA vão começar a sentir-se nas carteiras; os transportes aumentam; o desemprego vai continuar a crescer; os salários crescerão pouquinho... Tudo isto em nome de um futuro que nunca mais chega, porque as políticas *n* vezes repetidas não respondem às necessidades do País.

Esse futuro está, contudo, sempre garantido para os grandes grupos económicos e financeiros, que vão recebendo lucros sobre lucros e continuam a ter mecanismos fiscais ao seu dispor para pagar imoralmente menos impostos do que o princípio da solidariedade exigiria.

Mas, mais do que essas benesses fiscais, as políticas direcionam-se, também com este Governo, para o seu favorecimento. O plano de privatizações será um pilar da estratégia do Governo; as multinacionais do sector agro-alimentar têm porta aberta, por vontade do Governo, para as culturas OGM em Portugal; a intensificação dos privados no sector da água será facilitada, segundo declarações do Ministro do Ambiente.

Que novidade há, afinal, nestas políticas?

Portugal continua a ser um dos países da União Europeia onde as famílias mais gastam com a educação, onde os índices de abandono escolar são dos mais altos e onde a discriminação no acesso à educação é dos mais evidentes em função da situação económica das famílias.

Os estágios pedagógicos são, na perspectiva da Ministra da Educação, quase uma inutilidade. Enquanto a educação for encarada como um privilégio individual e não como um factor de desenvolvimento e de qualificação do País, nada mudará substancialmente.

Como é que o PS encontra tão facilmente o princípio da solidariedade nas SCUT e não o consegue aplicar à educação?

Portugal está a pagar, e vai pagar no futuro, bem caro as opções políticas que têm sido prosseguidas. Por exemplo, ao nível energético, quanto virá a custar aos portugueses a incompetência dos sucessivos governos no cumprimento das metas que assumimos de emissões de gases com efeito de estufa?

O resultado tem sido a dependência energética do exterior na ordem dos 90% e do petróleo na ordem dos 60%.

Empresas que reclamam encerrar para não cumprir índices de emissão, estimativas assustadoras na compra de créditos de...

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se. Queira concluir, por favor.

A Oradora: — Termo, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que são assustadoras as estimativas na compra de créditos de poluição ou de multas por incumprimento, e os níveis de emissão sempre em curva ascendente.

Quanto custará à nossa própria coesão territorial, um investimento tão tímido na rede ferroviária convencional de 470 milhões de euros, para investir 1500 mil milhões de euros no TGV?

Para terminar, deixo esta conclusão: se a verdade, tantas vezes apregoada mas muitas vezes não praticada, não se traduzisse em estratégias úteis para os momentos políticos, provavelmente, antes das eleições autárquicas saberíamos onde e quando é que o Governo pensa que poderá impor a co-incineração, e, provavelmente amanhã, o Parlamento já estaria a alterar a lei penal no que se refere ao aborto e não a fingir que vai resolver um problema que nunca mais resolve, problema este que, pelos vistos, não cria dilemas ao Sr. Primeiro-Ministro. Enquanto não, assim vai, Srs. Deputados, o estado da Nação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O debate faz-se através da confrontação entre as propostas das diferentes forças políticas. Para fazer o debate, importa que cada uma apresente respostas claras a três perguntas fundamentais: que futuro queremos para o nosso modelo social? Como combinaremos a política financeira e orçamental e a política económica? Que agenda preferimos para a modernização da Administração, da sociedade e dos padrões de comportamento?

É clara a linha de rumo do Governo no que importa ao Estado social. Queremos reforçar o Estado social mas, para isso, é preciso torná-lo mais equitativo e sustentável, o que faremos com maior aproximação entre os regimes público e geral de protecção social, com a correcção dos regimes especiais cuja natureza e estatuto singulares deixaram de ter justificação plausível e com a reorientação das políticas segundo o princípio de que o interesse geral se deve sobrepor sempre aos interesses particulares.

Com estas medidas, melhoramos, por um lado, a consciência pública sobre a importância do modelo social, porque as pessoas aderem tanto melhor quanto mais justas acham as coisas, e, por outro lado, libertamos recursos financeiros para investir no desenvolvimento dos domínios ainda hoje desprotegidos do nosso Estado providêncial e, designadamente, no combate à pobreza.

Esta discussão não começou agora e nós sabemos bem quais eram as respostas alternativas àquela que preferimos.

À direita, as propostas eram, e são, o aumento imediato da idade da reforma para todo o regime geral da segurança social e o corte drástico nos benefícios e prestações sociais assegurados pelos serviços públicos.

À esquerda, a sugestão é não mexer em nada, salvando a situação dos membros activos das gerações actuais à custa de todos os outros.

Ora, ao PS tanto repugnam o ataque neoliberal ao Estado social como a celebração imobilista do *status quo* e a rendição às reacções dos grupos que dele agora beneficiam. Para ser desenvolvido, para ser reforçado, o Estado social precisa de ser reformado. E só a esquerda democrática consegue fazê-lo. Essa é, aliás, a sua obrigação e este Governo assume-a com toda a determinação. E ao contrário do que ainda hoje se tentou insinuar, tudo isto se faz não para desqualificar mas, sim, para qualificar as políticas sociais. A prova está em que, neste debate, como noutras, as bandeiras da integração social são brandidas pelo PS e pelo seu Governo, como se viu ainda hoje pelo embarrancante silêncio que rodeou o anúncio, por parte do Sr. Primeiro-Ministro, de alterações fundamentais e significativas na Lei da Nacionalidade,....

Applausos do PS.

Protestos do PCP, do BE e de Os Verdes.

... e como se vê também — porque se vê pelas práticas e não apenas pelas palavras — pelo esforço deste Governo em salvar o Serviço Nacional de Saúde,...

Risos do Deputado do PCP Bernardino Soares.

... designadamente do estertor financeiro em que três anos de Governo de direita o colocaram.

Há ainda uma forma de silêncio cómoda, que é a de dizer, ritualmente, «nós também estamos de acordo» mas fugir a discutir as questões de fundo.

Ora, é essa discussão de fundo que as esquerdas têm de fazer também quanto às propostas da integração social.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Seja sério!

O Orador: — A segunda questão essencial é a articulação entre política financeira e orçamental e política económica. E também aqui as águas estão há muito separadas.

Na sua anterior governação, a direita congelou a política económica e tentou mascarar o défice orçamental. Ainda hoje, PSD e CDS são incapazes de sugerir uma só medida exequível e positiva, seja para a consolidação das contas, seja para a dinamização da economia.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Bem lembrado!

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Por seu lado, a esquerda conservadora continua refém do preconceito contra a iniciativa empreendedora e incapaz de entender a importância da política de equilíbrio orçamental para o crescimento da economia.

Para nós, porém, as coisas são muito claras. A consolidação das contas públicas e a dinamização da economia não são opções alternativas, são, sim, a cara e a coroa de políticas orientadas para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo que controlamos a despesa corrente, favorecemos a despesa de investimento. Ao mesmo tempo que combatemos o excesso de recursos consumidos no simples funcionamento do Estado, lançamos o programa de desburocratização e modernização da Administração Pública, tornando-a mais amiga dos cidadãos e das empresas. E, sobretudo, repusemos no lugar cimeiro das prioridades nacionais, de que tinha sido ingloriosamente afastada nos últimos três anos, a formação, escolar e profissional, básica, secundária e superior, porque só com pessoas mais qualificadas e mais empreendedoras é que a economia portuguesa dará o salto qualitativo de que tanto necessita.

Ao contrário da direita, nós não colocamos a economia entre parênteses, nem a desligamos dos direitos sociais dos trabalhadores. Para termos mais emprego, precisamos de economia mais dinâmica, mais tecnológica, mais inovadora.

Os nossos adversários políticos, sendo de sinal contrário, unem-se na mesma tentação de diabolizar o investimento: uns, à direita, diabolizam o investimento público; outros, à esquerda, diabolizam o investimento privado.

Com este Governo, esse jogo de desconfianças recíprocas, que tanto tem paralisado o País, acabou. Todos conhecem o quadro de referência global para os investimentos prioritários, todos sabem como se podem acomodar aí as responsabilidades próprias e as parcerias comuns entre público e privado. Quer isto dizer uma coisa muito simples: é que temos, finalmente temos, uma política estratégica para a economia.

Aplausos do PS.

Finalmente,...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — Finalmente, os aplausos!

O Orador: — Finalmente, a agenda da modernidade.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — A agenda liberal!

O Orador: — Se houve retrocesso gravoso de 2002 a 2005, ele foi o desinvestimento, quando não o abandono, puro e simples, da intervenção em áreas, diferentes entre si mas todas convergentes para uma dinâmica de modernização social, como o ambiente, o ordenamento do território, a política de cidades, a defesa do consumidor, a luta contra a toxicodependência, a saúde reprodutiva, a cultura ou a ciência. Pois também aí o ciclo de retrocesso acabou!

A nossa agenda é muito diferente. Não usamos os temas da modernidade apenas como emblemas mais ou menos vistosos para seduzir este ou aquele nicho eleitoral ou dar um toque supostamente fracturante à linha política, como gostam de fazer alguns dos que se situam à nossa esquerda. Mas, ao contrário da direita, a agenda da modernidade está no coração da nossa prática política, porque é também por ela, e decisivamente, que se ganha o desafio do bem-estar e da coesão, do desenvolvimento e da qualidade democrática.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Isso é Carrilho!

O Orador: — Os primeiros três meses do Governo chegaram para evidenciar o essencial: como padrão de comportamento, a sobriedade e a determinação, que resultam da força das convicções; como princípio geral, a prevalência do interesse geral sobre as lógicas particularistas; como motor da acção, a vontade de enfrentar os problemas, em vez de os disfarçar, e de atacar as suas causas estruturais, em vez de ficar

pela «espuma da onda»; e como agenda, um Programa que os portugueses sufragaram por larga maioria e que actualiza e concretiza a maneira de ver e de fazer própria da esquerda democrática europeia.

Aplausos do PS.

Um Estado social mais forte e sustentável, uma economia mais moderna e um emprego mais qualificado, um país orientado para o futuro, confiante nas suas próprias capacidades e participante activo no concerto internacional, este é o caminho que o eleitorado português escolheu, este é o caminho que seguimos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Negrão.

O Sr. **Fernando Negrão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em que estado está o Estado? Esta é uma pergunta que os portugueses formulam com muita frequência. Esta é a grande preocupação actual dos portugueses. E uma preocupação que não se resume apenas à repetição das contas do défice, ao inesperado aumento dos impostos, em suma, ao des controlo das contas públicas. Essa preocupação estende-se à justiça, estende-se à saúde, estende-se à segurança social, estende-se à educação, e estende-se ao próprio funcionamento do sistema político e à sua fiabilidade.

Esta preocupação da sociedade portuguesa leva a que o Parlamento, o Governo e o poder local sejam permanentemente questionados e até postos em causa.

Por isso, é inevitável a pergunta: porquê? Porque o Estado está ferido na sua credibilidade, na sua capacidade de protecção, no seu dever de assegurar o futuro colectivo. Na sua credibilidade, porque o Estado, na pretensa defesa dos cidadãos, tem adoptado e prosseguido políticas que muitas das vezes são apenas formais e inúteis, e porque a prossecução do interesse colectivo é quase sempre feita à margem dos reais interesses das pessoas. O Estado perdeu a noção do indivíduo!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Este Estado, que a todos diz respeito, embora com graus diferentes de responsabilidade, surge, muitas vezes, como não sendo uma pessoa de bem, no sentido de bem fazer.

O próprio pacto tácito de confiança, que ontem existia, entre os portugueses e os políticos e governantes está hoje posto em causa. Os portugueses têm hoje, mais do que uma crise económica, uma crise de expectativas pessoais, uma crise de esperança. Buscam referências e é em nome dessas referências que esta Câmara deve reflectir acerca da quase ruptura existente na relação entre a população e os seus representantes.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Vivemos uma crise de eficácia no sistema, que se prende, antes do mais, com a perca da noção de serviço público.

Hoje, a maioria dos portugueses pensa que a classe política não serve mas que está a servir-se. É esta ideia que quebra o elo, a ligação à população, elo que tem, com urgência, de ser restaurado. É essa ferida que tem de ser sanada!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A gravidade desta constatação obriga-nos a uma seriedade acrescida. Não nos é permitido fazer dela aproveitamentos políticos. É uma situação que exige consenso, contenção e firmeza.

Aplausos do PSD.

Portugal pede-nos uma reforma profunda mas essa reforma não pode, não deve ser feita contra os portugueses ou através de medidas formais e avulsas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há muito que o PSD alertava o País para as dificuldades económicas.

Nunca o PSD «embarcou» num discurso de facilitismo,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... porque, ao fazê-lo, sabia da impossibilidade de o cumprir.

A questão que se coloca é a da segurança que os eleitores devem ter quando confiam a sua representação num líder e num partido. Defraudados nessa confiança, os portugueses perdem a segurança e a estabilidade. Quando direitos e projectos de vida são inesperadamente alterados, sem que se lhes antecedam as correspondentes reformas estruturais, tal cria instabilidade e insegurança.

Vivemos, pois, com um problema de segurança, e não apenas no sentido da segurança pessoal e patrimonial mas também da construção do projecto de vida de cada um de nós.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A conclusão que podemos tirar é a de que o Estado está a falhar. E — reafirma-se — a falhar naquilo que é o fundamento de um regime democrático e que se prende com a existência de uma relação recíproca de proximidade e de confiança entre eleitores e eleitos, por forma a que as grandes opções colectivas sejam dotadas da maior legitimidade possível.

Para que tal aconteça, temos a obrigação de ter a coragem de ir para além da política do dia-a-dia, temos que ousar no sentido da tomada de decisões que ponham cobro ao arrastar deste mal-estar mútuo. Temos, ainda, de ousar com determinação na adopção de políticas de ruptura com a situação que se tem mantido praticamente inalterada desde há décadas.

No que ao sistema político diz respeito, mais concretamente no que se refere a esta Assembleia, é fundamental que ela deixe de ser olhada como um instrumento do Governo. Para tanto, e no quadro das eleições legislativas, apresenta-se hoje como quase inevitável a criação de círculos locais uninominais,....

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Ah!

O Orador: — ... em articulação com um círculo nacional único.

Teríamos, em consequência, uma situação de responsabilidade individual, pois a identificação do Deputado tornar-se-ia mais fácil por parte daqueles que lhe deram o seu voto.

O Sr. Alberto Martins (PS): — O PSD está de acordo com isso?

O Orador: — E evitáramos que as eleições, como até agora tem acontecido, tenham por objectivo a escolha do Primeiro-Ministro e não a dos Deputados enquanto representantes das suas populações.

Na área da justiça e segurança, as medidas a tomar devem evitar a casuística, que tem como melhor exemplo a decisão relativa à redução das férias judiciais,....

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... a qual, tomada antes da introdução de medidas estruturais, tem como única consequência a desorganização do sistema, em simultâneo com a desmotivação dos operadores judiciais e a ausência da tranquilidade exigível para o exercício da difícil e sensível missão de julgar.

Applausos do PSD.

Na investigação criminal, com a sofisticação, internacionalização, articulação e concentração em grupos organizados de criminalidade, é hoje quase inexplicável que não tenhamos um sistema de coordenação policial com verdadeira eficácia, bem como um único sistema de informação que, devidamente fiscalizado, se constitua como a «chave» não só da repressão como igualmente da prevenção da prática de delitos de natureza criminal.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não esquecendo, obviamente, a aposta indispensável na investigação criminal de natureza científica, que constitui hoje a forma mais segura de enfrentar a criminalidade sem beliscar os direitos fundamentais que deve gozar cada cidadão.

No âmbito da justiça penal, e considerando a situação de quase ruptura em que se vive, existindo tribunais que por manifesto excesso de processos se vêem obrigados a julgar somente os que dizem respeito a arguidos presos, é urgente a tomada de medidas corajosas e que ponham em causa a actual cultura judiciária.

Estando já quase tudo inventado, por que não adoptar aquilo que de bom têm outros países, como, por exemplo, a figura jurídica, existente no processo penal norte-americano, que dá pelo nome de «declaração de culpa negociada»? Traduz-se a mesma na situação em que o arguido aceita cumprir pena pela prática de um certo crime em troca de não ser sujeito a julgamento pela prática de um crime a

que corresponda uma pena de maior gravidade.

A adopção desta medida, polémica, é certo, evitaria que mais de metade dos processos chegassem a julgamento, o que seria notoriamente mais eficaz e, por implicar maior celeridade, seria mais justo quer para o próprio arguido quer para as vítimas.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: E nova pergunta surge. Tem o Governo sido sensível a esta actualíssima e grave questão do afastamento, em crescendo, entre quem elege e quem assume a respectiva responsabilidade?

Na área da justiça, as medidas até agora tomadas – a já referida redução das férias judiciais, a descriminalização dos cheques sem provisão até 150 euros de valor; o aumento do valor das injunções, meros ajustamentos na acção executiva – têm todas um carácter meramente pontual. Tratando-se de um sector fundamental, não só para assegurar os direitos individuais como para fazer funcionar e crescer a economia, necessita de uma nova cultura, que só pode ser levada a cabo através de profundas reformas estruturais, das quais não temos qualquer notícia.

Aplausos do PSD.

Na área da segurança, vamos assistindo à continuação de um sistema descoordenado baseado no secretismo da acção, sem que nenhuma voz institucional e convincente explique aos portugueses o que se vai passando, por forma a evitar o sentimento subjectivo de insegurança, fruto de toda a especulação que o actual modelo permite.

Sendo ainda mais concreto, na minha qualidade de Deputado eleito por um círculo eleitoral do sul do País, zona onde a seca mais se faz sentir e com efeitos já devastadores, quanto a este aspecto o Governo limitou a sua acção a abrir uma linha de crédito a juro bonificado, traduzida num esforço ridículo para o Estado e na necessidade de os agricultores se candidatarem junto da banca, que lhes exige garantias que eles não possuem, tendo de pagar o crédito concedido acrescido dos respectivos juros.

Por que não teve o Governo a coragem de declarar a mais que óbvia e evidente situação de calamidade em algumas zonas do País?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Não o fazendo, impede a hipótese de Bruxelas considerar a atribuição de apoios extraordinários aos nossos agricultores, apoios que este Governo não pediu. E não o fez porque recebeu não conseguir convencer a Comissão e, assim, poder ser olhado como derrotado aos olhos da opinião pública.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Prejudicados continuam os agricultores portugueses, constituindo este um bom exemplo de quão longe se continua relativamente aos anseios da população.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A autoridade, no caso a autoridade do Estado, refere-se ao poder no sentido em que ele se exerce no quadro de uma legitimidade.

Essa legitimidade é objectiva e subjectiva. A legitimidade objectiva assenta no voto democraticamente expresso; a legitimidade subjectiva assenta na confiança que aqueles que são democraticamente eleitos asseguram aos seus eleitores.

Termino, pois, apelando à esperança, por acreditar que o conservadorismo que vem caracterizando a actual política, com a vontade dos portugueses, será certamente ultrapassado por forma a nos afastarmos da periferia da catástrofe.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à fase de encerramento do debate.

Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna.

O Sr. **Ministro de Estado e da Administração Interna** (António Costa): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Srs. Deputados do PSD e do CDS-PP, deixem-me começar por os felicitar pela clarividência com que finalmente vêem o estado em que deixaram o País.

Risos e aplausos do PS.

Sr. Deputado Fernando Negrão, quando nos pergunta hoje em que estado está o Estado, deixe-me que lhe diga, Sr. ex-Ministro, que, felizmente, hoje já está melhor do que quando o deixaram, há 100 dias!

Applausos do PS.

Vozes do PSD: — Não se nota!

O Orador: — O Sr. Deputado Luís Marques Mendes, em particular, queixou-se há pouco — e muito me sensibilizou — de o Sr. Primeiro-Ministro não ter citado as belas palavras que proferiu numa intervenção, aqui na Assembleia da República, enquanto Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Sr. Deputado, esteja descansado que não vou citar a intervenção que poderia diminuir a credibilidade com que hoje fala da necessidade de consensos; não vou citar aquela intervenção em que dizia aos Deputados do PS que «se tivessem um bocadinho de pudor estavam calados durante muito tempo sobre estas situações, que não têm nem emenda nem perdão». Referia-se V. Ex.^a a um défice de 4,1%.

Não vou citar essa intervenção, mas vou falar-lhe de outra, que trata de matéria de confiança e de credibilidade. Vou falar-lhe de quando o Sr. Deputado Luís Marques Mendes, então ministro, dizia que «até 2004, alguns sacrifícios são necessários, mas a partir de 2004 os portugueses vão perceber que há mais investimento, que as contas públicas estão em ordem, que a saúde vai melhorar e que há um conjunto de reformas que dão os seus frutos».

Mas não era só previsão. O Sr. Deputado Luís Marques Mendes viu mesmo o que aconteceu em 2004, porque nessa altura já dizia o seguinte: «Dois anos depois, o que se discute hoje em Portugal já não é a crise, é a retoma económica, é o ritmo que ela vai ter, é a dimensão que ela vai assumir. Esta é a mudança essencial — 2004 vai ser um ano de viragem, um ano de recuperação, o início de um novo ciclo de progresso, de crescimento e de justiça social». Que lindos «amanhãs que cantam», que não cantaram, morreram!

Applausos do PS.

Sr. Deputado Luís Marques Mendes, nos últimos 20 anos, V. Ex.^a tem dedicado ao País grande parte e a melhor parte da sua vida: foi durante 10 anos consecutivos membro de um governo; fez uma curta interrupção, de passagem pela oposição, e lá regressou, durante mais três anos, para ser membro de um governo. Como é que quem exerceu tão altas funções, durante tanto tempo e em tantos governos, pode falar hoje do País e do estado em que o mesmo se encontra com um à-vontade como se tivesse desembocado aqui ontem depois de ter vivido 20 anos na Lapónia?

Applausos do PS.

Não, Sr. Deputado Luís Marques Mendes, não lhe fica bem, não é justo nem sério querer esconder-se atrás do Dr. Pedro Santana Lopes. O estado em que o País está não se deve aos seis meses de governação do Dr. Pedro Santana Lopes.

Vozes do PSD: — Deve-se ao Eng.^o Guterres!

O Orador: — O estado em que o País se encontra deve-se aos três anos de governo do PSD e do CDS-PP, grande parte do tempo integrado por V. Ex.^a!

Applausos do PS.

Fala-nos V. Ex.^a — já tínhamos saudades — de medidas estruturais (antes eram as reformas estruturais). O que são as reformas estruturais? As reformas estruturais são qualquer diploma ou mesmo resolução do Conselho de Ministros que um governo do PSD aprove e que constitui a reforma estrutural do sector a que se destina. E reforma estrutural é aquilo que o PSD, desde o primeiro dia em que está na oposição, diz que é necessário fazer, pedindo responsabilidades a quem, porque está há um dia no Governo, ainda não fez!

Sr. Deputado Luís Marques Mendes — e com isto encerro definitivamente as questões quanto ao passado -,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Pode continuar!

O Orador: — quando o Partido Socialista saiu do governo,...

Vozes do PSD: — Quando fugiu!

O Orador: — ... em 2002, o défice então apurado foi de 4,4%. Não nos honra esse número e sabemos que é necessário consolidar as contas públicas, mas a grande diferença entre nós e o senhor é que sempre que V. Ex.^a saiu do governo o défice ainda era maior do que aquele que existia quando para lá entrou!

Applausos do PS.

Em 1995, quando saiu do governo, o défice era de 5,5%. Nós não reduzimos tudo nem tão duradouramente quanto deveríamos ter feito, mas deixámo-lo, apesar de tudo, em 4,4%.

O Sr. **Pedro Duarte** (PSD): — Tem de ler o «relatório Constâncio»!

O **Orador**: — Quando o senhor saiu do governo, no ano passado, o défice era oficialmente de 5,2%. Sabemos que, provavelmente, este ano já seria de 6,8% se nada fosse feito, como vai ser feito por este Governo.

Portanto, a regra é simples: quando o Sr. Deputado sai do governo deixa sempre um défice superior ao que nós deixamos. No final do nosso mandato ver-se-á em que estado deixaremos as finanças públicas. Certamente deixá-las-emos melhor do que quando as recebemos.

Applausos do PS.

O que distingue a esquerda da direita não é o objectivo da consolidação das finanças públicas, é uma boa ou uma má política económica. Uma boa política económica exige a consolidação das finanças públicas, mas o que nos distingue é tudo: em primeiro lugar, as prioridades; em segundo lugar, o método; em terceiro lugar, os critérios; e, em quarto lugar, os objectivos.

Esta é uma diferença essencial para que não se induza o País no erro, que seria um erro fatal, de que a consolidação das finanças públicas é sempre um objectivo de direita e que a consolidação das finanças públicas feita por um governo de esquerda ou por um governo de direita vai dar ao mesmo resultado. Esse seria um erro que o País pagaria caro se vos desse ouvidos.

Applausos do PS.

Qual é a nossa prioridade? A nossa prioridade é a definida pelo Sr. Primeiro-Ministro, ou seja, o crescimento económico, mas um crescimento económico que produz emprego, que produz riqueza...

O Sr. **Hermínio Loureiro** (PSD): — No papel!

... e que nos permite retomar a rota de convergência real com a União Europeia. Foi por isso que adotámos as medidas necessárias para regressar a uma rota de crescimento económico,

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Onde é que está o crescimento económico?

O **Orador**: — ... foi por isso que apostámos no programa de investimento em infra-estruturas, foi por isso que, para aumentar o potencial de crescimento do País, se apostou, claramente, no plano tecnológico, foi por isso que se apostou na criação dos projectos de interesse nacional, foi por isso que se criou o projecto «Empresa na Hora». Tudo isso origina um bom clima para o investimento e para a criação de riqueza.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Não brinque com as palavras!

O **Orador**: — Distingue-nos, em segundo lugar, o método. O método do governo anterior era o do corte cego. O que é que resultou do corte cego? Resultaram 17 fusões e a extinção de 29 organismos. Isso levou a uma diminuição estrutural da despesa pública? Não! A despesa pública aumentou.

Não são os cortes cegos que resolvem o problema, o que os resolve é o método de reestruturação efectiva da Administração Pública adoptado por este Governo, que visa, em primeiro lugar, que a Administração Pública tenha serviços de qualidade ao serviço da cidadania e ao serviço do desenvolvimento, que seja racionalizada ao nível dos serviços concentrados, de acordo com uma organização que temos da Administração Pública, que deve coincidir com a das NUT II e que deve ser racionalizada ao nível local com o projecto do balcão único, para que existam mais serviços mais próximos dos cidadãos, com menos custos para o Estado e para as finanças públicas.

Applausos do PS.

Em terceiro lugar, distingue-nos o critério. No que é que cortou o anterior Governo? Cortou no investimento. Nós não cortamos no investimento, consideramos essencial preservá-lo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Essa agora!

O Orador: — Onde nós cortamos é onde o governo anterior devia ter cortado e não cortou, ou seja, na despesa que não é útil, que não é justificada, que é injusta, porque queremos poupar para investir melhor onde é necessário investir mais. Esse é o nosso critério, mas esse não foi o critério do governo anterior.

Aplausos do PS.

Em quarto lugar, distingue-nos o objectivo. Qual era o objectivo do governo anterior? Era o de uma questão puramente ideológica e de fé: o governo anterior queria menos Estado por julgar que todo o Estado é mau, queria menos Administração Pública por considerar que esta não é necessária para prestar serviços de qualidade ao cidadão, queria menos investimento público porque considerava não ser necessário o Estado compensar as falhas do mercado.

O nosso objectivo é distinto. Nós queremos uma sociedade melhor e sabemos que para termos essa sociedade melhor precisamos de uma Administração mais eficaz. Portanto, o nosso objectivo não é o de enfraquecer ou de fortalecer a Administração, é o de termos uma sociedade melhor.

E o que é uma sociedade melhor? É aquela que aposta na investigação e no desenvolvimento, que aposta na educação e a valoriza, que combate a pobreza, que vence e combate as assimetrias regionais.

Essa é a sociedade melhor, essa é a sociedade por que nos batemos, é esse o nosso objectivo quando nos batemos por uma nova política económica.

Aplausos do PS.

É, por isso, chocante que uma certa esquerda abdique da firmeza e da valorização dos valores e se torne e aceite ser uma esquerda mesquinha em vez de fazer ombro com o Governo na defesa dos valores que são essenciais afirmar, como aqueles que hoje, clara e corajosamente, aqui afirmou o Sr. Primeiro-Ministro, ou seja, os da cidadania, da igualdade e da solidariedade, contra o medo que a direita agita e com o qual está a tentar minar a confiança na nossa sociedade. É mesquinho querer «parasitar» o descontentamento e desvalorizar aquilo que deve ser valorizado: os valores e o combate pela transformação efectiva da sociedade.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — O descontentamento existe!

O Orador: — Desenganem-se, pois, aqueles que pensam que este Governo do PS não aprendeu as lições. Dissemos-lhe muitas vezes quando estivemos na oposição e é pena que não nos tenham levado a sério. Aprendemos também com os erros que cometemos,...

O Sr. **Fernando Rosas** (BE): — Nem por isso!

O Orador: — ...pelo que sabemos bem o que estamos a fazer.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ficamos a saber que é tudo consciente!

O Orador: — Estamos aqui para governar com a legitimidade que temos por termos obtido uma maioria absoluta e por termos a confiança do povo português. Estamos aqui para fazer o que é necessário, com respeito pelos outros, com cultura democrática, sem autoritarismo, mas com sentido de autoridade e com a firmeza de que o Sr. Primeiro-Ministro, ao longo de toda a sua vida política, já deu suficientes provas, tal como já provou, com essas características de firmeza e determinação, que tem capacidade de liderar o Governo.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Permitam-me uma palavra final — estou certo de que a posso transmitir em nome de todos os membros do Governo — dirigida, em particular, ao Sr. Primeiro-Ministro.

É para todos nós uma grande honra servir sob a sua liderança.

Vozes do PSD, do PCP, do CDS-PP, do BE e de Os Verdes: — Ah!...

O Orador: — Confiamos que, com a sua determinação e firmeza, cumpriremos o programa para o qual os portugueses nos mandaram.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, este debate está encerrado.

Entretanto, tem ainda a palavra o Sr. Deputado António Pires de Lima, que há pouco pediu a palavra para defesa da honra em relação a declarações do Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, há uma agressividade, que muitas vezes considero gratuita, completamente desnecessária, nas suas alocuções para com esta bancada, tendo hoje chegado ao ponto de produzir um conjunto de manipulações grosseiras, atribuindo-nos palavras ou intenções que nunca dissemos ou tivemos e que ofendem a verdade.

Sinto-me particularmente visado no dia de hoje,...

Vozes do PS: — Oh!...

O **Orador**: — ... por isso, pela primeira vez, faço uso desta figura regimental.

Relativamente ao tema dos investimentos públicos, V. Ex.^a pôs na minha boca palavras que eu nunca disse. A minha discordância para com o Governo socialista tem a ver com a política de fundo que passa pela ideia de mobilizar a economia com megaprojetos públicos. É uma receita antiga, que já deu os resultados que se conhecem ao nível da economia real.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — De facto, parece-me um disparate o aeroporto da Ota, parece-me inacreditável que um bom investimento como é o da energia eólica seja apresentado, por este Governo e pelo Ministro da Economia, como um concurso aberto por este Executivo, quando os senhores suspenderam o concurso que vinha do governo anterior. Sempre defendi o TGV e a Banda Larga e já fiz constar a toda a Assembleia as demonstrações públicas desta minha defesa.

Relativamente aos salários dos políticos, é um facto que sou de opinião — devo ser o único nesta Câmara a ter essa opinião, ou um dos poucos — que, de uma forma geral, são baixos e que isso afecta a credibilização e, muitas vezes, a qualidade da actividade política. Tratar de acabar com os privilégios políticos, prática com que estou de acordo e com a qual me solidarizei publicamente quando foi anunciada, sem pelo menos prever, a prazo, o tratamento do estatuto remuneratório dos políticos, nomeadamente daqueles — não é o meu caso — que se dedicam à actividade política a tempo inteiro, no Governo ou no Parlamento, é, para mim, populismo barato.

Destas palavras não pode, pois, V. Ex.^a, como fez hoje, inferir que eu defendi qualquer aumento de salário dos políticos em 2006.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — A terminar, direi que parece-me também ofensivo e pouco sério citar parcialmente declarações minhas, feitas numa tertúlia política, completamente descontextualizadas, procurando transmitir a ideia de que eu teria qualificado, genericamente, de impreparado e incompetente o anterior governo.

Não foi esse o sentido daquilo que eu disse. Aliás, orgulho-me da presença e do comportamento do CDS-PP nesse governo e do esforço de muitos dos ministros dos governos do PSD e do CDS-PP ao longo dos últimos três anos.

O Sr. **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — O que, de facto, critiquei nessa tertúlia política, e dentro do espírito da discussão que estava a ter lugar, foi a falta de preparação e de convicção liberal dos governos do PSD e do CDS-PP. Creio que este sentido de autocritica é um sinal de humildade e, perdoe-se-me a presunção, de alguma inteligência.

V. Ex.^a fez parte, durante seis anos, do pior governo que tivemos em democracia desde o tempo do PREC...

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — ... e é inacreditável que, ao fim de tantos anos, por obstinação, por teimosia, por cegueira e por arrogância, seja incapaz de assumir qualquer autocritica relativamente às sequelas e à herança dos governos do Eng.^o António Guterres.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado António Pires de Lima, não o critiquei pelo exercício de humildade de reconhecer que o anterior governo não deixou uma marca na governação! Ao contrário, eu citei-o...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não teve tempo!

O **Orador**: — Bom, isso é um ponto de vista, mas acontece que, do meu ponto de vista, três anos é suficiente para deixar uma marca. E se há uma marca que o anterior Governo deixou foi a de não ter conseguido alcançar os objectivos a que se propôs, sob qualquer ponto de vista.

Analisemos as coisas com seriedade e com objectividade. Relativamente aos objectivos a que se propôs, o governo falhou em todos: falhou na consolidação das contas públicas, falhou no crescimento económico e falhou na reforma do Estado que se propôs fazer, nas tais reformas estruturais.

Lembro-me bem da arrogância com que vi o anterior governo, logo na apresentação do programa de governo, chegar aqui, virar-se para a bancada do PS e dizer-lhe «nós vamos por outro caminho, nós vamos governar contra o Partido Socialista»,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Isso era o que dizia o vosso anterior líder parlamentar!

O **Orador**: — ... esquecendo-se que um governo se define como competente quando governa a favor dos portugueses e não contra ninguém.

Eu não o critiquei por isso! Ao contrário, eu citei-o, porque as suas declarações vêm nos jornais.

Sr. Deputado, desculpe, mas não confunda agressividade com veemência. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: quanto ao projecto da Ota, insisto, o Sr. Deputado não o conhece, porque, se conhecesse, em abono da verdade reconhecia que é um projecto que vai ser desenvolvido, como sempre esteve previsto, fundamentalmente recorrendo ao investimento privado.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Isso não justifica!

O **Orador**: — Recorrendo ao investimento privado, Sr. Deputado! Sabe que hoje, em todo o mundo, a maior parte dos aeroportos fazem-se com investimentos privados,...

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Dinheiro mal gasto é dinheiro mal gasto!

O **Orador**: — ... que realizam quer a concepção quer a construção e, depois, a exploração.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Isso não faz da decisão uma boa decisão!

O **Orador**: — Não, não faz! Mas penso que o Sr. Deputado, quanto ao projecto da Ota, não só não o conhece e não sabe que irá ser desenvolvido fundamentalmente recorrendo ao investimento privado, como também não conhece os respectivos relatórios, porque, caso contrário, perceberia por que é que, ainda há uns meses atrás, o Governo que o senhor apoiou se comprometeu a fazer um novo aeroporto até 2015.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Mas não era o da Ota!

O **Orador**: — Era o da Ota! Sr. Deputado, por amor de Deus, não me desminta!

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não era o da Ota!

O **Orador**: — Sr. Deputado, não tem razão. Todos os anteriores Ministros das Obras Públicas, que estavam de acordo com o aeroporto da Ota, disseram que era melhor tomar a decisão só em 2007.

Sr. Deputado, honestamente, de tudo o que li, penso que, em matéria do novo aeroporto de Lisboa, já vamos atrasados, porque quem sabe o mínimo sobre a construção de aeroportos e o que isso implica percebe que é um projecto que tem de se pensar 10 anos antes. E hoje ouvi, quer da parte da sua bancada, quer da parte da bancada do PSD, mas em particular da parte do PSD (porque esteve no Governo e conhece os relatórios de que estou a falar) dizer... Nomeadamente, o Sr. Deputado Marques Mendes, disse: «O aeroporto da Ota não é urgente; o aeroporto da Portela ainda não está esgotado.»

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — É verdade!

O **Orador**: — Portanto, segundo o Sr. Deputado Marques Mendes, o processo era o seguinte: deixávamos as coisas andarem calmamente, alegremente, até o aeroporto da Portela estar esgotado e, depois,

decidímos fazer o aeroporto da Ota.

Só que o novo aeroporto da Ota só estaria pronto 10 anos depois!

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Essa é a sua palavra!

O **Orador**: — Estas decisões tomam-se hoje e com a racionalidade económica com que o sector privado também actua!

Finalmente, Sr. Deputado, quanto aos salários dos políticos, não considero que haja uma relação directa entre a credibilidade da função política e os salários dos titulares de cargos políticos. Não penso que os políticos, em Portugal, sejam mal pagos!

Limitei-me a situar a sua declaração, Sr. Deputado.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Não, não!

O **Orador**: — Sente-se ofendido com isso? Era só o que faltava!
Considero também que o regime especial para os políticos era injusto.

O Sr. **António Pires de Lima** (CDS-PP): — Era! Que o senhor guarda para si!

O **Orador**: — E o Sr. Deputado tem de reconhecer que não teríamos condições políticas para proceder à revisão dos regimes especiais na Administração Pública se não começássemos por dar o exemplo.

Essa é a razão política, e nenhuma outra, que me levou a apresentar esta lei.

Applausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está concluído o debate sobre o estado da Nação.

A nossa próxima reunião plenária terá lugar amanhã, às 10 horas, e terá como ordem do dia a apreciação do projecto de lei n.º 122/X, do PS.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

António José Ceia da Silva
Susana de Fátima Carvalho Amador
Victor Manuel Bento Baptista

Partido Social Democrata (PSD):

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
José de Almeida Cesário
José Manuel Amaral Lopes
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

António Ramos Preto
João Barroso Soares
Luís Garcia Braga da Cruz
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro

Partido Social Democrata (PSD):

António Joaquim Almeida Henriques

Jorge Tadeu Correia Franco Morgado

Partido Comunista Português (PCP):

José Batista Mestre Soeiro

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Manuel Maria Ferreira Carrilho

Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá

Partido Social Democrata (PSD):

José Eduardo Rego Mendes Martins

José Manuel Marques de Matos Rosa

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL